

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ LEITE FERREIRA CABRAL

Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba

Curitiba
2015

BEATRIZ LEITE FERREIRA CABRAL

Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Linha de Estudos Costeiros, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Cioce Sampaio

Coorientadora: Doutora Rosana Barroso Miranda

Curitiba

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C117e Cabral, Beatriz Leite Ferreira
Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba / Beatriz
Leite Ferreira. – Curitiba, 2015.

145 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio.
Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação de Mestrado) – Universi-
dade Federal do Paraná.

1. Impactos do turismo . 2. Pescadores artesanais. 3. Náutica.
I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento. II. Título. III. Sampaio, Carlos Alberto Cioce. IV.
Universidade Federal do Paraná.

CDD 639

(Maikon Patrick Garcia, CRB 9/1681 – Universidade Federal do Paraná)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: mades@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da defesa de dissertação de mestrado para obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº. 27. Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e catorze, às 09h00 na Sede do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores: Carlos Alberto Cioce Sampaio (orientador), José Milton Andriguetto Filho (UFPR), Rosana Barroso Miranda (UP) e Thaise Costa Guzzatti (UFSC) para arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **Beatriz Leite Ferreira Cabral** intitulada *"Entre marês: pesca artesanal e náutica na baía de Guaratuba"*. A sessão foi presidida pelo Professor Carlos Alberto Cioce Sampaio. Foi concedida a palavra a mestranda conferindo-lhe 60 minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se a arguição sendo concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições tendo a mestranda tempo para suas respostas. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declara aprovada a mestranda, que recebeu o título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 23 de outubro de 2014.

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Prof. Dr. José Milton Andriguetto Filho

Profa. Dra. Rosana Barroso Miranda

Profa. Dra. Thaise Costa Guzzatti

***Dedico este trabalho às quatro pessoas que temperam a vida com graça,
amor, desafios e alegria. Com vocês, o “eu” virou “nós”!***

Paulo e nossos pequenos professores:

Raul (5), Yasmin (3) e Yara (1).

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata aos pescadores e pescadoras com quem tive a oportunidade de conversar em Caieiras, Cabaraquara, Porto de Passagem, Mirim, Piçarras, Aeroporto, Descoberto e Riozinho. Um agradecimento ainda mais especial aos que contribuíram para educar minha atenção em relação às grandezas, peculiaridades e diversidades da Baía de Guaratuba. Este trabalho também é de vocês!

Agradeço ao meu orientador, Carlos Alberto Cioce Sampaio, por ter sempre confiado no meu trabalho, por todas as agradáveis conversas, por seus comentários e ponderações ao longo da orientação, por ter respeitado as intermitências na produção do trabalho e com quem, além de uma dissertação, fica uma amizade. Sou grata à Rosana Barroso Miranda, pelos diálogos interdisciplinares; dedicação intensa e “atos de carinho” que contribuíram para organização e refinamento do trabalho.

Às professoras Naína Pierre e Cristina Teixeira, por terem conduzido importantes debates entre os alunos da linha do costeiro, por terem feito indicações de leitura e contato. Agradeço à CAPES - Programa REUNI e aos esforços dos professores Eleusis Ronconi de Nazareno e Carlos Sampaio, para meu acesso à bolsa de estudo.

Também agradeço as minhas alunas Rafaela Itner e Aniele Cassol, com as quais realizei visitas às marinas e iates da Baía de Guaratuba. Agradeço também aos funcionários e proprietários que nos atenderam nestes estabelecimentos.

Agradeço ainda às pessoas que, em algum momento nesta trajetória, cuidaram de um ou de todos os meus filhos, com carinho: Cris, Edilene, Ilete, Ju, Celeste, Édson, João e Sonia; sem o apoio de vocês, teria sido impossível conciliar maternidade e pesquisa!

Sou grata aos meus pais João e Sonia, referências de ousadia e disciplina, por terem sempre incentivado a busca por conhecimento e autonomia. Aos irmãos amados Juliana, Rodrigo e Rafael, com os quais vivenciei, ainda criança, a força do coletivo e a importância da diversidade!

Ao Mestre Kinkas, Aurea, Miguel, Larissa, Karla, Rodrigo, Adriana e capoeiristas com os quais joguei e aprendi capoeira, ao longo de uma década. A dissertação também teve momentos em que tive que saber “cair e levantar”, “esquivar”, “florear” ou “dar a volta ao mundo”; pois “No jogo da vida, na arte da rasteira, no meu peito bate a Força da Capoeira”!

Agradeço aos que favoreceram minhas primeiras imersões em comunidades do litoral paranaense. Renato, morador da Vila das Peças, e participantes da viagem de canoa de 2006, com quem tive a oportunidade de vivenciar a hospitalidade e o contexto que permeia as comunidades rurais de Guaraqueçaba. Aos moradores de Barbado (Guaraqueçaba), em especial à família de Jonas e Iracema, que atualmente reside no Valadares e com que eu estabeleci laços de amizade, aprendi sobre pesca e extrativismo na Baía de Paranaguá. À Cecília e à Mônica, que via Associação Projeto Bagagem e Associação de Moradores de Barbado, possibilitaram a minha participação no desenvolvimento de proposta de roteiro turístico em Barbado, Guaraqueçaba.

Agradeço aos amigos do mestrado que propiciaram o contato com diferentes perspectivas sobre o ambiente e com quem partilhei rodas de chimarrão e divertidas “patuscadas” ao longo do curso: Marcos, Maicon, Eduardo, Roberta, Hugo, Antônio, Joyde e, sobretudo, às amigas Patrícia, Tatiana, Thaís, Soraya, que além dos momentos de descontração, também contribuíram para reflexões sobre a pesquisa. Aos colegas da linha do costeiro Natália, Camilla, Liz, Renata e Hugo.

Agradeço ainda ao Paulo, por todo apoio e amor, pelos momentos do nosso descanso que acabaram em dissertação, por ter indicado bibliografia importante, ter feito leitura e comentários sobre versão preliminar do trabalho. Aos nossos infantes que acompanharam minhas idas a campo, em especial à Yara, que ainda com meses de vida participou das minhas primeiras imersões na Baía de Guaratuba.

Agradeço ao Fabiano Silva, morador de Caieiras que, mesmo por telefone, fez comentários e sugestões relevantes para aproximação e contato inicial com pescadores de Guaratuba. Aos gestores do Projeto Manguezais Marcio Nascimento e Milton Kentaro Nakamura, pelo material concedido que inspirou a definição da pesquisa. À professora Lucia Helena da Cunha, por comentar e ler cuidadosamente a versão preliminar de capítulo da dissertação.

Agradeço muitíssimo à Alessandra Schneider que, além do apoio como amiga, realizou leitura cuidadosa e fina, da versão “quase final”. Seus comentários foram essenciais! Aos amigos que tiveram paciência com o meu sumiço temporário “pra dirce”, Polly, Tiago, Malu, Vini, Pri, Rômulo, Ligia, Melissa, Pati, Thaís, Soraya, Tati J., Tati K., Anna, Fabi, Polli, Ale, Elô e Joyde.

Às amigadas que fiz ao longo da minha trajetória na Ambiens Sociedade Cooperativa e aos que, ao longo dos trabalhos, contribuíram diretamente para melhoria dos meus textos, mapas, esquemas visuais e tabelas, Anna, Michelli, Maurício, William, Letícia e Alexandre. Agradeço em especial ao Josias e ao Zé, pela leitura do projeto para ingressar no mestrado.

Também agradeço aos meus colegas do curso Tecnólogo em Gestão do Turismo, da UFPR Litoral, especialmente ao coordenador Luiz Ernesto Brambatti e aos professores Marcelo Chemin e Augusto das Neves, por terem me dado apoio nos momentos finais da dissertação. À Cleo, por todas as considerações sobre o texto.

Aos que disponibilizaram materiais que enriqueceram e contribuíram para a pesquisa sobre os temas da dissertação e área de estudo: Larissa Mellinger, amiga que gentilmente disponibilizou sua tese e materiais sobre a Baía; ao professor antropólogo Javier Taks que, do Uruguai, enviou importante obra de Ingold.

Ao professor José Milton Andriguetto Filho, por suas críticas precisas e valiosas na qualificação e banca de defesa do trabalho, e por ter concedido importante bibliografia sobre a pesca no litoral do Paraná. Sou grata à Thaise Guzatti, por ter evidenciado sensibilidade e competência, não apenas na gestão do Projeto Acolhida na Colônia, mas também como professora, ao avaliar o trabalho.

Ê Marinheiro

(Abadá Capoeira)

*Ê Marinheiro
Aguenta a maré
Maré vai passar
É só você ter fé*

*A maré só derruba
Quem não acredita
Quem fala não faz
Quem não luta por conquista*

*E nessa correnteza
Eu sou mais você
É seu dia a dia
Que vai fazer vencer*

*Passando a maré brava
É que nos ensina
É que nos fortalece
A dar volta por cima*

*Garoa não é tempestade
Esse é seu mar
Não é qualquer garoa
Que vai te derrubar*

*Lambari de água doce
Se afoga no mar
Então marinheiro
A maré vai passar*

RESUMO

As atividades turísticas praticadas em estuários geram impactos diversos no ambiente, os quais variam de acordo com as estratégias adotadas para gestão do turismo, hábitos e modos interação que os turistas estabelecem com os atrativos turísticos e população anfitriã. A partir desta premissa, o objetivo do presente trabalho é analisar a percepção de pescadores da Baía de Guaratuba sobre os impactos que a náutica e a pesca esportiva produzem no ambiente. Para tanto, o ambiente foi considerado como universo que envolve pescadores, peixes, crustáceos, moluscos, influenciado por condições do “tempo”, das marés, astros e vento. A pesquisa apoiou-se na abordagem etnográfica, a partir de diálogos com nove interlocutores reconhecidos como detentores de conhecimento sobre o complexo estuarino da Baía de Guaratuba, que ali residem e praticam a pesca artesanal. Adotou-se como pressuposto a existência de uma diferenciação no modo como turista e “pescadores da baía” percebem o estuário. Diante disto, previamente à análise da percepção sobre a náutica, buscou-se compreender o modo de “envolvimento” e percepção dos interlocutores sobre o ambiente, em uma perspectiva que considera organismos humanos e não humanos, segundo Ingold (2002, 2012, 2013). Esse estudo constatou que os pescadores entrevistados possuem formas heterogêneas de perceber estes impactos, no entanto, alguns aspectos apontados foram recorrentes nos depoimentos obtidos. Os entrevistados mencionaram tensões geradas pela aplicação de normas e leis que favorecem a náutica em detrimento da pesca. Os resultados obtidos revelam que a percepção sobre a náutica é dúbia, pois eles consideram que, ao mesmo tempo em que a náutica contribui para geração de benefícios econômicos para moradores da região, ela desencadeia ou favorece tensões entre pescadores da Baía e os usuários das embarcações recreacionais. Ademais, foi possível notar que os impactos mais relevantes para os entrevistados são aqueles que influem na relação que os pescadores estabelecem com o ambiente, fazendo com que eles tenham que adaptar-se, alterando os ambientes frequentados para pesca artesanal, os períodos que pescam na baía e a quantidade de peixes que pescam na alta temporada do turismo. Conceber os pescadores como os condutores da pesquisa revelou uma nova perspectiva sobre os impactos, pois eles trouxeram elementos associados não apenas ao espelho d’água, mas à heterogeneidade das dimensões que influenciam a náutica. Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, evidencia-se a necessidade de ordenar a atividade turística na Baía, criar mecanismos para proporcionar espaços de diálogo que possibilitem a articulação entre as diferentes esferas sociais que participam e influem na gestão do turismo no estuário; bem como definir o modelo de desenvolvimento turístico desejado, de modo a compatibilizar os anseios da população anfitriã às condições propícias e existentes para o desenvolvimento da atividade.

Palavras - chave: Ambiente. Impactos. Pescadores artesanais. Turismo.

ABSTRACT

The tourist activities practiced in estuaries generate various impacts on the environment, which vary in accordance with the strategies adopted for tourism management, habits and ways that tourists interact with the tourist attractions and host population. From this premise, the main objective of this paper is to analyze the perception of fishermen of Guaratuba Bay of the impacts produced from the marine and sport fishing into the environment. In light of this, the environment was considered as a universe embracing fishermen, fish, crustaceans, mollusks, it is influenced by conditions of "weather", the sea, stars and wind. The research was supported by the ethnographic approach, from dialogs with nine partners who were recognized as holders of knowledge on the estuarine complex of Guaratuba Bay, who live in the area surrounding the bay and practice small - scale fishing. It has thus been adopted the assumption of a differentiation in how tourists and "fishermen of the bay" perceive the estuary. In this regard, prior to analysis of perception on the nautical, this paper attempted to understand the mode of "involvement" and perception of interlocutors on the environment, from a perspective that considers human and non-human, according to Ingold (2002, 2012, 2013). This study found that the interviewed fishermen have heterogeneous ways to understand these impacts, however, some aspects were common in all the statements obtained. The interviewees mentioned tensions generated by the application of rules and laws that favor the nautical to instead of fishing. The obtained results show that the perception about the nautical is dubious, because they consider that, at the same time that the nautical contributes to generation of economic benefits for the region's residents, it triggers or favors tensions between fishermen of the Bay and the users of recreational craft. Furthermore, it was possible to notice that the more relevant impacts to the respondents are those that influence on the involvement that the fishermen establish with the environment, making that they have to adapt themselves to this situation, changing environments frequented for artisanal fisheries, the periods that they use to fish in the bay and the quantity of captured fishes in high season for tourism. Making the fishermen as the drivers of the survey revealed a new perspective on the impacts of tourism, because they brought elements associated with not only the water, but the heterogeneity of dimensions that influence the marine area. In light of the results obtained with the research, it is highlights the need to sort the tourist activity in the Bay, to create mechanisms to provide spaces for dialog that will allow the linkage between the different social spheres that participate and influence on the management of tourism in the estuary, as well as define the model of tourism development, in order to match the desires of the host population to favorable and real conditions for the development of the activity.

Keywords: Environment. Impact. Artisanal fishers. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	24
FIGURA 02 - MAPA DA LEGISLAÇÃO PESQUEIRA DA BAÍA DE GUARATUBA.	32
FIGURA 03 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES NA BAÍA DE GUARATUBA E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.	37
FIGURA 04 - PESCA ESPORTIVA COM CEVA.....	43
FIGURA 05 - PONTOS DE CEVA PARA PESCA ESPORTIVA NA BAÍA DE GUARATUBA	44
FIGURA 06 - PESCA EMBARCADA NA ENTRADA DA BAÍA	45
FIGURA 07 - PESCA EMBARCADA INFLUÊNCIA DAS MARÉS.....	45
FIGURA 08 - TRILHA NA COMUNIDADE DE BARBADOS, LITORAL DO PARANÁ. EXEMPLO DE COMUNIDADE ONDE OCORRE O TURISMO COMUNITÁRIO.	62
FIGURA 09 - TÉCNICA DE FUNDEIO	83
FIGURA 10 - TÉCNICA DE CACEIO	83
FIGURA 11 - EMBARCAÇÃO DE MÉDIO PORTE EM VAGA SECA DE MARINA.	97
FIGURA 12 - <i>JET SKIS</i> EM CANAL DA BAÍA, PRÓXIMO AO IATE CLUBE DE CAIOBÁ.	98
FIGURA 13 -PERCURSOS GUIADOS REALIZADOS	101
FIGURA 14 - MANGUEZAIS NO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU, RIO BOGUAÇU.	102
FIGURA 15 - <i>JET SKI</i> E LANCHA PASSANDO EM ALTA VELOCIDADE, NO RIO PINHEIROS.	102
FIGURA 16 - RASTRO E ONDA APÓS PASSAGEM DA LANCHA.	103
FIGURA 17 - ONDA GRANDE, “BANZEIRO”, APÓS PASSAGEM DE LANCHA.	103
FIGURA 18 - BOSQUES DE MANGUEZAIS DEGRADADOS NO RIO FUNDÃO.	104
FIGURA 19 - EMBARCAÇÕES EM VAGAS ÚMIDAS EM MARINA.	105
FIGURA 20 - MARCA DE ÓLEO EM VAGAS ÚMIDAS DE MARINA.....	105
FIGURA 21 - ALGUNS FUNCIONÁRIOS FIXOS QUE TRABALHAM EM MARINA..	107
FIGURA 22 - VILEGIATURAS E MARINAS CONSTRUÍDAS NA BEIRA DA BAÍA. ..	107
FIGURA 23 - CONDOMÍNIO NA BEIRA DA BAÍA.	108
FIGURA 24 - IATE CLUBE DE CAIOBÁ.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOBAR	Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e Seus Implementos.
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
APA	Área de Proteção Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
PARNA SHL	Parque Nacional Saint Hilaire Lange
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	O LOCUS DE PESQUISA.....	23
2.1	COMPLEXO ESTUARINO DA BAÍA DE GUARATUBA.....	23
2.2	ASPECTOS ECOSSISTÊMICOS DO COMPLEXO ESTUARINO DA BAÍA DE GUARATUBA.....	34
2.3	ASPECTOS ECONÔMICOS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES.....	38
2.4	LAZER NO CORPO D'ÁGUA DA BAÍA DE GUARATUBA.....	42
3.	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	47
3.1	IMPACTOS DA NÁUTICA	48
3.1.1	Sazonalidade.....	48
3.1.2	Embarcações.....	50
3.1.3	Infraestrutura e segundas residências.....	52
3.2	TURISMO COMO FENÔMENO HUMANO.....	55
3.3	TURISMO E NOVAS FORMAS DE CONCEBER A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM O AMBIENTE.....	56
3.4	CONCEPÇÕES DE TIM INGOLD SOBRE AMBIENTE	65
4.	METODOLOGIA	69
5.	RESULTADOS E DISCUSSÃO: PERCEPÇÃO SOBRE AMBIENTE E IMPACTOS DA NÁUTICA	74
5.1	PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE	76
5.1.1	Modos heterogêneos de envolvimento com a Baía.....	76
5.1.2	Percepção sobre os organismos e pesca no ambiente.....	81
5.1.3	Percepções sobre as mudanças no ambiente.....	86
5.2	PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS ASSOCIADAS À NÁUTICA	92
5.2.1	Percepções sobre a náutica e embarcações utilizadas no estuário.....	97
5.2.2	Percepções sobre equipamentos náuticos e segundas residências.	106
5.2.3	Percepções dos impactos das atividades turísticas praticadas no estuário..	111
5.3	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CAPÍTULO.....	119
6.	CONCLUSÕES	123
	APÊNDICES	143

1. INTRODUÇÃO

As atividades turísticas relacionadas à náutica são associadas às principais motivações do expressivo contingente de pessoas que se destinam ao litoral, sobretudo no verão, temporada em que há grande concentração de turistas que buscam lazer nas praias, beleza paisagística e legado cultural (BRASIL, 2009). Estuários são ambientes de relevância para a prática de atividades associadas ao uso de embarcações motorizadas, ao possibilitarem a pesca esportiva, esportes náuticos e contemplação da paisagem.

A etimologia da palavra estuário deriva do latim *aestarium*, cujo significado pode ser maré (MIRANDA *et al.*, 2002). Este ambiente marinho semifechado, situado entre o oceano e o continente, é influenciado pelas descargas de água doce de um ou mais rios, por correntes de vazante e enchente. Miranda *et al.* (2002) também explicam que os estuários se situam sobre terras férteis, possibilitam via de acesso para o interior do continente e suas águas são renovadas periodicamente pelas marés.

A utilização de embarcações motorizadas para lazer nestes ambientes tem o potencial de possibilitar geração de fontes de emprego e renda, no entanto, impactam o ambiente, o modo de vida da população local e o desenvolvimento de outras atividades, tal como a pesca artesanal. Luchiari (1997, p. 68) pondera que as mudanças ocasionadas pelo turismo ocorrem na medida em que a natureza passa a ser transformada “[...] em mero estoque de recursos, moldável com base em uma visão estética e idealizada nos centros urbanos”, diferentemente da relação que o nativo estabelece com o mesmo ambiente.

Ao mesmo tempo em que o turismo no litoral depende da manutenção das belezas paisagísticas dos ambientes e da manutenção de condições apropriadas para visitação, ele também é capaz de transformar a natureza, a depender do modo como se desenvolve (SERRANO; BRUHNS, 2007). Farias dos Santos (2002) alega que no estuário do Rio Formoso, litoral de Pernambuco, situado na APA de Guadalupe, a expansão turística é, atualmente, a principal responsável pelas mudanças que estão ocorrendo na paisagem.

Cavalcanti (2012) pondera que a “natureza”, nas análises econômicas tradicionais, possui o significado de recursos materiais, despejo ou como uma externalidade à economia. Por este motivo, o autor questiona a possibilidade de se obter um desenvolvimento sustentável, uma vez que mesmo as concepções de desenvolvimento sustentável pressupõem crescimento econômico, ainda que aliado a estratégias conservacionistas.

Os primeiros estudos sobre os impactos que o turismo é capaz de acarretar tiveram enfoque econômico, ao ressaltar benefícios associados ao trabalho e renda gerados pelo turismo (ARCHER e COOPER, 2001). Sob o ponto de vista econômico, a náutica, cujo fluxo de praticantes é sazonal, proporciona geração de empregos fixos, pois requer produção e manutenção das embarcações e estruturas náuticas. No Brasil, as marinas são base de trabalho de cerca de 9.000 marinheiros particulares e seus auxiliares, funcionários contratados e pagos pelos proprietários de embarcações de médio e grande porte (ACOBAR, 2012). No entanto, Acobar (2012) destaca que a parcela mais significativa dos empregos gerados está associada a atividades operacionais.

Os impactos provocados pela náutica podem manifestar-se de diferentes formas, a depender do perfil dos visitantes e atividades por eles praticadas; de acordo com a estrutura física disponível para o turismo; características das embarcações utilizadas; peculiaridades e condições para visita dos atrativos; modo de gestão do turismo na localidade.

O turismo, concebido como fenômeno complexo e não unicamente como atividade econômica, pode gerar benefícios para populações anfitriãs, turistas e ambiente. No entanto, para isto faz-se necessário criar mecanismos de gestão da atividade que sejam pertinentes ao modelo de desenvolvimento desejado.

As percepções sobre problemáticas ambientais, sobretudo a partir da década de 1990, fizeram com que novos modos de ordenar o território fossem propostos, inclusive em relação aos locais onde o turismo se desenvolve. Diante deste cenário, no início do século XXI emergiu uma preocupação de teóricos que se dedicam à proposição de novos modelos de desenvolvimento ambiental, na tentativa de levar em consideração as características das localidades e populações, ampliar a participação das comunidades locais nos processos de decisão e gestão do território.

Com a difusão dos conceitos ambientalistas, o turismo de massa foi “execrado e desprezado” e, a partir do início do século XXI, o turista de massa passa a procurar outros tipos de produtos turísticos (SANTANA, 2009). Diante do reconhecimento da atividade turística como sendo geradora de impactos, surgem propostas para contrapor o turismo de massa, com diferentes nomenclaturas, mas que basicamente estão associadas aos princípios relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento. A sustentabilidade estaria vinculada a algumas premissas tais como a conservação do ambiente, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, além da gestão participativa e geração de benefícios para o local (IRVING, 2002; BRANDON, 1999).

Almeida e Coelho (1998) consideram que a ampliação das marinas no Brasil ocorreu, sobretudo, no início dos anos de 1990. Em estuários, lanchas e veleiros com tamanho igual ou inferior a 26 pés¹; e embarcações de médio porte, com 20 a 26 pés², motos aquáticas (*jet skis*), botes infláveis e embarcações com até 15 pés são utilizadas para esportes náuticos, realização de passeios ou para pesca embarcada.

Em relação à pesca esportiva como atividade vinculada à náutica, o rápido crescimento sem controle da pesca recreativa decorrente do turismo causou problemas sociais e ecológicos (FAO, 2012). O turismo de pesca esportiva é capaz de gerar inúmeros impactos, seja através da sobrepesca, seja posteriormente pela captura de novas espécies. O “pesque-e-solte” muitas vezes não utiliza práticas que garantem que os efeitos subletais e a taxa de mortalidade pós-soltura sejam minimizados (FAO, 2012).

A pesca esportiva, mesmo considerada menos impactante do que a pesca comercial, em decorrência da baixa captura de exemplares por esforço de pesca, gera impactos quando ocorre excesso de capturas, ou sobrepesca, e pode afetar o tamanho e as abundâncias das populações (BARTHOLOMEW; BOHNSACK, 2005 *apud* ALBANO; VASCONCELOS, 2013). Entretanto, a pesca esportiva é capaz de gerar benefícios ao local onde é praticada, não só para o praticante, como também para geração de renda, por exemplo.

¹ Unidade de comprimento equivalente a 30,48cm (ACOBAR, 2012).

² Comportam até oito pessoas e contam com valor unitário (com motor) que varia entre R\$ 60.000,00 e R\$ 120.000,00, dependendo do nível de sofisticação do modelo e da potência do motor (ACOBAR, 2012).

Como impacto negativo da pesca esportiva, Souza (2004) pondera que esta atividade ocasiona disputa por peixes e espaços de pesca, mas, ao mesmo tempo, apresenta aspecto positivo ao contribuir para a complementação da renda dos pescadores artesanais. Uma das formas de complementação da renda que ocorre com famílias que vivem na região da Baía de Guaratuba é a produção de iscas vivas e outra é a atuação do pescador artesanal como “guia de pesca”, revelando seus conhecimentos ao turista, como pontos de pesca, localização e comportamento dos cardumes (MELLINGER, 2013).

Ao se considerar a interseção entre pesca para subsistência, pesca profissional e pesca recreacional, o relatório da FAO (2012) aponta que, mesmo que o crescimento econômico advindo da pesca esportiva demore em surgir, após o início deste retorno, ele acaba se sobrepondo aos benefícios oriundos das demais modalidades de pesca.

Albano e Vasconcelos (2013) descrevem que nas regiões do Litoral Norte de Santa Catarina e Litoral do Paraná a modalidade de pesca esportiva praticada caracteriza-se como pesca esportiva urbana e não turística. A primeira, segundo os autores, é caracterizada por estar próxima a grandes centros populacionais, e a segunda ocorre quando os pescadores se destinam a locais especializados em pesca, após adquirirem certa habilidade.

Além da pesca esportiva como atividade associada à náutica, os passeios de barco e esportes náuticos também podem gerar modificações nos locais onde as atividades são praticadas. Em relação à Baía de Guaratuba, diversos estudos indicam a ocorrência de impactos da náutica no ambiente. No Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba são descritos alguns conflitos gerados pela atividade turística, tais como: o barulho gerado pelos esportes náuticos, sobretudo o *jet ski*; a disputa entre comunidade local e pescadores amadores na captura de peixes e entre posseiros e moradores locais; o desmatamento nas regiões das comunidades Descoberto e Riozinho e a perturbação causada pela visitação não ordenada em sítios arqueológicos, nas proximidades dos rios principais, próximo ao sambaqui do Salto Parati e nas ruínas históricas (PARANÁ, 2009).

Ademais, impactos da náutica podem estar vinculados às características e modo como as embarcações são utilizadas. A ampla utilização de embarcações

com motor de popa foi associado a possível causa para diminuição de botos-cinza na Baía (FILLA, 2008) e favorece a destruição de manguezais de canais, onde há intenso fluxo de embarcações de médio porte (IBRADES, 2012). Mellinger (2013) registra relato de pescador que aponta para destruição dos manguezais e alevinos, em decorrência do uso de lanchas na Baía.

Entre a foz do rio Boguaçu até a boca da Baía “possivelmente ocorra o predomínio de processos erosivos, evidenciados por grandes variações de profundidade, predominância de depósitos de sedimento não coesivos e aumento progressivo do tamanho de grão dos sedimentos” (ZEM; PATCHINEELAM; MARONE, 2005, p. 6). A partir desta afirmativa é possível supor que nesses ambientes propensos à erosão, possivelmente embarcações que atuem intensificando essa hidrodinâmica possam favorecer esse processo. Esta área coincide com a área supostamente prioritária para náutica e pesca esportiva (IBRADES, 2012).

Ao observar a condição da estrutura das margens dos canais onde a náutica e a pesca amadora são praticadas com intensidade na Baía, os relatórios da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável apontaram que embarcações de recreação, ao ultrapassarem o limite de velocidade permitido em canais da Baía de Guaratuba, contribuem para degradação dos bosques de manguezais (IBRADES, 2012). Os documentos da pesquisa revelam que em canais mais estreitos, por onde geralmente estas embarcações não trafegam, a vegetação não se encontra em processo avançado de degradação.

A destruição do mangue é uma ameaça à perpetuação de ostras nativas (*Crassostrea rhizophorae*), que ocorrem essencialmente em bosques marginais aos corpos, nos bosques de borda, ou de bordadura (CASTILHO-WESTPHAL, 2012). Como resultado da pesquisa realizada por Christo (2006)³, após coleta desta espécie na Ilha das Garças, em seguida ao feriado de Carnaval, foi registrada “acentuada redução na densidade de larvas de ostra, coincidindo com o período em foi registrado o menor valor para transparência da água (0,50 m)” (p.90). A autora

³ A pesquisa contém informações sobre as espécies nativas obtidas em cinco pontos da Baía de Guaratuba, para verificar a distribuição e recrutamento das larvas; analisar o Índice de Condição (IC) e Rendimento da carne (R); época de maturação sexual em ostras adultas; aspectos microbiológicos das águas de cultivo e a presença de larvas e adultos da espécie exótica no ambiente natural (CHRISTO, 2006).

considera que a redução de larvas pode estar associada ao fato de ser um local amplamente frequentado por embarcações recreacionais, de pequeno e médio porte “causando ressuspensão de sedimento e deslocamento de água, provavelmente interferiram na distribuição das larvas e recrutas devido às perturbações causadas no ambiente, neste período” (p. 90).

A destruição dos manguezais traz implicações para sobrevivência do boto-cinza, já que a maior parte dos peixes que lhe servem de alimentos se reproduz ou se alimentam nestas áreas, além de contribuir para que botos encurralem e capturem cardumes (DOMIT, 2006). Ademais, a poluição sonora também é uma ameaça a estes animais. Em pesquisa sobre estimativa de densidade e estrutura de agrupamento do boto-cinza na Baía de Guaratuba, Filla (2004) detectou o abandono quase total da área pelos botos, associado à intensidade de embarcações, principalmente aquelas com motor de popa, que trafegam no local. Segundo explicação da autora, os sons do motor das embarcações alcançam a mesma frequência e sobrepõem-se aos sons produzidos pelos botos, interferindo em sua comunicação e provocando o consequente abandono (mesmo que temporário) da área.

Além e de forma aliada à perspectiva científica, considerar o modo como os impactos da náutica são percebidos por pessoas que habitam as localidades onde o turismo se desenvolve é fundamental para compreender a complexidade e as repercussões associadas ao turismo (BENI, 2006; SANTANA, 2009; GURSOY; RUTHERFORD, 2004). Investigações com este caráter possibilitam a criação de medidas para fortalecer e definir um modelo de turismo que possa ser mais condizente com os anseios das famílias ribeirinhas que vivem nas proximidades dos corpos d'água onde a náutica é praticada, e para estabelecimento de mecanismos de redução dos impactos do lazer nos ambientes lacustres.

Os impactos não serão necessariamente “homogêneos ou unidirecionais, ou seja, variarão conforme as respostas dos afetados e incidirão tanto de fora para dentro das populações quanto internamente a cada uma delas” (SANTANA, 2009, p. 155). Reconhecendo que questões que são impactantes para um grupo podem não ser para outro, Beni (2004) elenca que a percepção que os moradores possuem sobre a atividade turística depende de diversos aspectos. Variam conforme grau de dependência econômica do turismo e modo de distribuição dos benefícios

econômicos; proporção de turistas em relação ao número de residentes, considerando a sazonalidade e intensidade dos fluxos turísticos; distância entre residência e centro turístico; nível de contato com os turistas; e tamanho da comunidade, na medida em que comunidades menores são mais propensas a ter uma reação mais forte ao desenvolvimento do turismo, uma vez que este é mais visível para elas (BENI, 2004).

Dados produzidos por Mellinger (2013) indicam que, entre as atividades praticadas na Baía por unidades familiares investigadas, a pesca artesanal é a principal atividade praticada para subsistência e o turismo é a atividade geradora de renda que abrange maior quantidade de famílias. Ainda que as famílias não vivam exclusivamente da pesca, o presente trabalho apresenta uma aproximação ao universo de alguns pescadores, visto que estão em contato próximo aos locais onde a náutica é praticada.

Há uma vasta discussão, tanto acadêmica quanto normativa, acerca da conceituação e distinção entre os pescadores artesanais. Para fins deste trabalho, os “pescadores da Baía de Guaratuba” são aqueles que pescam prioritariamente na Baía de Guaratuba seja para subsistência ou para fins comerciais; exercem regime de trabalho familiar ou em grupos de parentesco e vizinhança; obtêm da pesca a principal fonte de renda familiar, sendo esta muitas vezes associada a outras fontes de renda; são detentores de um amplo conhecimento sobre o ambiente de pesca e responsáveis pela tomada de decisão em relação ao processo de trabalho. Estes pescadores se diferenciam de pescadores amadores que praticam modalidades de pesca esportiva na Baía de Guaratuba.

Já em relação ao turista, esse tem como finalidade o consumo da natureza para lazer e o nativo o tem como meio de sobrevivência (LUCHIARI, 1997). Para os praticantes da náutica, o ambiente visitado é concebido como um atrativo ou um recurso turístico. Para pescadores que residem na Baía de Guaratuba, a relação rompe com a dicotomia, ser humano e natureza, social e não social. A partir da diferenciação apresentada entre natureza e ambiente apontada por Ingold (2002), o estudo tem como **pressuposto** que o modo como ocorre o “envolvimento” dos usuários das embarcações de recreio, com a Baía de Guaratuba influencia no modo como os pescadores locais percebem os impactos decorrentes da náutica.

Para fins deste trabalho, a náutica praticada na Baía de Guaratuba da pode ser entendida como atividade turística de fluxo sazonal realizada por proprietários ou usuários de embarcações com motor de popa ou que utilizam *jet skis* nos espelhos d' água de estuários, com o fim de praticar a pesca esportiva ou passeios; requer utilização de equipamentos náuticos e de segundas residências. Não serão consideradas as embarcações que circulam regularmente conduzindo visitantes para passeios na Baía. Os usuários das embarcações de lazer interagem com a população local através da contratação de empresas turísticas de hospedagem, alimentação ou transporte; serviços para manutenção das segundas residências ou via contratação de marinheiros ou condutores para pesca; e possuem com o ambiente uma relação de consumo para fins de recreação. A partir desse quadro de complexidades, emergiu a pergunta que orienta esta pesquisa: **De acordo com as percepções dos pescadores da Baía de Guaratuba, de que forma a náutica impacta o ambiente?**

Neste contexto, a presente dissertação tem por **objetivo geral: Analisar a percepção de pescadores da Baía de Guaratuba sobre os impactos que a náutica e a pesca esportiva produzem no ambiente.**

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos:**

- **Analisar as relações estabelecidas entre os pescadores locais e os ecossistemas do Complexo Estuarino da baía de Guaratuba.**
- **Descrever a percepção dos pescadores sobre o ambiente e mudanças nele ocasionadas, decorrentes da náutica.**
- **Identificar, a partir da abordagem epistemológica de Ingold, de que maneira a percepção dos pescadores sobre o ambiente, pode lançar novos caminhos para possíveis planos de turismo que levem em conta as complexas relações entre atores sociais e as dinâmicas ecossistêmicas.**

2. O LOCUS DE PESQUISA

Diante das dinâmicas que permeiam o contexto dos pescadores da Baía, o presente capítulo irá descrever os principais fatores que influenciaram as transformações históricas da pesca local, a partir da análise de dados e estudos relacionados ao ambiente; expansão urbana do município; pesca e atividades econômicas praticadas nas comunidades.

2.1 COMPLEXO ESTUARINO DA BAÍA DE GUARATUBA

O litoral paranaense contempla dois complexos estuarinos, a Baía de Paranaguá e a Baía de Guaratuba. A primeira é a mais extensa do litoral do Paraná, estendendo-se por cerca de 46 quilômetros terra adentro e perpassa os municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. Possui largura máxima de 10 quilômetros e compreende a Baía de Antonina, Laranjeiras e Pinheiros (BIGARELLA, 1946).

O Complexo Estuarino da Baía de Guaratuba localiza-se na planície costeira do Estado do Paraná (25° 52' S, 48° 38' W), com cerca de 6.260 hectares, a água doce é drenada diretamente ou através de canais de marés (IBRADES, 2011). A Baía de Guaratuba está situada no município de mesmo nome (FIGURA 1), alarga-se por 15 quilômetros, possui largura máxima de 5 quilômetros e profundidades mínimas de 2,5 metros junto à linha de costa e acima de 20 metros na boca estuarina (MARONE; NOERNBERG; SANTOS, 2004).

A cidade de Guaratuba, a 120 quilômetros de Curitiba, com população de 32 mil habitantes, conta com grau de urbanização de 89,75% (IBGE, 2010).



FIGURA 01 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
 FONTE: PEREIRA *et al.*, 2008

Alguns dados sobre o município permitem compreender o contexto em que as comunidades estiveram inseridas. Verifica-se pelo gráfico 1 que o aumento demográfico entre as décadas de 1950 e 1970 (GRÁFICO 01) foi relativamente pequeno, se comparado ao crescimento nos demais períodos, no entanto, entre os anos de 1960 e 1970 houve o maior aumento da taxa de urbanização no município, elevada em 21% em relação à década anterior. Tal aumento fez com que, na década de 1970, Guaratuba passasse pela transição de município com população predominantemente rural para município cuja maior parte da população vive em áreas urbanas, alterando assim, a taxa de urbanização do município (GRÁFICO 02).

As flutuações nas concentrações da taxa de urbanização nas comunidades da Baía estiveram associadas ao êxodo rural (FERREIRA, 2010), às migrações de novos moradores de classe média com interesse no turismo (PIERRE, 2003) e às migrações entre comunidades da Baía. Mellinger (2013, p.65) registra que a segunda fase das migrações de pescadores esteve vinculada às “dificuldades de acesso e de saúde, laços matrimoniais e depois às restrições no uso dos recursos naturais pela legislação ambiental”. Atualmente, as migrações acontecem por

motivos de casamento e trabalho e é muito comum a migração entre localidades situadas às margens da Baía de Guaratuba e em direção ao centro do município (MELLINGER, 2013).

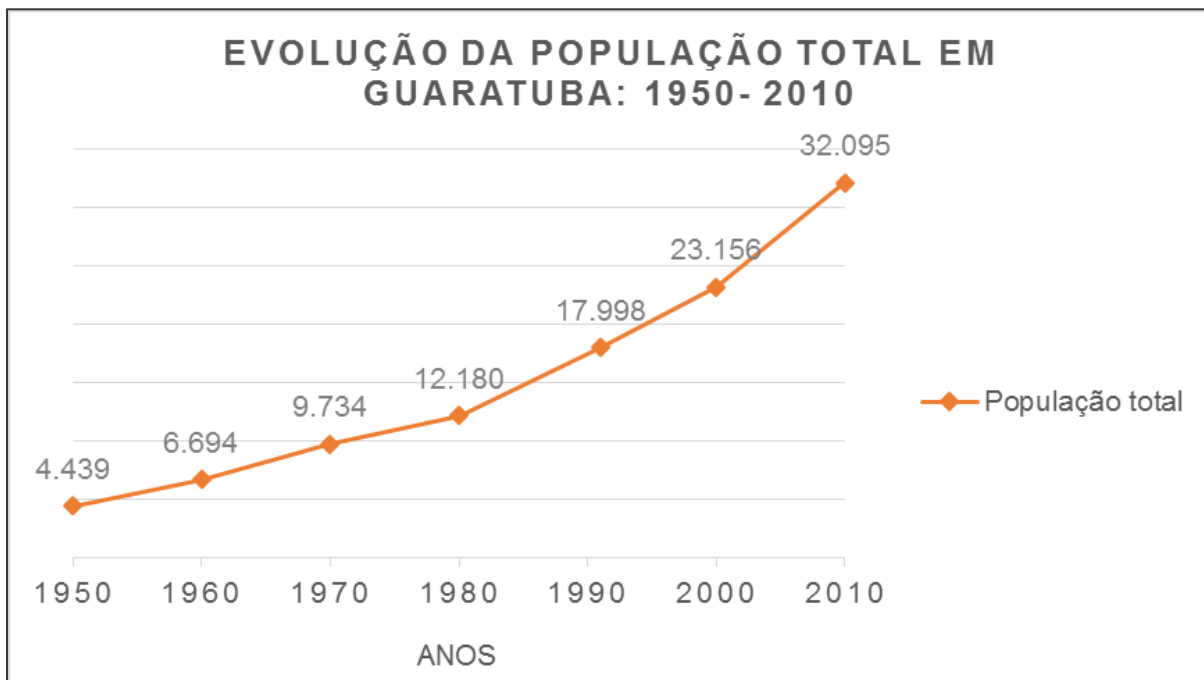


GRÁFICO 01 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO EM GUARATUBA, ENTRE 1950 E 2010.
 FONTE: IBGE (2010).
 Elaboração: A autora (2015).

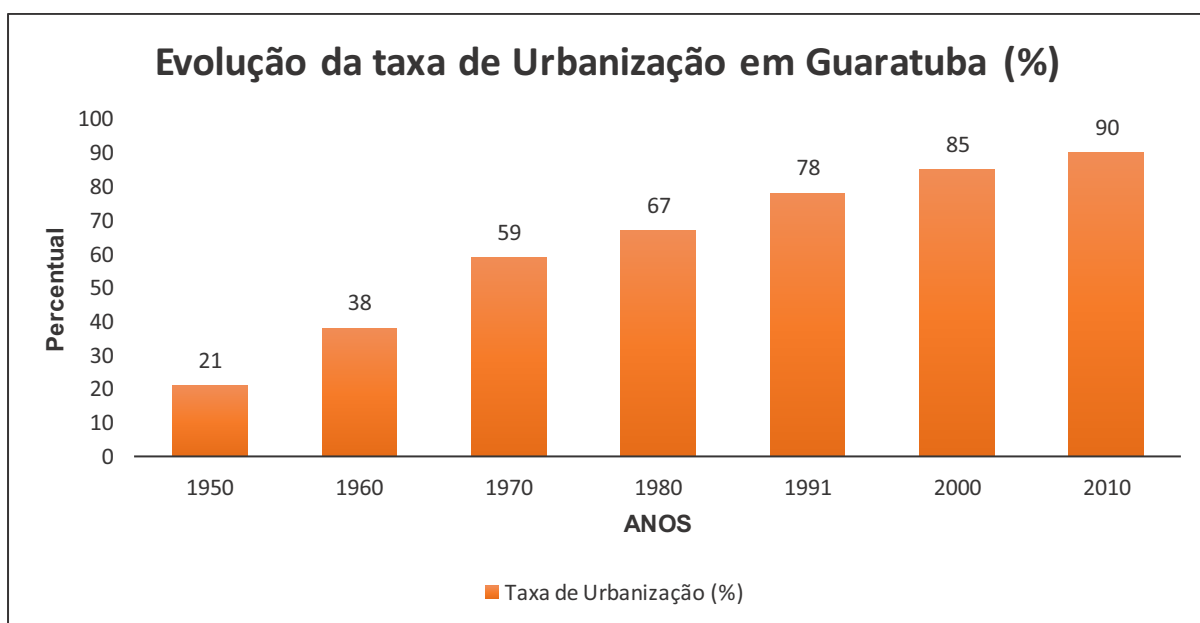


GRÁFICO 02 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO EM GUARATUBA, ENTRE 1950 E 2010.
 FONTE: IBGE (2010).
 Elaboração: A autora (2015).

Diversos fatores influenciam na dinâmica das famílias que residem às margens da Baía de Guaratuba, entre eles a urbanização efetivada a partir do investimento e implantação de infraestrutura, sobretudo para mobilidade inter e intramunicipal; as normas ambientais e da pesca, que incidiram diretamente sobre o pescador; e a dinamicidade das atividades econômicas em curso, incluindo as mudanças relacionadas diretamente à pesca (QUADRO 01).

O desenvolvimento da pesca na Baía de Guaratuba assemelha-se ao contexto de muitas comunidades do litoral paranaense em que, até os anos 1970, a atividade foi predominantemente praticada de forma associada à agricultura, caça e extrativismo florestal. Dois fenômenos promoveram a desestruturação da economia litorânea organizada nestes moldes: o êxodo rural, com os agricultores trocando o campo pelo litoral, sob a pressão de grandes grupos econômicos, exploradores agrícolas e outros especuladores, muitas vezes com o apoio direto do governo federal (ROUGEULLE, 1993; MIRANDA, 2004), e a melhoria da infraestrutura rodoviária, que conecta o planalto e o litoral, contribuindo para o aumento do mercado do pescado (ROUGEULLE, 1993).

Até 1970, a organização do trabalho caracterizava-se pela ampla participação de outras pessoas da comunidade. A pesca da tainha com espia, praticada na boca da Baía era bastante comum, bem como a prática dos guajus e mutirões⁴ era o sistema de organização das comunidades para o trabalho na roça (MELLINGER, 2013).

A partir da década de 1970, as transformações decorrentes da urbanização passam a influenciar na dinâmica histórica das comunidades descritas por (ANDRIGUETTO FILHO, 2003; FERREIRA, 2010; SAMPAIO, 2006; MELLINGER, 2013). Tal concepção se expressa no modo de organizar o território e manejar recursos e “natureza”, de usufruir o tempo livre das obrigações do trabalho a partir da expansão do turismo e segundas residências no município, de organização social e dos investimentos públicos, sobretudo em infraestrutura urbana (QUADRO 01).

⁴ Na baía, ambos eram praticados nos cultivos de arroz. Era um trabalho intensivo na roça, que incluía homens roçando com enxada e mulheres plantando. Conforme explica Mellinger (2013, p. 86), “o guaju era uma troca de favores, de força de trabalho. Já no “matirão” o combinado, acordado, era uma grande festa para os trabalhadores ao final do dia, o fandango.”

	Formação das comunidades/ Urbanização	Atividades econômicas na Baía/Pesca
1890 1909	Povoamento das comunidades rurais do Descoberto, São Joãozinho, Riozinho e Rio Cedro.	Pesca associada à agricultura. Pescaria de “porombobó” ⁵ nos rios, herança indígena (MELLINGER, 2013).
1910 - 1949	1920: primeiros empreendimentos ao norte da Baía de Guaratuba (SAMPAIO, 2006). Construção da PR-407 (MELLINGER, 2013). 1929: instalação do primeiro sistema de energia elétrica na vila de Guaratuba (MELLINGER, 2013) 1924 a 1928: construção de estrada entre Caiobá e a Prainha (SAMPAIO, 2006). 1930: serviço de travessia entre Matinhos e Guaratuba, realizado com duas pequenas lanchas (SAMPAIO, 2006). 1949: fundação do late Clube de Guaratuba (SAMPAIO, 2006).	Nas comunidades no sudoeste da Baía: sistema de coivara para o cultivo de feijão, mandioca, café, utilizando áreas alagadas para o cultivo de arroz (FERREIRA, 2010). Extrativismo do cipó-preto para confecção de balaios, cestos, chapéus, objetos de decoração e utilização em cercas e na construção de moradias (FERREIRA, 2010). Pesca “pro gasto” utilizando canoas “de um pau só” (MELLINGER, 2013). 1920: produção e exportação do café via porto de Paranaguá. Difusão do “desejo pelo lazer” (SAMPAIO, 2006). Fatura na pesca, pesca da tainha com espia⁶ na boca da baía; pesca de camarão com peneiras (MELLINGER, 2013). Com energia elétrica, possibilidade de armazenamento e conservação dos peixes (MELLINGER, 2013). 1930: sistema de coivara entra em crise, cresce a importância econômica da pesca para comercialização no mercado regional: Paranaguá e Curitiba (ANDRIGUETTO FILHO, 2003). Guajus, mutirões e sistema de quinhão para organização do trabalho.
1950 - 1969	1950: construção da estrada que conecta Guaratuba ao Estado de Santa Catarina (MELLINGER, 2013). A partir de 1950 - intensificações da ocupação territorial, grilagem da terra e baixa fertilidade do solo favorecem o desaparecimento da atividade agrícola em comunidades estuarinas e a migração de agricultores do interior para as comunidades ribeirinhas, para se tomarem pescadores (ANDRIGUETTO FILHO, 2003). 1951: instalação de nova rede de energia (MELLINGER, 2013). 1960: instalação de serviço de balsa para travessia de automotores (SAMPAIO, 2006). Entre 1950 e 1970: taxa de urbanização em Guaratuba aumentou em 38% entre as duas décadas (IBGE, 2010).	1960: início da motorização, com difusão acelerada nos anos 70 (ANDRIGUETTO FILHO, 2003). 1960: elevado percentual de pescadores imigrantes catarinenses que se alojaram em bairros de Guaratuba, com destaque para o bairro de Caieiras (ANDRIGUETTO FILHO, 2003). Final da década de 60 e meados da década de 70: inserção da tecnologia de fibras sintéticas aumenta a durabilidade das redes, facilita seu manuseio e diminui o tempo necessário à confecção e manutenção. Por outro lado, permitiu o aumento exagerado das redes de espera e, mais tarde, de deriva ou caceia, também formas dominantes de pesca atualmente (ANDRIGUETTO FILHO, 2003, p. 49). Aumento do tamanho das redes bloqueia canais e aumenta capacidade de captura (ANDRIGUETTO FILHO, 2003).

⁵ Pesca com lampião para pegar peixes nos galhos do manguezal, defumação dos peixes e partilha com a comunidade.

⁶ Havia o espia que ficava trepado em quatro paus fincados no mangue, com uma escadinha, só olhando (espiando) quando o peixe “buia” (boiava); assobiava e o pessoal já entrava na canoa. O patrão era o que remava na popa para cercar o peixe, tinha o proeiro que ia ao remo também e o chumbeiro que só ia jogando chumbo. Agora com motor não precisa, na época precisava porque era no remo. O patrão e o espia eram os dois que ganhavam mais, o “quinhão” deles era maior, “era uma responsabilidade mais séria” (MELLINGER, 2013, p. 72).

1970 - 1989	Início da instalação das segundas residências, de proprietários de classes média e alta, da Região Metropolitana de Curitiba e interior do Estado (POLIDORO, DESCHAMPS, 2013). 1970: transição de município com população que até então era predominantemente rural para município com população predominantemente urbana, sendo que entre os anos de 1960 e 1970 houve o maior aumento da taxa de urbanização, elevada em 21% em relação à década anterior (IBGE, 2010). Êxodo das famílias do interior da Baía de Guaratuba, pois muitas venderam suas terras, principalmente na comunidade de Descoberto (FERREIRA, 2010). 1986: construção de estrada que ligaria o Porto Passagem (ao lado de onde fica o embarque e desembarque do <i>ferry-boat</i>) ao late clube de Caiobá (MELLINGER, 2013). 1988: migrações para o Cabaraquara em busca de condições de acesso ao centro urbano e de saúde (MELLINGER, 2013).	Início da década de 1970: inserção das embarcações de tábua, que substituem canoas de um pau só. Aumento da capacidade de captura e facilidade de manutenção (ANDRIGUETTO FILHO, 2003). 1970: possibilidade de congelamento do pescado (MELLINGER, 2013). Arrasto do camarão-branco e do sete-barbas na plataforma interna é a principal pescaria do litoral do Paraná (ANDRIGUETTO FILHO <i>et al.</i>, 2014) 1971: chegada das empresas de reforestamento Florestal Iguaçu (Grupo Faber Castell) e Comfloresta (Grupo canadense Brascan) com sede em Santa Catarina (FERREIRA, 2010). Derrubada da floresta nativa para plantio de pinus (FERREIRA, 2010). Entre 1975 e 1985: capitalização, modernização e crescimento da pesca marítima paranaense, decorrente, sobretudo, de incentivos governamentais e ampliação do mercado consumidor (ANDRIGUETTO FILHO <i>et al.</i>, 2014). 1981-1992: comunidades de Riozinho e Descoberto realizam parcelamento e comercialização de terras para empreendimentos turísticos como pousadas para pesca esportiva. 1988: situação de declínio dos estoques (e não apenas dos rendimentos por embarcação) dos camarões sete-barbas e branco, e aumento nos custos do óleo diesel e da manutenção de motores (ANDRIGUETTO FILHO <i>et al.</i>, 2014).
1990 - 2000	1998- 2000: migrações para o Cabaraquara decorrentes das restrições ambientais. Aumento populacional, até a década de 2000, decorrente da vinda de migrantes das classes média e alta que buscam melhor qualidade de vida (PIERRI, 2003).	<u>Nas comunidades do interior da Baía:</u> Extrativismo do cipó-preto e do musgo (FERREIRA, 2010). A partir de 1993: geração jovem busca trabalho na cidade. Manutenção dos moradores nas comunidades devido aos custos para se viver nos centros urbanos (FERREIRA, 2010). As famílias buscam novas fontes de renda: trabalhos no setor privado e público, locação de barco, construção de pousadas (FERREIRA, 2010). 1996: primeiro cultivo de ostras na Baía de Guaratuba. 2000: início isca viva (MELLINGER, 2013).
2000 Atual	2012: início das obras de ampliação do late clube de Caiobá.	Com a criação do ParNa SHL a roça foi proibida em parte da comunidade Parati Proibição da pesca do arrasto em 2003 foi um marco na Baía de Guaratuba, pescadores passaram a usar o caceio e lanço batido (MELLINGER, 2013). Comercialização de ostras em restaurantes do Cabaraquara (MELLINGER, 2013). Pesca com ceva no Rio Guanxuma, Rio dos Patos, Rio das Pedras; Rio Descoberto; Rio São João (ZANLORENZI, 2011). Passeios de barco e pescarias guiadas na Baía de Guaratuba.

QUADRO 01 – ASPECTOS QUE INFLUENCIARAM NO DINAMISMO HISTÓRICO DE
COMUNIDADES DA BAÍA DE GUARATUBA, DE ACORDO COM LITERATURA

FONTE: Diversos autores citados no quadro

Sistematização: A autora, 2015.

O advento do motor como meio de propulsão das embarcações constitui um marco no sistema de pesca em pequena escala (ANDRIGUETTO FILHO, 1999; 2003). Em decorrência deste processo, Andriguetto Filho *et al.* (2014) comentam que, a partir dos anos 1970, o arrasto de pequena escala do camarão-branco e do sete-barbas na plataforma interna torna-se a principal pescaria do litoral do Paraná.

O surgimento e a aquisição de novas embarcações e motores para a pesca em Guaratuba, entre 1975 e 1985, foram propiciados a partir da capitalização, modernização e crescimento da pesca marítima paranaense, decorrentes, sobretudo, de incentivos governamentais e ampliação do mercado consumidor (ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2014). O financiamento, sobretudo com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) contribuiu para expandir e tecnificar o setor. Como consequência, surgiram barcos arrasteiros utilizados para pesca marítima (ANDRIGUETTO FILHO, 2012; ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2014).

Os fatos de a motorização ter possibilitado acesso a locais de pesca mais longínquos e de algumas modalidades de pesca na Baía passarem a ser proibidas com o uso de motor, contribuíram para diferenciar as embarcações de dentro e de fora da Baía. A exemplo disto, o gerival ou tarrafinha, utilizado principalmente para a pesca de camarões, “deve ser realizado **sem o uso de motor**, com malha igual ou maior que 2,5 cm (dois centímetros e meio) na panagem e no ensacador” (Portaria IBAMA nº12, de 20 de março de 2003 - válida para o Estado do Paraná). Além disto, a prática do caceio “deve ser realizada **sem tração motorizada**, com redes de malha igual ou maior que 6 cm (seis centímetros) e altura máxima de 3 m. (três metros)” (IBAMA, 2003).

Apesar da ampliação do uso de embarcações motorizadas, Silva (2003) explica que canoas e bateras a remo são embarcações de grande importância para a pesca na Baía de Guaratuba. Além delas, canoas de pequeno porte e motorizadas e barcos de alumínio, com motor de até 25 HP, também são comuns entre os pescadores do estuário (SILVA, 2013). Portanto, o processo de tecnificação, associado ao processo de regulamentação da pesca na Baía não repercutiram em mudanças significativas nas embarcações utilizadas, mas sim na diferenciação entre os que pescam dentro e fora da Baía.

Em decorrência da conjuntura daquele período, em 1988 foi identificada uma situação de crise, resultante da queda nos estoques (e não apenas dos rendimentos por embarcação) dos camarões sete-barbas e branco, e aumento nos custos do óleo diesel e da manutenção de motores (ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2014). Mafra (2007) comenta que, além da diminuição dos estoques de peixe, houve diminuição de ostras no mangue em Guaratuba. Cunha (2004) registra depoimentos que retratam este aspecto, a partir da percepção de pescadores tradicionais em Pontal do Paraná. Andriguetto Filho (1999), em pesquisa sobre as comunidades pesqueiras do litoral do Paraná, considera que “há indícios de declínio, pelo menos em relação aos estoques de peixe, senão para os camarões”. Pescadores da Ilha do Mel comentam sobre “o sentimento de que o peixe está cada vez mais escasso” (IPHAN, 2012: p. 53). Miranda (2004), em pesquisa sobre os extrativistas tradicionais do Complexo Estuarino da Baía de Paranaguá, relata a diminuição da abundância de ostras e diminuição do tamanho disponível para captura de caranguejos em determinados bosques de manguezais desse estuário.

A partir de 1984 vêm ocorrendo importantes intervenções estatais, com a criação de normas relativas aos apetrechos e embarcações, através das unidades de conservação, que influem na captura de espécies específicas e nas atividades econômicas. Impactos da legislação ambiental atingiram as comunidades a partir de 1998, ocasionando a migração de diversas delas.

Dois instrumentos normativos acarretaram em mudanças na organização da náutica na Baía de Guaratuba foram a Resolução Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) nº 016/2009, válida para o litoral do Paraná, que restringe a pesca esportiva do robalo-peva e do robalo-flexa, proibindo-a nos meses de novembro e dezembro, e a Portaria Instituto Ambiental do Paraná (IAP) nº 086, de 19 de junho de 2009, cujo artigo 1º proíbe a pesca com utilização de redes, delimitando detalhadamente as áreas de proibição:

Proibir o exercício da pesca com o emprego de redes de quaisquer tipos, durante os finais de semana e feriados o ano todo; e em qualquer outro dia dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro no perímetro limitado por uma linha imaginária com as seguintes configurações:

Linha 1: Partindo da caixa d'água da COOPESPAR, até encontrar o extremo oeste da Ilha do Capinzal (Foz do rio Barigui), daí margeando a

mesma ilha chegando a costa leste, no ponto mais próximo ao late Clube de Caiobá;

Linha 2: Partindo da costa leste da Ilha do Capinzal (fz do rio Fundo), no ponto mais próximo ao late Clube de Caiobá, até entrada do late Clube de Caiobá; margeando a costa até o ponto de partida do Ferry Boat;

Linha 3: Partindo do ponto de embarque do Ferry Boat do lado de Caiobá, até o ponto de embarque do lado de Guaratuba, daí margeando a costa até encontrar a caixa d'água da COOPESPAR, ponto inicial.

O conjunto de normas (FIGURA 2) incide em diversas partes da Baía, influenciando as comunidades de pescadores. As jurisdições influenciam sobre os locais onde os pescadores podem pescar, peixes que podem ser capturados, modalidades de pesca permitidas e períodos e espaços em que a pesca passa a ser proibida. Jurisdições com este caráter também tendem a possibilitar aumento da quantidade e variedade de organismos da Baía.

As normas impostas por órgãos governamentais muitas vezes são percebidas como sem sentido pelos pescadores, consideradas como injustas ou ineficazes, conforme apontam os estudos de Chaves *et al.* (2002) e Andriguetto Filho *et al.* (2006; 2014). Segundo os autores, diversos são os fatores que levam a esta situação. As normas são de caráter essencialmente restritivo e foram elaboradas sem que houvesse participação popular. Além disto, os pescadores têm dificuldade para distinguir e associar os órgãos ambientais e suas atribuições, tal como IBAMA, IAP, Polícia Florestal ou Militar (ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2006).

As normas produzidas por diferentes órgãos influenciam aspectos da pesca como, por exemplo, o uso ampliado da “tarrafinha” após a proibição do arrasto na Baía de Paranaguá, que ocasionou o aumento da superexploração dos estoques de camarão (ROUGEULLE, 1993). Este apetrecho geralmente acompanha os pescadores do interior da Baía de Guaratuba, pois conforme descreve Andriguetto Filho (2002), eles costumam utilizar, além da canoa a remo, linha e anzol, uma ou mais tarrafinhas (ou gerivais), ou pelo menos um pano de rede de malha para pesca de caceio (ou deriva), de 4,5 a 5 cm.

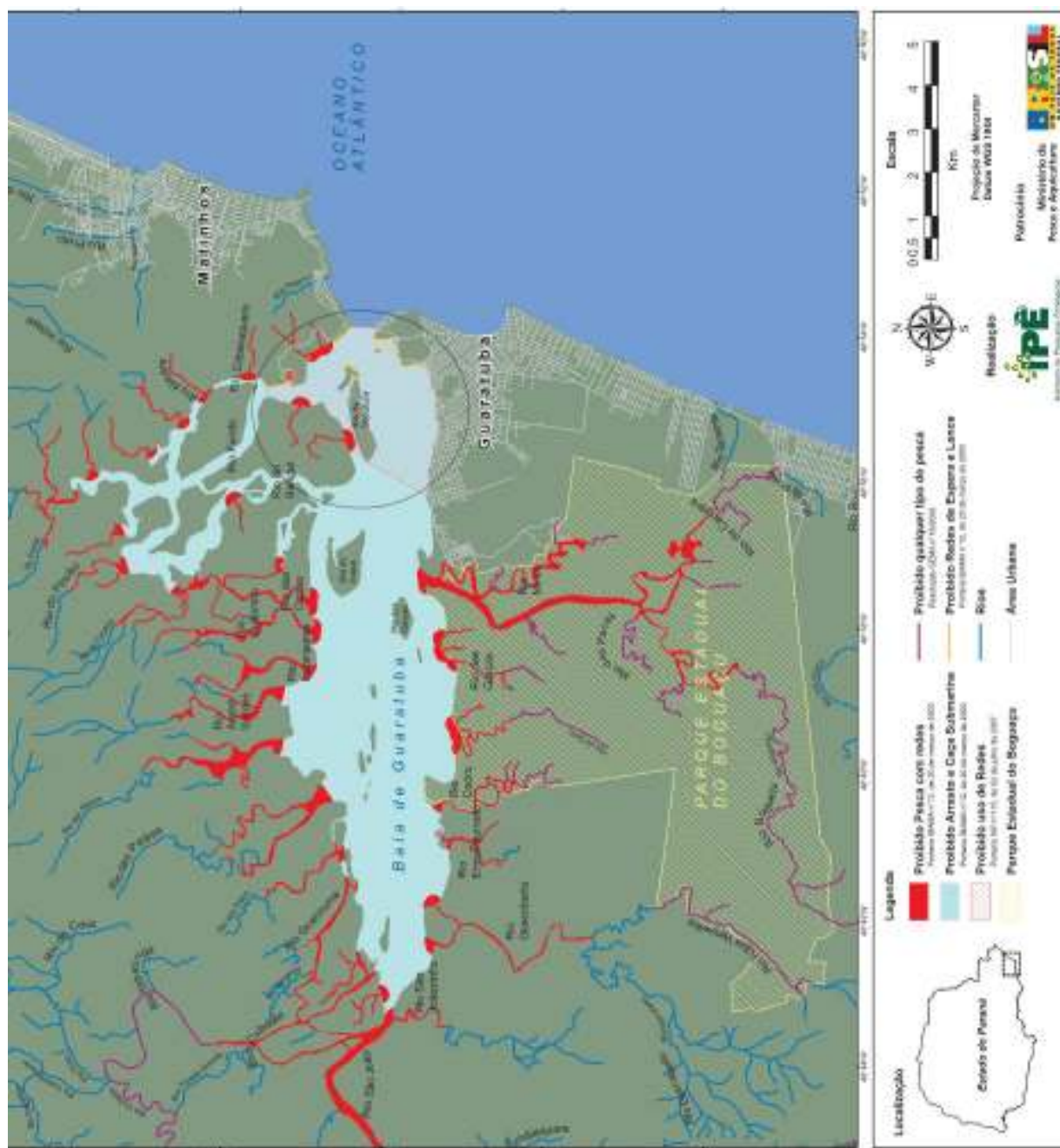


FIGURA 02 - MAPA DA LEGISLAÇÃO PESQUEIRA DA BAÍA DE GUARATUBA.
FONTE: INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS, 2009.

Segundo Chaves *et al.* (2006), os pescadores consideram que o processo de concessão de benefícios como o seguro-desemprego, repassado durante o defeso do camarão, quando a pesca de arrasto é proibida, é insuficiente e nem sempre pago em dia. A jurisdição nacional, produzida a partir de contextos muitas vezes distantes da realidade local, fica à deriva de interesses político-partidários e pressões do setor empresarial (ANDRIGUETTO FILHO *et al.*, 2014).

Em relação à percepção dos pescadores sobre o processo de urbanização que afetou as comunidades do interior da Baía de Guaratuba, Ferreira (2010) identificou que a maior parte das famílias que se manteve na área rural afirma gostar do local onde vive. Muitas consideram que uma das vantagens do meio rural é a possibilidade de obtenção de alimento (FERREIRA, 2010). A principal queixa dos moradores está relacionada à precariedade do transporte público, e, em seguida, à falta de escolas para as crianças, ao serviço de saúde insatisfatório, à falta de trabalho e renda e falta de módulo policial para patrulha (FERREIRA, 2010). Isto pode indicar que o processo de urbanização favoreceu a melhoria de determinados bairros centrais do município, alavancando o êxodo rural, em detrimento de ampliar as condições de sobrevivência e permanência das comunidades em todos os setores do município, inclusive no meio rural.

Comunidades que no passado tinham seu sustento a partir da agricultura de coivara⁷, extrativismo vegetal e florestal tiveram suas dinâmicas alteradas. Como resultado desta conjuntura, famílias buscam por alternativas de renda, entre elas, o turismo (FERREIRA, 2010). Como consequência das fortes mudanças sucedidas no litoral paranaense, ocorreu a marginalização da pequena pesca tradicional, associada ao desenvolvimento de uma pesca modernizada (ROUGEULLE, 1993; ANDRIGUETTO FILHO, 2002).

Portanto, pondera-se que muitas das mudanças aqui apresentadas, inclusive o turismo, apesar de aparentemente estarem relacionadas unicamente ao contexto do pescador, acentuam o dinamismo do ambiente, uma vez que incidem não somente na condição de manutenção dos estoques pesqueiros, mas também nas interações que os pescadores passam a ter com o ambiente onde vivem.

Mesmo com abrangente área destinada à conservação, a Baía abarca diversos tipos de conflitos fundiários e decorrentes das legislações ambientais (FERREIRA, 2010), entre pescadores de dentro e de fora da Baía e entre pescadores e turistas (MELLINGER, 2013; PEREIRA *et al.*, 2008). Em suma, as leis se materializam com a figura do órgão fiscal e medidas de controle da pesca; a

⁷ A coivara “baseia-se na derrubada e queima da mata, ao que se segue o plantio na área durante três anos. Com a redução da produtividade, decorrente do empobrecimento do solo, a área é abandonada por três a 10 anos. Processa-se então no local uma sucessão ecológica, que leva ao aparecimento de uma capoeira (...) que pode ser derrubada e queimada para um novo plantio. Portanto o pousio é parte integrante da técnica” (OLIVEIRA *et al.*, 1994: 46).

urbanização restringe a mobilidade do pescador e a forma como o trabalho é realizado; o exercício de determinadas modalidades de pesca reflete na abundância ou escassez de peixes; o turismo pode representar um novo tipo de relação que o pescador estabelece com o ambiente.

2.2 ASPECTOS ECOSSISTÊMICOS DO COMPLEXO ESTUARINO DA BAÍA DE GUARATUBA

A junção entre a Baía de Guaratuba e o Oceano Atlântico ocorre por uma única desembocadura (aproximadamente 500 metros), limitada pela Serra da Prata, ao norte, e o Morro de Guaratuba, ao sul (ANGULO, 2000). Diante da sua morfologia e sedimentologia, a costa de desembocadura é influenciada por ondas e correntes de deriva litorânea, mas também por correntes de maré (ANGULO; ARAÚJO, 1996, p.13). A maré é semidiurna com desigualdades diurnas e alcança amplitudes máximas e mínimas em torno de 1,5 e 0,7 m, respectivamente (MARONE *et al.*, 2006).

A maré e a descarga dos rios são as principais forças da circulação na Baía de Guaratuba (MARONE *et al.*, 2006). A bacia hidrográfica de Guaratuba é formada por rios cujo montante está localizado nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja e Araraquara, são eles: Cubatão e afluentes, Cubatãozinho, Arraial, São João, Parati, Guaratubinha e Castelhanos. Os de menor magnitude como Pontal, Taquaruçu, do Meio Vitória e Claro nascem na planície litorânea. Outros rios de destaque são: Rio Boguaçu, Rio do Barigui, Rio do Fundão e Rio dos Pinheiros (BRANDINI, 2008). A margem norte contém 2/3 dos rios e canais de maré que desaguam no sistema, além de bancos de gramíneas e bosques de manguezais bem preservados, e a margem sul apresenta afluentes de menor porte, onde se situa a cidade de Guaratuba (BRANDINI, 2008).

As principais tipologias vegetais encontradas são as Florestas Ombrófila Densa das Terras Baixas e Submontana, as Formações Pioneiras de Influências Marinhas, Fluvio - marinha e Fluvial (IBGE, 1992). A temperatura média no inverno

é de 14,5°C e no verão 29,6°C (IPARDES, 1995). Os ventos predominantes são de leste e sudeste com velocidade média de 4 m/s.

A Baía de Guaratuba apresenta numerosos canais e ilhas em seu interior e é margeada em quase todo o perímetro por extensos manguezais, sendo os solos geralmente lodosos. As ilhas de maior destaque são: Ilha do Veiga, Ilha do Capinzal, Ilha do Rato, Ilha do Araçá, Ilha das Garças e Ilha da Sepultura (BRANDINI, 2008).

A produtividade primária dos manguezais é elevada, sendo que a presença desses ecossistemas relaciona-se com a atividade pesqueira da região, pois eles abarcam uma grande quantidade de cardumes, visto que 60 espécies de peixe foram catalogadas nos manguezais da Baía de Guaratuba (CHAVES, 1998). Ao longo das suas margens, a vegetação é composta por espécies de Mangue Preto (*Avicennia schaueriana*), Mangue Vermelho (*Rhizophora mangle*) e Mangue Branco (*L. racemosa*) e, em áreas rasas, por uma vegetação de pequeno porte denominada popularmente praturá (*Spartina alterniflora*) (CHAVES *et al.*, 2002).

Na Baía de Guaratuba vivem diversas espécies da fauna, aves aquáticas, como atobás, fragatas, biguás, trinta-réis e gaivotas; aves migratórias, como garças e colhereiros; animais com adaptações aquáticas, como cágados, jacarés e tartarugas ou mesmo espécies aquáticas, como é o caso do boto-cinza, entre outras (PARANÁ, 2010).

Diante da diversidade da fauna, flora e ambientes, a Baía compõe um mosaico de unidades de conservação, pois pertence à APA de Guaratuba, instituída em 1992 pelo Decreto Estadual nº 1.234, com área de aproximadamente 200 mil hectares. Ao norte a Baía faz limite com o Parque Nacional Saint Hilaire Lange; ao sul situa-se o Parque Estadual do Boguaçu.

A Baía de Guaratuba possui cerca de 86 espécies de peixes, catalogadas conforme levantamento realizado por Chaves *et al.* (2002). Deste total, 37 espécies são comercializadas em mais de 75% dos mercados de peixe de Guaratuba, sendo que bagres e tainhas são as espécies que aparecem com uma frequência maior nestes estabelecimentos. Em seguida, as espécies que apareceram entre 75 a 50% dos mercados de peixe foram: robalo-flexa; robalo-peva; oveva, roncador, pescada e

pescada-branca; pescadinha; betara; betara-preta; corvina e linguados da família Paralichthyidae e Achiridae (CHAVES *et al.*, 2002).

Diante desta conjuntura, algumas espécies da fauna local, que vivem de forma temporária ou permanente neste corpo d'água, bem como locais e pessoas são colocados em situação de fragilidade, de acordo com metodologia participativa desenvolvida no Plano de Conservação e Gestão da Baía de Guaratuba (PEREIRA *et al.*, 2008)⁸ (FIGURA 03), quais sejam: peixes: robalo-peva, robalo-flecha, tainha ou tainhota, parati, bagre, caratinga; camarão: camarão-branco; o manguezal, considerando-o como ambiente em sua totalidade, no qual são extraídas espécies exploradas comercialmente, como a ostra do mangue (*Crassostrea rhizophorae*), ostra (*Crassostrea brasiliiana*) e caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*); bocas de rios; áreas de brejo; águas estuarinas e o (a) pescador(a) artesanal da Baía.

⁸Estas sete categorias de organismos foram definidas na metodologia empregada como sendo “alvos de conservação”, ou seja, prioridades de conservação em áreas importantes para a biodiversidade. Elas foram obtidas através de estudo realizado pela ONG “The Nature Conservancy”, Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais (GIA) da Universidade Federal do Paraná (PEREIRA *et al.*, 2008).

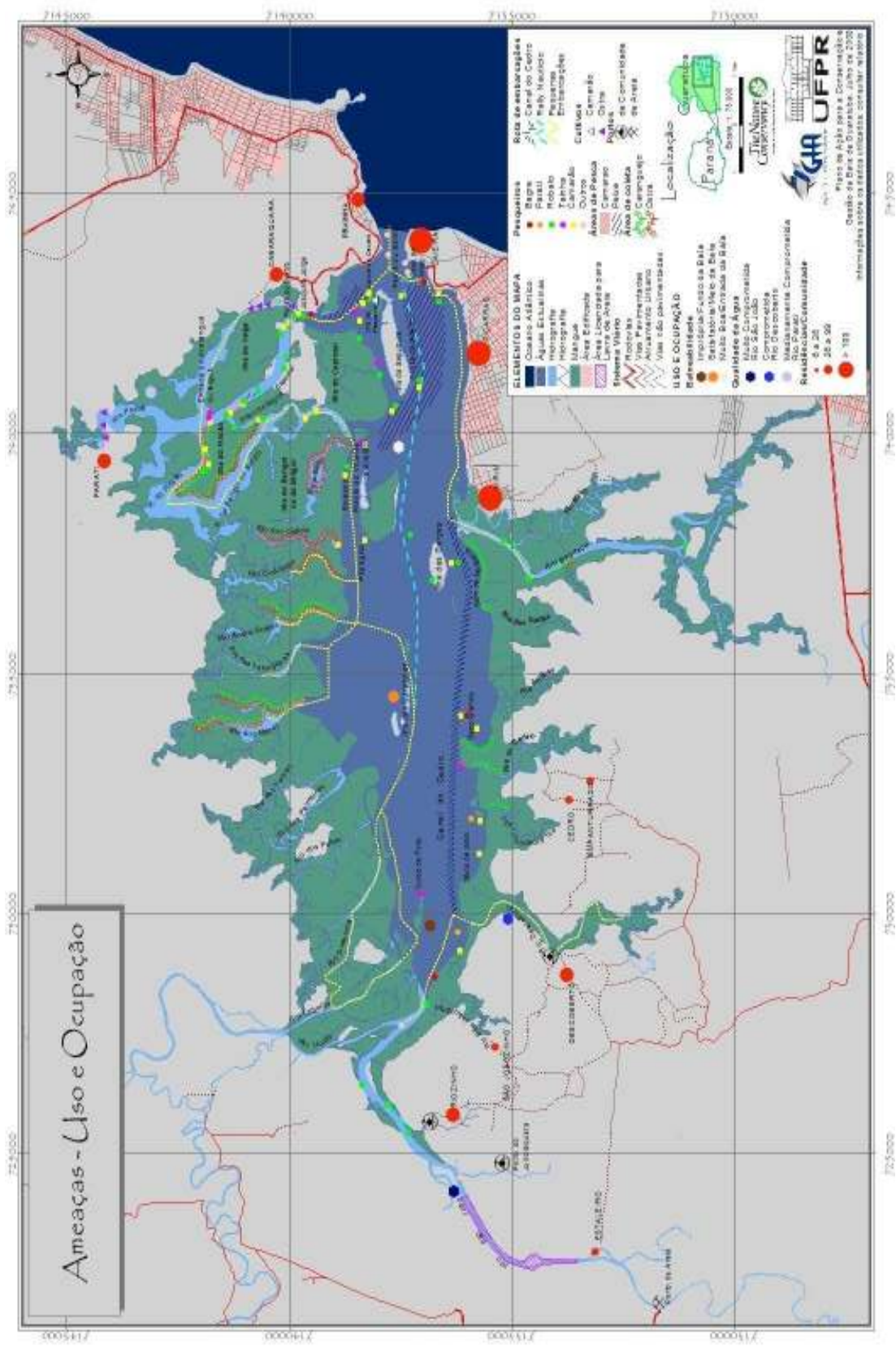


FIGURA 03 - DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES NA BAIÁ DE GUARATUBA E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.
FONTE: PEREIRA *et al.* (2008).

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DAS COMUNIDADES DE PESCADORES

Esta seção apresenta os aspectos gerais que caracterizam as atividades econômicas praticadas por unidades familiares de residentes no entorno da Baía de Guaratuba, de modo a definir a importância tanto da pesca como do turismo na área.

A análise apresentada a seguir foi realizada com base nos dados produzidos por Mellinger (2013) a partir de amostragem representativa sobre as atividades das unidades familiares da Baía de Guaratuba, com exceção de Caieiras. Vale destacar que em Piçarras a pesca é caracterizada pelo termo “semi-industrial”, ou seja, ela possui um forte vínculo com o mar aberto e não com a Baía (CHAVES *et al.*, 2002).

O interior da Baía de Guaratuba não é um local interessante, do ponto de vista econômico, para captura de peixes, pois espécies com potencial valor comercial, em geral, apresentam porte reduzido, normalmente inferior a 75% daqueles registrados na literatura (CHAVES *et al.*, 2002). O camarão-branco é a espécie mais capturada no interior da Baía de Guaratuba em fase juvenil, mediante a modalidade de berimbau ou cambau (ANDRIGUETTO FILHO; CHAVES; LIBERATI, 2006) e são comercializados sobretudo como “iscas vivas” diretamente para os turistas que praticam a pesca amadora e esportiva (MELLINGER, 2013).

Além da recente importância turística, a pesca na Baía de Guaratuba é uma atividade que acompanha a evolução histórica do município. Na sua pesquisa, Mellinger (2013) constatou que 72% das unidades familiares pesquisadas praticam a pesca para subsistência, atividade complementar a outras doze atividades, sendo as mais representativas: a confecção de farinha (45%); o trabalho na roça (45%); a produção de quintal (frutíferas e horta); (31%); a criação de animais (27%) e a coletado caranguejo “pegado” (23%).

Dentre as atividades econômicas praticadas no estuário pelas unidades familiares do entorno da Baía, conforme pesquisa de Mellinger (2013), a pesca é a principal atividade para a subsistência, porém, como meio de sobrevivência, o turismo envolve um maior número de famílias. A autora estima que muitas das atividades são praticadas de forma associada, como é o caso das comunidades do

interior que praticam atividades agrícolas de forma conjugada à pesca (MELLINGER, 2013). O mesmo pode ocorrer com o turismo, atividade que, por ser sazonal, possibilita a compatibilização com outras mais perenes.

Ao analisar os dados produzidos por Mellinger (2013) foi possível agrupar as atividades praticadas pelas unidades familiares de acordo com as seguintes categorias: atividades vinculadas ao turismo⁹; extrativismo praticado nos manguezais¹⁰; atividades agrícolas¹¹; pesca; extrativismo florestal e serviços gerais¹² (GRÁFICO 03). Ademais, 28% dos entrevistados recebem aposentadoria e 15% são funcionários públicos. Os dados não computam bolsas de auxílio de renda, de origem governamental. Pesca em mar aberto envolve apenas 3% dos entrevistados e pesca na Baía representa fonte de renda para 45% das famílias.

Como resultado, obtido a partir da análise do gráfico anterior, é possível constatar que os pescadores da Baía não se relacionam unicamente com o estuário, mas também com rios, floresta, sítio, quintais e cultivos. Mesmo diante de todas as mudanças em geral, as unidades familiares da Baía de Guaratuba constituem vínculos com múltiplos ambientes ao seu redor. Vale diferenciar que a coleta do caranguejo “pegado” é praticada por grande parte das comunidades e consiste em coletá-lo durante seu período de corrida, nas luas de sizígia. O caranguejo “tirado” requer o uso de foice para sua coleta (MIRANDA, 2007). Na maioria das vezes, este trabalho é realizado por três pessoas da mesma unidade familiar ou de relações de parentesco, vizinhança e compadrio, sendo que uma delas permanece na canoa, encarregada de bater com o remo no próprio barco ou em um galão (tambor, balde) para evitar que as demais se percam no mangue (MELLINGER, 2013).

⁹ Considerou-se, entre as categorias apresentadas por Mellinger (2013): pesca esportiva; isca viva e cultivo de ostra. Além disto, muitos moradores exercem o cargo de marinheiro; ofertam aluguel de quarto; trabalham como cozinheira e faxineira, em turismo de passeio e como carpinteiro naval.

¹⁰ Considerou-se, entre as categorias apresentadas por Mellinger (2013): coleta de caranguejo pegado; caranguejo tirado; marisco e ostra. Considerou-se, entre as categorias apresentadas por Mellinger (2013): As atividades associadas à agricultura envolvem 48% das unidades familiares e incluem a produção de farinha; criação de animais; produção no quintal; cultivo de palmeira; criação de abelha nativa e roça.

¹¹ Considerou-se, entre as categorias apresentadas por Mellinger (2013): a produção de farinha; criação de animais; produção no quintal; cultivo de palmeira; criação de abelha nativa e roça.

¹² Estão envolvidos com serviços e empresas que não estão associados ao turismo, como “serviços gerais”.

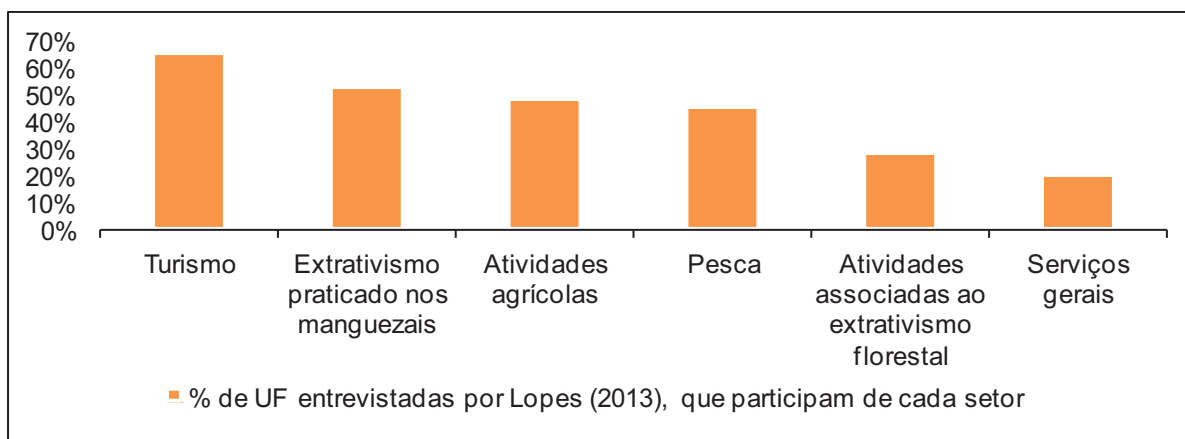


GRÁFICO 03 – SETORES PRODUTIVOS ENTRE UNIDADES FAMILIARES DA BAÍA DE GUARATUBA ESTUDADAS POR MELLINGER (2013)

FONTE: Mellinger (2013).

Elaboração: A autora (2014).

Dentre estas atividades, apenas a pesca, o caranguejo pegado e a farinha produzida são destinados à obtenção de renda. Como fonte de renda familiar, a pesca é associada a trinta e seis atividades, sendo que as de maior importância são: caranguejo “pegado” (36%), aposentadoria (28%), produção de farinha (24%), tecido (20%). Neste sentido, para ambos os fins, a pesca é conexa às práticas de extrativismo e agricultura. O “tecido” significa principalmente emalhar o cipó preto (*Philodendron melanorrhizum*), mas também taquara, envira, piri e o “veludo” (8%), que corresponde ao musgo (*Sphagnum sp.*), que são extraídos e secados e comercializados para floriculturas (MELLINGER, 2013, p. 92).

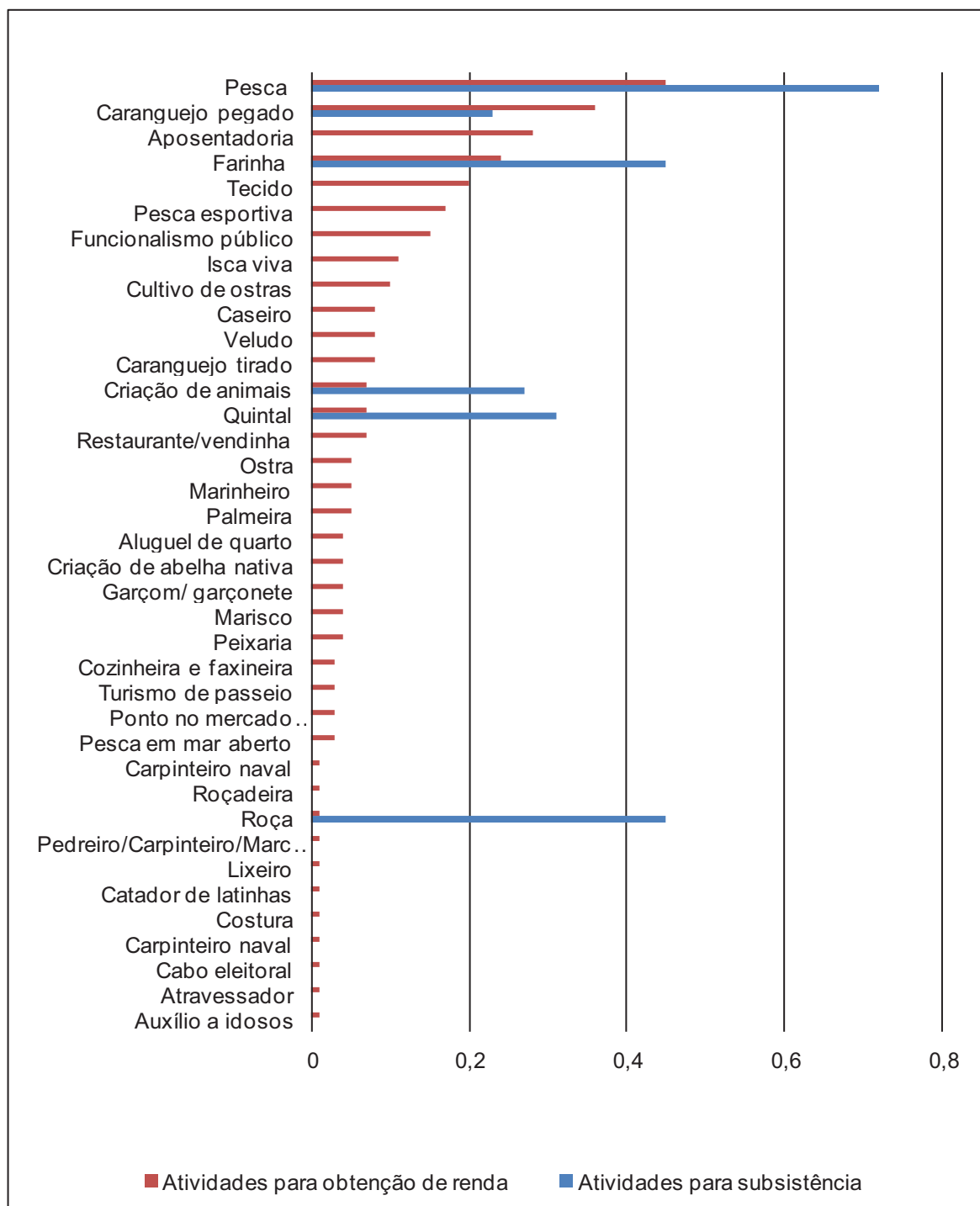


GRÁFICO 04 - PERCENTUAL DE ATIVIDADES “PRO GASTO” E PARA GERAÇÃO DE RENDA DE ACORDO COM 74 UNIDADES FAMILIARES ESTUDADAS POR MELLINGER (2013).

FONTE: Mellinger (2013).

Elaboração: A autora (2015).

2.4 LAZER NO CORPO D'ÁGUA DA BAÍA DE GUARATUBA

As embarcações de médio porte, com 20 a 26 pés e motor de popa são utilizadas, sobretudo para esportes náuticos e passeios¹³ na Baía de Guaratuba. No interior da Baía, utiliza-se a ceva (FIGURA 04), que consiste em fornecer alimento para o peixe para atraí-lo a determinado local, facilitando sua captura, realizada, sobretudo, por pescadores amadores. A espécie mais importante para a pesca com ceva é a tainha (ZANLORENZI, 2011). Outras espécies de peixe também são capturadas, em ambas as modalidades, sendo que muitas delas coincidem com espécies que possuem valor comercial na pesca artesanal (ZANLORENZI, 2011).

Como consequência da modalidade de pesca esportiva com ceva, Mellinger (2013) explica que passam a existir “donos” de pontos de pesca, o que até então não ocorria, a não ser em poucos pontos de “espia” que existiram em outras épocas. Outra questão apontada pela autora é a concorrência entre estes donos, mesmo parentes, por conta da disputa por clientes (MELLINGER, 2013). No entanto, ainda que existam os donos da ceva e que estes concorram entre si, Zanlorenzi (2011) afirma que uma parcela da comunidade costuma pescar sozinha nestes locais para conseguir o alimento do dia a dia, sem dispor qualquer remuneração aos pescadores proprietários das cevas.

¹³ A realização de passeios destina-se, sobretudo para o Salto Parati e ilhas da região (PARANÁ, 2010). Os passeios são realizados com embarcação própria ou com embarcações com motor de centro destinadas aos turistas, como é o caso do Barco Pirata e o Barco Marley, os quais utilizam trapiche público na entrada da Baía.



FIGURA 04 - PESCA ESPORTIVA COM CEVA.

FONTE: ZANLORENZI (2011, p. 24)

A- Margem direita do Rio Guanxuma, mostrando pescadores praticando a pesca da tainha em cevas; B -Manutenção da ceva com oferta de alimentos; C - Exemplar de tainha capturada em cevas, mostrando utilização de linha mono e multifilamento e de pequeno anzol.

Em 2011, Zanlorenzi registrou a existência de aproximadamente 49 cevas (FIGURA 05) mantidas por cerca de 04 proprietários, na extremidade oeste da Baía de Guaratuba, sobretudo no Rio Guanxuma, Rio Descoberto, Rio dos Patos, Rio São João, Rio das Pedras e Rio Cubatão. Nesta modalidade, são utilizados “barcos de alumínio de 5 e 6 metros, caniços de bambu ou fibra de carbono de 4 a 6 metros, linhas de nylon mono ou multifilamento de calibre entre 0,33 e 0,60 mm e pequenos anzóis de 15 a 40 mm” (ZANLORENZI, 2011, p. 23).

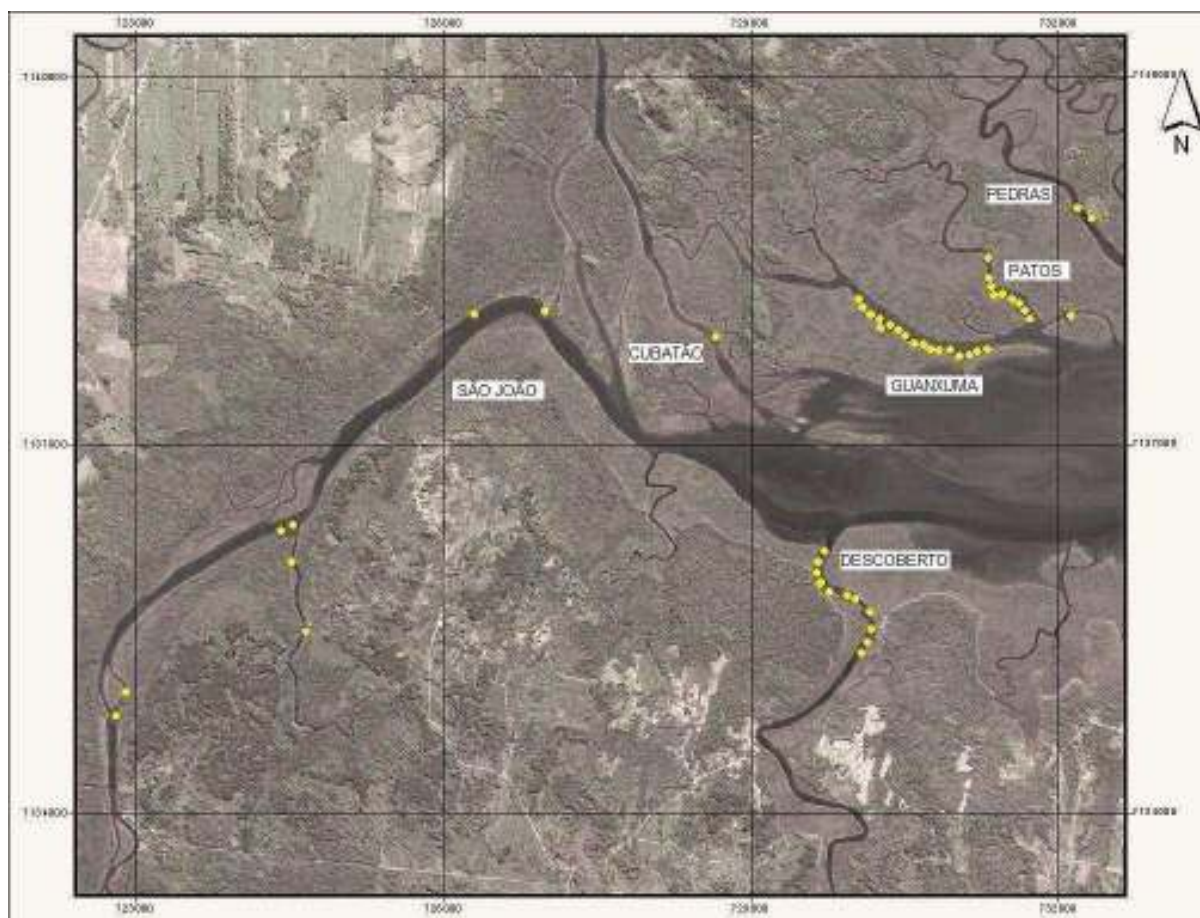


FIGURA 05- PONTOS DE CEVA PARA PESCA ESPORTIVA NA BAÍA DE GUARATUBA
FONTE: ZANLORENZI (2011).

A pesca esportiva embarcada é realizada, sobretudo na boca da Baía, sob a influência das correntes de maré (FIGURAS 06, 07). A pesca esportiva sem ceva tem como principal espécie de captura o robalo e está diretamente associada à produção de isca viva, prática iniciada nas comunidades por volta do ano 2000 (MELLINGER, 2013)¹⁴.

¹⁴ Segundo a autora, o funcionamento da atividade ocorre da seguinte maneira: (...) pesca-se o camarão com gerival, por exemplo, e coloca-se em tanques-rede até o momento de ser comercializado (prática essa da entrada até o meio da Baía) ou se pega através de uma armadilha com garrafa pet onde o camarão entra pela boca da armadilha atraída por um pedaço de peixe já deteriorado em seu interior e não consegue sair (antigamente pegava-se camarão na beira do rio/baía com um balaio feito de cipó) e então esses camarões ficam confinados a esta espécie de viveiro de garrafa pet, chamado de “covo” pelos moradores do fundo da Baía. No covo o camarão fica engordando, ou seja, se alimentando, até o momento de ser utilizado em uma pescaria esportiva. Dentro do “covo” é comum utilizar também um pouco de piri, espécie para simular o ambiente desses animais (MELLINGER, 2013, p. 100-101).



FIGURA 06 – PESCA EMBARCADA NA ENTRADA DA BAÍA
FONTE: A autora (2014)



FIGURA 07 – PESCA EMBARCADA INFLUÊNCIA DAS MARÉS
FONTE: A autora (2015)

Os passeios e a pesca embarcada de arremesso ocorrem em todas as partes da Baía, mas, sobretudo na região prioritária para náutica e pesca esportiva, onde foi realizado monitoramento das áreas de manguezal e foi detectada degradação dos bosques de mangue (IBRADES, 2011). Na Ilha do Capinzal foram encontradas árvores de mangue caídas e foi constatado avanço do canal sobre a vegetação em extensão de aproximadamente 100 metros e 200 metros, na ponta Sudoeste e na ponta Sudeste, respectivamente. Isso também ocorreu na metade oeste da Ilha das Garças, onde a profundidade próxima à margem é maior. Também na entrada do Rio Barigui e na costa sudeste da Ilha do Braço Seco foram detectadas árvores de mangue caídas e canal avançando sobre a vegetação em extensão de aproximadamente 100 metros (IBRADES, 2011). No Rio Fundo, as duas margens estavam desmoronadas, havia muitas árvores caídas na água e em alguns locais notou-se que o manguezal foi substituído por mata de transição, também atingida pela água.¹⁵

¹⁵ Esta porção da Baía, nas proximidades dos canais e do late clube de Caiobá é para uso exclusivo de embarcações de lazer durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Dias (2005) explica que os efeitos do turismo no ambiente foram intensificados na segunda metade da década de 70, a partir do reconhecimento de que o turismo de massas gera impactos, não somente positivos, mas também prejudiciais para as localidades receptoras. Diante do reconhecimento da insustentabilidade da atividade e da iniciativa de organizações da sociedade civil, emergiram outras propostas de desenvolvimento da atividade turística, de modo a diferenciar o turismo massificado/convencional do modelo de “turismo alternativo”.

A Conferência da OMT, realizada em Manila no ano de 1980, inseriu e impulsionou a perspectiva do turismo alternativo, cujo objetivo principal deveria ser de promover a melhoria da qualidade de vida das populações (PIRES, 1998). Ao final do século XX e início do século XXI, o ecoturismo se consolidou no cenário nacional, sendo esta uma proposta de segmento turístico em que o enfoque da sustentabilidade é evidenciado na conservação, interpretação e vivência com a natureza como fator de atratividade (BRASIL, 2010). Já o turismo sustentável propõe uma concepção mais ampla da atividade, contempla a esfera econômica, social e ambiental e pode estar vinculado aos mais diversos segmentos turísticos.

Diversas propostas para planejamento e gestão da atividade turística primam pela aderência da atividade às características dos núcleos receptores. Com diferentes nomenclaturas tal como turismo solidário, turismo sustentável, ecoturismo, correntes teóricas vinculadas ao desenvolvimento do turismo alternativo ao turismo de massa basicamente estão associadas aos princípios relacionados à sustentabilidade e a outro modelo de desenvolvimento. A sustentabilidade estaria vinculada a algumas premissas tais como a conservação do ambiente, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, além da gestão participativa e geração de benefícios para o local (IRVING, 2002; BRANDON, 1999).

Para Swarbrooke (2000), aspectos gerais que diferenciam o turismo de massa do turismo que visa à sustentabilidade. Para o autor, o turismo não sustentável se caracteriza por desenvolvimento rápido e em curto prazo; descontrolado; sem adequação da escala às características da localidade; visando benefícios quantitativos e realizado a partir do controle de agentes externos. A falta

de planejamento, os modismos e a despreocupação com a localidade e o desenvolvimento local também caracterizam este tipo de turismo. Em contraposição, o autor concebe que os modelos de desenvolvimento que visam à sustentabilidade, pressupõem a participação da comunidade e a adequação da escala e ritmo com que a atividade se desenvolve; adequação da arquitetura para o turismo às características do núcleo receptor de turistas. Swarbrooke (2000) considera que o comportamento dos turistas que buscam cada um destes modelos de turismo são distintos entre si. Portanto, a depender do modelo de desenvolvimento turístico proposto, os impactos provenientes do turismo/lazer em estuários ocorrerão de maneira peculiar.

A partir da premissa sobre a existência de diversos modelos de turismo que podem estar vinculados aos estuários, este capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre os impactos decorrentes do turismo náutico, também denominado neste trabalho como “náutica”.

3.1 IMPACTOS DA NÁUTICA

O Turismo Náutico pode ser caracterizado “pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística” (BRASIL, 2010). Este segmento é praticado em muitos dos principais destinos turísticos do Brasil, tal como Rio de Janeiro, Salvador, Angra dos Reis e Fernando de Noronha. Em relação às atividades turísticas ligadas à náutica, essas são praticadas de modo sazonal, utilizam embarcações de recreio e possibilitam a realização de atividades turísticas como pesca esportiva ou passeios. Cada um destes elementos influenciará diretamente nos impactos gerados nas localidades onde a náutica é praticada.

2.2.1 Sazonalidade

Butler (2001) define a sazonalidade turística como sendo o crescimento da procura não uniforme ao longo do ano, segundo um padrão repetido anualmente. Scheuer (2010) sistematiza os tipos de sazonalidade, e considera que os períodos de não trabalho e férias escolares são os mais procurados para os deslocamentos

ao litoral. No entanto, há outros fatores extremamente relevantes, no que tange à escolha do período de visitação ou estada no litoral.

Alguns impactos da náutica são decorrentes dessa sazonalidade turística, que caracteriza o fluxo de pessoas que se destinam ao litoral, em busca do divertimento. Cannas (2012) problematiza que a sazonalidade é capaz de gerar impactos nas localidades onde o turismo se desenvolve. Entre eles é possível citar que a forma como o usuário ou proprietário de barco se relaciona com os ambientes onde a náutica é praticada pode acarretar diferentes tipos de impactos. Ao realizar revisão bibliográfica sobre os impactos da sazonalidade, Cannas (2012) os agrupou em três categorias: econômicos, sociais ou ecológicos, às quais correspondem efeitos positivos e negativos.

Em relação aos impactos econômicos destaca-se que, a partir de um fluxo turístico sazonal, há um aumento de oferta de trabalho e renda para pessoas que estavam inativas, mas nos demais períodos do ano isso não ocorre. A baixa temporada pode contribuir para que tanto a comunidade quanto o ambiente se revigorem, após um tempo de intenso uso dos serviços, da infraestrutura urbana e dos ecossistemas (QUADRO 02).

Categoria	Positivos	Negativos
Econômicos	Oferta de trabalho para camadas de determinados grupos que até então estavam desocupados: estudantes, donas de casa, artistas, etc.	Comunidades e comerciantes precisam obter renda de poucas e movimentadas semanas durante o verão, para garantir o sustento do resto do ano.
Efeitos sociais, mais especificamente sobre a comunidade local	Baixa temporada permite que a comunidade se revigore, após intenso período de <i>stress</i> , ajuda a manter rotinas e padrões sociais tradicionais que geralmente são afetados durante o verão.	Aumento do trânsito, filas no comércio e em serviços públicos, diminuição da qualidade de vida, aumento de preços e da criminalidade.
Ecológicos	Intenso uso das áreas naturais, a longo prazo, pode ser mais benéfico do que um uso ocasional e espalhado ao longo do ano.	Erosão, geração de distúrbios na vida silvestre.

QUADRO 02- IMPACTOS DA SAZONALIDADE

FONTE: CANNAS, 2012.

Sistematização e tradução: a autora, 2014

Em relação à sazonalidade dos fluxos de pessoas que utiliza embarcações motorizadas para lazer se distingue de acordo com o tipo de atividade turística praticada. Na Baía de Guaratuba, os passeios de barco são realizados em feriados e

verão, já a pesca esportiva, conforme indica Zanlorenzi (2011), ocorre de acordo com a possibilidade de acesso ao peixe. Conforme resultados da pesquisa realizada pelo autor, os turistas que freqüentam a Baía de Guaratuba para pescar com ceva, praticam a modalidade uma ou duas vezes ao mês, sendo que aproximadamente 85% do total de entrevistados destacam a segunda metade do outono até o início da primavera como época ideal para prática desta modalidade de pesca.

2.2.2 Embarcações

A sazonalidade da náutica fica evidenciada na utilização das embarcações a lazer nos corpos aquáticos. Em relação aos impactos das embarcações de lazer em estuários, estudos estão associados a basicamente duas categorias de impacto ecológico: destruição e deterioração do *habitat* de espécies da fauna através da erosão, sedimentação e transposição de sedimentos e distúrbios na vida silvestre.

No entanto, há dificuldade de identificar os impactos do uso de embarcações a motor utilizadas para recreação (ASPLUND, 2000; DAVENPORT & DAVENPORT, 2006). Além de considerados como sendo insuficientes e de difícil mensuração, há uma imprecisão nos resultados das pesquisas sobre a náutica na vida silvestre (THE GREEN BLUE, RYA, 2009). Ademais, tem-se a dificuldade de mensurar os impactos da náutica, na medida em que, conforme afirma Asplund (2000), outras atividades humanas são capazes de gerar efeitos semelhantes aos causados por embarcações a motor.

Um estudo na Baía Teignmouth, em Devon, na Inglaterra, apontou que a presença de botos não estava relacionada à quantidade de embarcações, mas que as embarcações em alta velocidade provocavam comportamento adverso destes animais, até mesmo quando os barcos não estavam necessariamente indo em direção a eles (GOODWIN; COTTON, 2004).

Dahlgren e Korschgen (1992), ao listarem distúrbios causados por atividades de lazer em corpos d'água, consideraram que o rápido movimento sobre a água e o barulho estridente gerado por motores de barcos tornam esta atividade a mais impactante para o ambiente, entre as demais atividades náuticas. Em ordem decrescente de grau de impacto, os autores disponibilizam a seguinte listagem: lento movimento sobre a água, com pouco barulho (veleiros, windsurfe, remo e canoagem); pouco movimento na água ou barulho (natação ou caminhada no raso)

e atividades ao longo da linha da costa (pesca, observação de pássaros, caminhada).

Asplund apresenta a relação entre os mecanismos produzidos pelas ou características das embarcações e os efeitos produzidos (QUADRO 3).

Mecanismo		Contato com casco ou com hélice		Ondas rastro do barco		
Efeito	Emissões e escape		Turbulência		Barulho	Movimento
Clareza da água (turbidez, nutrientes, algas)						
Qualidade da água (metais hidrocarbonos, outros poluentes)						
Erosão da margem						
Macrófitas (comunidade de plantas)						
Peixes						
Animais silvestres (pássaros, mamíferos, sapos, tartarugas)						
Deleite humano (qualidade do ar, paz, segurança, calma, superlotação)						

QUADRO 03 - RELAÇÃO ENTRE MECANISMOS PROVENIENTES DA NÁUTICA E EFEITOS PRODUZIDOS NO AMBIENTE.

FONTE: Asplund, 2000.

Tradução: A autora (2015).

Aspectos como clareza da água e erosão são fatores que variam de acordo com o volume de embarcações que trafegam em águas interiores, sendo que os ecossistemas de baixa profundidade são os mais vulneráveis (ASPLUND, 2000). No seu estudo, Asplund (2000) explica a importância dos fatores físico-químicos influenciados pela náutica, pois a clareza da água afeta na habilidade do peixe de

encontrar comida, no comprimento que as plantas podem crescer, na temperatura da água, na quantidade de oxigênio. A qualidade da água exerce importante influência no tipo e quantidade de peixes existentes nos corpos d'água; metais e hidrocarbonetos podem ser tóxicos aos peixes, à vida silvestre, zooplâncton e até mesmo para humanos, quando a água é utilizada para consumo. As macrófitas aquáticas afetam o *habitat* dos peixes, a vida selvagem e os invertebrados, a estabilização dos sedimentos e margens, a ciclagem de nutrientes e a alimentação de muitos organismos.

Asplund (2000) pondera que emissão e escape de poluente, contato com o casco ou com a hélice dos barcos, turbulência, ondas ou rastro do barco, barulho e movimento são mecanismos capazes de provocar impactos em diversos aspectos. Eles podem influenciar na claridade e qualidade da água, na erosão da margem dos corpos de água, nas macrófitas, peixes e animais selvagens e em fatores que influenciam no bem-estar das pessoas (QUADRO 03).

O intenso fluxo de barcos a motor de popa em alta velocidade, além de acarretar danos nos bosques de manguezais em decorrência da geração de fortes ondas, dificulta a respiração de cetáceos e mamíferos marinhos e causa impacto visual e sonoro para peixes e aves (DAVENPORT e DAVENPORT, 2006). Os autores consideram que marinas tendem a ser locais que proporcionam poluição por hidrocarbonetos. Afirmam que as duas espécies mais vulneráveis às ondas causadas pelos barcos a motor são as tartarugas marinhas e golfinhos.

Portanto, o porte, motor e modo de utilização das embarcações em estuários são elementos que influem diretamente nos impactos gerados pela náutica em estuários e expressam o modo com que os turistas se relacionam com o ambiente onde praticam atividades de lazer.

2.2.3 Infraestrutura e segundas residências

A utilização das embarcações requer o apoio de marinas, de serviços de hospedagem e de alimentação no destino em que esta se desenvolve. Diante da valorização do litoral, as praias brasileiras no final do século XX vão também sendo apropriadas para prática do turismo de sol e praia. Os espaços turísticos passam a atrair não só os turistas como também os usuários da chamada segunda residência (SANTOS; VILAR, 2013).

As aglomerações mais expressivas de segundas residências estão entre a região sul do litoral do Paraná, incluindo o município de Guaratuba, e a região norte e central de Santa Catarina, além da porção norte do litoral do Rio Grande do Sul. Nestas faixas contínuas, as residências de uso ocasional representam uma média que varia entre 51 e 72% do total de domicílios (IBGE, 2010). As características das segundas residências do litoral do Paraná permitem que elas também sejam denominadas como vilegiaturas¹⁶. Ao contrário dos turistas, que se deslocam continuamente, proprietários de segundas residências fixam-se temporariamente nessa porção territorial, para fins de lazer (PEREIRA, 2012). Por mais que se considere que este termo seja apropriado para a realidade do litoral paranaense, optou-se por utilizar o termo “segundas residências” neste trabalho, considerando que o estudo presente não permite maior aprofundamento sobre esta temática. No entanto, aponta-se para a importância de investigar este aspecto na região.

Ao mesmo tempo em que a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos contribui para a hospitalidade urbana (DIAS, 2002; CAMARGO, 2004), ela favorece o acelerado crescimento populacional, impossibilita a prática de atividades econômicas tradicionais, desvia caminhos antes utilizados para mobilidade dos moradores e promove a segregação social (LUCHIARI, 1999; CORIOLANO, 2007).

Segundo Montenegro Jr. (2012), os fenômenos da urbanização e de disseminação das segundas residências estão diretamente relacionados ao processo de industrialização e favelização como fatores capazes de explicar a ocupação do entorno das grandes cidades litorâneas. Para ele, o impacto ambiental das segundas residências é decorrente da “incapacidade dos poderes públicos de ordenarem o uso do solo, desestabilizando a sociabilidade dos locais onde se instalam, promovendo conflitos e tensões nas questões fundiárias” (MONTENEGRO JR, 2012, p. 31). Diante disto, Luchiari (1999) aponta para a necessidade de que os processos de planejamento da atividade turística concebam outras formas de urbanização turística, que contemplem novos modos de sociabilidade.

¹⁶ A vilegiatura é fenômeno que ocorre “quando indivíduos ou grupos sociais reservam em seu cotidiano, um recorte espaço-temporal onde as necessidades dos praticantes (lazer) serão atendidas, ou seja, o gozo está na condição de se sedentarizar temporariamente em outro lugar que não seja sua residência de morada” (PEREIRA, 2012, p. 63). Ela é praticada por proprietários de segundas residências.

No litoral paranaense esta característica esteve diretamente relacionada ao processo de expansão das segundas residências e urbanização, conforme descreve Sampaio (2006, p. 170) e isto gera impactos “graves para o meio ambiente”. No litoral do Paraná, a forma de ocupação baseada em balneários iniciou-se na década de 1920, mas se desenvolveu, efetivamente, a partir dos anos de 1950, por um processo intenso de apropriação que dominou completamente suas orlas (SAMPAIO, 2006).

Turistas que vão para o litoral são atraídos “[...] por lugares de férias mais ou menos específicos, não costumam se relacionar e se integrar com os residentes fixos, e sua estadia é por um fim de semana, ou, no máximo, por 30 dias” (SANTANA, 2009, p. 93). Já no caso dos proprietários ou usuários de segundas residências, ao permanecerem mais tempo no local onde a náutica se desenvolve, poderão conviver não somente com moradores, como também frequentar os ambientes propícios ao lazer, disponíveis na localidade.

O turismo, ao provocar o processo de valorização imobiliária, ocasiona a reapropriação de determinadas porções da localidade turística, por grupos economicamente mais abastados do que os antigos residentes (BARRETO, 2001), favorecendo as diferenciações de classe entre os residentes e visitantes (KRIPPENDORF, 2001; PEARCE, 2001).

A especulação imobiliária em destinos turísticos habitados por pescadores foi relatada por Calvente (2001) e Maio (2006) sobre Ilhabela (RJ); por Coroso e Rodrigues (1998) sobre comunidades da Bahia, e por Rial (1988), ao se referir ao caso da Lagoa da Conceição, em Florianópolis (SC).

O turismo influencia a ocupação do uso do solo nos espaços sociais e de mobilidade, além de repercutir no modo como atividades econômicas tradicionais são praticadas e nos locais de habitação dos moradores. A construção de marinas e de segundas residências favorece a urbanização turística, a qual contribui para a refuncionalização do espaço, ao substituir atividades econômicas tradicionais pelo turismo; e a especulação imobiliária, decorrente da valorização fundiária, através da privatização do espaço público e degradação ambiental, na medida em que muitas destas instalações são construídas em áreas proibidas, seja pelo fato de se apropriarem de parcelas do mangue ou de restingas, ou ainda, em decorrência do aumento da poluição.

Conforme explica Mascarenhas (2004), a urbanização está associada ao aumento demográfico, às condições precárias de emprego e renda, à elevação da comercialização do lazer, à atração de novos atores sociais que passam a investir na localidade, além de contribuir para mudar a imagem dos destinos.

Os impactos ocasionados pela construção de segundas residências, equipamentos náuticos e ampliação de infraestrutura pública para atendimento aos turistas ou proprietários de segundas residências revela a amplitude ocasionada por este fenômeno, cujos efeitos extrapolam a área aquática, visto que os “de fora” que praticam a náutica também pernoitam, circulam na cidade e utilizam equipamentos náuticos, infraestrutura e serviços públicos; bem como os serviços turísticos e de apoio aos turistas.

3.2 TURISMO COMO FENÔMENO HUMANO

A experiência turística individual expressa os valores coletivos das sociedades de origem dos turistas, pois depende de modismos que influenciam nos interesses e comportamentos específicos de cada indivíduo (SANTANA, 2009). Analisando a questão comportamental, Dumazedier (1976) se refere ao “estilo de comportamento”, em que a pessoa deve estar livre de suas obrigações diárias e ter o arbítrio para escolher as atividades que lhe satisfaçam. As condutas dos turistas nos locais frequentados geralmente são precedidas pela sensação de liberdade, de que suas atitudes não sofrerão sanções (KRIPPENDORF, 2001; SANTANA, 2009; RODRIGUEZ, 1994).

Barreto (2004), ao fazer uma análise sobre estudos associados à relação entre visitantes e visitados, apresenta que, apesar do turismo ser considerado um fenômeno social, sob a perspectiva dos núcleos receptores ele é um negócio, criado para fins de lazer. As pesquisas analisadas sobre este assunto mostram que “[...] os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas como hóspedes e realizar com eles trocas culturais, mas em receber o dinheiro trazido por eles” (BARRETO, 2004, p. 147). Em contraposição, a autora explica que

“Os turistas, por sua vez, vêem no habitante local apenas um instrumento para seus fins”. A empatia entre estes grupos varia da simpatia à hostilidade, a depender do grau de profissionalismo da população anfitriã.

O aumento da quantidade de visitantes em um determinado local favorece o distanciamento entre anfitrião e turista, ocasionando o processo de desumanização na relação entre moradores e “pessoas de fora”, a ponto de os residentes passarem a considerar os visitantes unicamente como um veículo gerador de renda (SANTANA, 2009).

O turismo realizado nas proximidades de comunidades de pescadores é concebido como uma atividade potencialmente geradora de impactos (PEREIRA, 2012; CORIOLANO, 2007; MOLINA, 2001). Ao se considerar que a relação que os não residentes estabelecem com as baías está diretamente associada aos modos com que as sociedades se relacionam com o ambiente e no próprio ambiente, a náutica passa a ser uma atividade de múltiplos impactos, sejam eles favoráveis ou não aos núcleos receptores. Ao mesmo tempo em que pode gerar benefícios econômicos diretos e indiretos para as populações anfitriãs, ela pode prejudicar o modo como as atividades tradicionais são praticadas, a depender do modelo como a atividade se desenvolve.

É necessário lembrar que o turismo realizado em proximidade a comunidades de pescadores é concebido como uma atividade potencialmente geradora de conflitos (PEREIRA, 2012; CORIOLANO, 2006; DIEGUES, 2006; MOLINA, 1997). A relação que os não residentes estabelecem com as baías está diretamente associada aos modos com que as sociedades se relacionam com o ambiente e no próprio ambiente.

3.3 TURISMO E NOVAS FORMAS DE CONCEBER A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM O AMBIENTE

Sampaio (2013) alega que o planejamento e a gestão da atividade turística estão direcionados ao atendimento dos turistas e não das comunidades autóctones. Diante deste cenário, o autor propõe que, nas análises sobre o

turismo, o foco esteja na concepção da atividade como fenômeno humano, tendo em vista a necessidade de se levar em conta o interesse das comunidades receptoras na elaboração das políticas e planos de turismo.

Ao considerar a tendência mundial de massificação da náutica, realizada em caiaques, infláveis, embarcações de pesca esportiva e pequenos barcos familiares ou individuais, Almeida e Coelho (1998) distinguem a regulamentação da náutica de elite e da náutica massificada, pois cada uma gera impactos específicos. Os autores consideram que para o desenvolvimento da náutica são necessários mecanismos de controle social e regulação, pois:

O incremento da recreação náutica coloca a questão do conflito entre as atividades de lazer (turismo, pesca esportiva, mergulho, vela e outros esportes náuticos) e as atividades de pesca profissional e de transporte marítimo, não somente em termos de espaços para atracação, mas também interferências de todos os tipos, sobretudo nos portos urbanos, mas também nas áreas costeiras em geral (uso de pesqueiros, caça submarina predatória, acesso ao mar, bloqueio à aquicultura, etc.).

Esse mesmo incremento implica maior possibilidade de acidentes; exige, portanto, atenção redobrada com relação à segurança no mar: habilitação de pescadores amadores, serviços de socorristas, guarda costeira, sinalização etc.

A difusão do lazer náutico torna ainda necessário um maior controle da poluição ambiental em sentido estrito: lixo de barcos e descarga de motores, mas também embarcações e equipamentos descartados ou abandonados (que tendem a ser construídos com plásticos e fibras não biodegradáveis). (ALMEIDA; COELHO, 1998, p. 94)

Portanto, ao assumir que a náutica provoca uma série de conflitos, sobretudo com a pesca profissional, Almeida e Coelho (1998) consideram a importância da intervenção estatal, a partir de ações que minimizem os conflitos, de realização de investimentos que garantam a segurança e acesso dos usuários das embarcações aos locais onde são praticadas as atividades de lazer, e do controle da poluição advinda da atividade. O Estado pode intervir através da criação de escolas de navegação e esportes náuticos, com o objetivo de ampliar o público vinculado à atividade (ALMEIDA; COELHO, 1998).

Apesar de o turismo náutico no Brasil apresentar-se como um mercado rentável, mas ainda pouco considerado (AMARAL, 2002; TELLES, 2012; ACOBAR, 2012), a náutica e a pesca esportiva dependem de estruturas e embarcações cujos benefícios econômicos dos empreendimentos permanecem com os investidores estrangeiros e nem sempre com os agentes das economias

locais, conforme apontado no 7WRFC, 2014. Neste sentido, Almeida e Coelho (1998) atribuem ao Estado, a capacidade de intervir, mediante estratégias que mantenham ativas no mercado as empresas locais, responsáveis pela criação de embarcações e equipamentos náuticos.

De acordo com Swarbrooke (2000), o setor público influencia o turismo de várias formas: legislando e regulamentando-o; financiando e concedendo incentivos fiscais; planejando o uso do solo e controlando a construção; fornecendo infraestrutura; estabelecendo padrões oficiais; designando áreas particulares para proteção especial e controlando o número de turistas.

No entanto, em relação às estratégias tradicionais de gestão da pesca esportiva, o resultado da Sétima Conferência Mundial de Pesca Esportiva apontou que ao exigirem ampla fiscalização, elas “[...] são proibitivas e há espaço para o desenvolvimento de intervenções não tradicionais a fim de incrementar a adesão” (7 WRFC, 2014, p.1).

Almeida e Coelho (1998), referindo-se à importância da participação dos diversos setores da sociedade como o setor privado, as organizações não governamentais, universidades, clubes, marinas e outras organizações na elaboração de um plano estratégico para a náutica na Baía de Todos os Santos, destacam a relevância da intervenção do estado para agregar os setores sociais na gestão da atividade. Em concordância com os autores supracitados, que consideram que o Estado não é o único setor responsável por gerir a atividade turística, devem ser consideradas algumas estratégias para gestão da atividade turística que primem por estabelecer modelos de desenvolvimento turístico menos impactante.

Diversas propostas para planejamento e gestão da atividade turística, que visam aderência às características dos núcleos receptores, elas são influenciadas por correntes teóricas relacionadas que propõem diferentes modelos de desenvolvimento. A teoria sobre o ecodesenvolvimento associado ao planejamento do ecoturismo defende que o desenvolvimento do turismo deve aproveitar as características das estruturas culturais e locais, com aproveitamento adequado e racional dos ecossistemas (CASASSOLA, 2003)..

O principal precursor do ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs(2007), apresenta duas possibilidades de desenvolvimento para o país: manter-se na

condição de uma economia voltada para o exterior e que, por consequência, leva a associações culturais e sociais específicas, ou praticar o desenvolvimento endógeno, que exige dinamização do mercado interno e respeito às condições sociais e ambientais das regiões. Também defendendo o localismo não exacerbado associado a novos modelos de desenvolvimento, Sampaio (2011), ao discutir a teoria da “ecossocioeconomia”, considera que esta corrente prioriza outras formas de relação entre as pessoas, de valoração dos bens e serviços, priorizando as capacidades humanas e de racionalização no uso do ambiente natural. Ele defende que o turismo de base comunitária deve estar associado à descoberta ou experimentação de outros modos de vida que superem a hegemonia da sociedade de mercado (SAMPAIO, 2013). Neste sentido, Sampaio (2005) sugere quatro princípios: valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; geração de trabalho e renda; revigoramento dos significados de virtude humana e do próprio Estado; utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas.

Vieira e Weber (2002) apresentam a necessidade de estabelecer um sistema de gestão dos recursos naturais através de métodos gerenciais inovadores. Para que este modelo seja eficiente, os autores enfatizam a necessidade de envolver diferentes atores sociais e organizacionais e de levar em conta as dinâmicas naturais e sociais para resolver problemas locais, respeitando valores morais e éticos. Eles propõem categorias de análise relacionadas aos modos de apropriação de distintos grupos humanos, na perspectiva de desenvolvimento viável. Nessa perspectiva, Miranda (2004) ressalta a importância do conhecimento acadêmico sobre os saberes dos pescadores, para formulação de modelos de gestão que indiquem possibilidades viáveis para o manejo desses recursos, incorporem as incertezas e os conhecimentos tradicionais, as heterogeneidades ecossistêmicas e de apropriação de *Ucides cordatus* na região, de modo a otimizar a conservação e restauração desta espécie explorada nos manguezais paranaenses. Leff (1995) defende a incorporação de critérios culturais e tecnológicos num paradigma que rompe com a racionalidade econômica dominante, pois a sustentabilidade está vinculada às condições de diversidade cultural e ecológica, fundada no *locus*.

O turismo alternativo de base comunitária se contrapõe ao turismo massificado e é particular, em decorrência da baixa densidade de infraestrutura e serviços, pela valorização e vinculação aos ambientes e culturas de cada lugar. Esse tipo de turismo é proposto em comunidades que possuem modos de vida específicos, a partir de uma demanda crescente de turistas interessados em peculiaridades culturais e usufruto temporário dos espaços naturais onde estão localizadas as comunidades. No entanto, não se trata, apenas, de aspectos dos “atrativos turísticos” serem diferenciados daqueles visitados no turismo de massa, mas, sobretudo, de um outro modo de hospitalidade e de envolvimento dos turistas com os residentes da comunidade (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

O turismo comunitário, ou turismo de base comunitária, contribui para valorizar tradições locais e possibilita que as populações anfitriãs e visitantes interajam não somente a partir da prestação de serviços. Outra grande diferença entre o turismo convencional e o turismo de base comunitária é que no último a comunidade é empreendedora e participa da gestão do turismo na sua localidade e não trabalha para empreendimentos de proprietários terceiros. Nesta perspectiva, destaca-se o Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC), o qual pode ser compreendido da seguinte forma:

Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO, 2009, p. 31).

Ao se buscar outros modelos de turismo, Scotolo e Panosso Neto (2014) considera que o modelo de turismo vinculado ao turismo de base comunitária tem como característica fundamental o protagonismo das comunidades e transforma o turismo numa alavanca para o desenvolvimento local.

Experiências de turismo comunitário foram adotadas em países como Bolívia, Equador, Nicarágua, Peru, em alguns países da África como Quênia,

Moçambique, Zimbábue. Em relação ao Brasil, o livro digital “Série Turisol de Metodologias- Turismo comunitário: semeando o turismo comunitário pelo Brasil”, conta com 7 volumes e descreve a história, metodologia e principais conquistas e desafios que caracterizam as experiências dos seguintes projetos de êxito no Brasil: Acolhida na Colônia, Projeto Bagagem, Projeto Saúde e Alegria, Fundação Casa Grande, Pousada Aldeia dos Lagos, Pousada Uacari e Rede Tucum. O volume 2 da obra supracitada detalha questões sobre o Projeto Bagagem (2011) e nele são destacadas algumas especificidades sobre as comunidades em que o turismo comunitário ocorre:

[...] trata-se de comunidades organizadas, com histórico de mobilização social, com conquistas e caminhadas na luta pela posse da terra, no reconhecimento de sua identidade cultural, na criação de soluções de geração de energia, na implantação de projetos de manejo sustentável dos recursos naturais, exemplo de dedicação e luta que fazem da visita uma intensa oportunidade de aprendizagem para o turista. É turismo sem luxo, com simplicidade, mas também na riqueza de possibilidades criadas em locais onde, inicialmente, poderiam ser reconhecidos apenas pelas adversidades”. (PROJETO BAGAGEM, 2011, p. 31)

Para que alcance os benefícios potenciais é necessária a definição de como a atividade será desenvolvida, sua organização e modo de cooperação entre os residentes das localidades anfitriãs. Partilhas, intercâmbios e vivências culturais consistem nas principais motivações associadas às viagens a destinos em que esta modalidade de turismo está presente. Neste sentido, “Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos” (ZAOUAL, 2009, p. 58). Tendo em vista a concepção apresentada sobre o caráter dinâmico da cultura, o turismo, ao mesmo tempo em que se apropria de determinados aspectos culturais para suprir expectativas de determinadas pessoas, também contribui para reconstruir, produzir, valorizar culturas (SANTANA, 2009).



FIGURA 08 - TRILHA NA COMUNIDADE DE BARBADOS, LITORAL DO PARANÁ. EXEMPLO DE COMUNIDADE ONDE OCORRE O TURISMO COMUNITÁRIO.
FONTE: GÓES, 2009

Mesmo diante dos seus benefícios potenciais, assim como o turismo convencional, o turismo comunitário é um fenômeno complexo, pois envolve interação entre clientes/turistas e residentes e propulsiona mudanças na cultura de ambos os grupos. Os residentes passam por um processo de “regeneração cultural”, já os visitantes, ao retornarem ao seu cotidiano, não são exatamente os mesmos indivíduos de quando partiram de seu local de origem (SANTANA, 2009). Barreto (2004), ao fazer uma análise sobre estudos relacionados à relação entre visitantes e visitados apresenta que, apesar do turismo ser considerado um fenômeno social, sob a perspectiva dos núcleos receptores ele é um negócio, criado para fins de lazer. As pesquisas analisadas sobre este assunto mostram que:

“[...] os habitantes dos lugares turísticos que se beneficiam economicamente com a presença dos turistas não estão precisamente interessados em receber os turistas como hóspedes e realizar com eles trocas culturais, mas em receber o dinheiro trazido por eles” (BARRETO, 2004, p. 147).

Portanto, para que o turismo em comunidades de pescadores contribua para estabelecer outro modelo de desenvolvimento da atividade faz-se necessário refletir sobre como esta atividade será organizada e são necessárias metodologias que contemplem as realidades das comunidades. Reflexões devem ser feitas para tomadas de decisão e organização para gestão da atividade. Considera-se que, em geral, o turismo alternativo possui como premissa que o desenvolvimento a partir do turismo deve estar vinculado às características do ambiente; aos anseios e a partir da participação da população local.

Neste contexto, seja no turismo convencional como no turismo comunitário ou alternativo, sob o ponto de vista turístico, estuários podem ser concebidos como atrativos turísticos que se distinguem dos ambientes que turistas estão habituados a frequentar no meio urbano e possibilitam diferentes formas de lazer. Um dos aspectos relevantes que diferenciam modelos de desenvolvimento da atividade está no modo de relação que os turistas estabelecem com o atrativo “natural”. No turismo convencional, este muitas vezes é considerado como um ambiente de valor estético, que proporciona que atividades de lazer sejam realizadas. Já no turismo alternativo, a relação com os estuários possibilita ultrapassar este modo de interação, na medida em que a “natureza” passa a ser concebida como um local para o aprendizado; para estabelecer novas formas de interação e que, muitas vezes, sobretudo no turismo comunitário, contempla também pessoas que vivem em relação próxima e com as quais os turistas desejam interagir.

Para compreender esta questão, é importante refletir sobre os modos de relação entre sociedade e natureza. Latour (2004)¹⁷ propõe diferentes formas para entender os vínculos entre “não-social” e “social”, dentre as quais presume-se que três contribuam para compreender a relação que turistas estabelecem com as baías, através da utilização de embarcações de recreio.

A “relação de força”¹⁸ se estabelece quando o “humano, por seu crescimento demográfico e técnico, rivaliza-se com a natureza e se torna perigoso para ela,

¹⁷ As diferentes formas podem ser agrupadas em cinco categorias que caracterizam os vínculos entre o polo da natureza social e não social: (i) desenraizamento; (ii) invasão; (iii) espelho; (iv) relação de forças e (v) dialética.

¹⁸ A relação de força é recorrente desde o século XX e é totalmente oposta à “dialética” na medida em que a humanidade deixa de ser caracterizada por sua capacidade de trabalho, de fabricação, na

porque até aqui, ele havia sido sempre genericamente mais fraco e mais frágil que ela” (LATOUR, 2004, p. 100). Esta força é associada por muitos autores ao conhecimento científico e à tecnologia. O “desenraizamento” conforme a categoria estabelecida por Latour (2004, p.98), ocorre quando há “(...) uma natureza que ignora tudo do mundo social; um mundo social que ignora tudo da natureza”, favorecendo a configuração de diversas dualidades, entre “científico” e “literário” e oposição entre “campo” e “cidade”, etc. Neste sentido, a natureza para o turista passa a ser considerada como território da experiência (MAFESOLI, 1996) e permite “um reencantamento” do mundo.

O “espelho” corresponde à capacidade da natureza de refletir as categorias sociais, ao passo que “as transformações que a liberdade humana recebe pelas conquistas da liberdade não fazem senão devolver a imagem das estritas necessidades naturais” (LATOUR, 1999, 99). Nesta linha de raciocínio, Harvey (2011) considera a natureza como produto social, visto que o que nela existe deriva das concepções culturais, econômicas e tecnológicas. O ambiente natural é alvo de transformação pela sociedade e, para tanto, conta com dois principais agentes, o Estado e o capital.

Estas perspectivas são propícias à reflexão sobre os impactos decorrentes da náutica, em que muitas vezes não são considerados os efeitos que o fluxo intenso de pessoas ou de embarcações causará no local, na medida em que a prioridade está em comercializar ou disponibilizar o acesso ao produto turístico. A concepção da natureza como provedora de recursos e que não limita o crescimento econômico, e a comunidade como sendo unicamente prestadora de serviços aos turistas está diretamente vinculada ao turismo de massa, em que não há preocupações com as peculiaridades das localidades anfitriãs.

Por fim, considera-se que modalidades de turismo que podem contribuir para o desenvolvimento local propiciam aos turistas novas formas de vínculo com os destinos turísticos. O turismo comunitário possibilita que turistas interajam, compartilham experiências com grupos humanos que não concebem a fragmentação sociedade X natureza.

medida em que o poderio humano se tornou tectônico sendo este capaz de estabelecer embates com as “forças do cosmos” ou “forças locais da terra” (LATOUR, 2004, p. 100).

3.4 CONCEPÇÕES DE TIM INGOLD SOBRE AMBIENTE

Diante da necessidade de analisar as relações Ser Humano X Natureza, a partir da construção de subjetividades e de paradigmas de Natureza, Ingold (2002, 2011, 2012) alerta para a análise não dos indivíduos, e sim da relação entre organismos humanos e não humanos. As relações estabelecidas entre organismos assumem configuração semelhante à estrutura de uma “malha” (INGOLD, 2011, 2012). A partir desta abordagem, considera-se que a complexidade ocorre na medida em que o ambiente não é algo posto, ele “se revela”, conforme a percepção de cada pessoa, a qual está diretamente relacionada a interação estabelecida com o mundo ao seu redor, visto que o ambiente existe e toma significado a partir das interações que nele se estabelecem (INGOLD, 2002). Nesta perspectiva, ambiente é processo em formação contínua.

Ingold (2002) concebe que as habilidades para perceber o mundo são adquiridas conforme o *engagement*, que ao longo desta obra será traduzido como “envolvimento”, entre seres humanos e não humanos, através do desenvolvimento de conhecimento/ habilidades. Para o autor, o conhecimento associado ao ambiente “é baseado em sentimento, consistindo de habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através de longa experiência de condução da própria vida num ambiente particular” (p. 25, trad. nossa). O antropólogo enfatiza a centralidade das habilidades práticas que caracterizam, são recriadas e incorporadas em um *modus operandi*, quando pessoas executam tarefas particulares (INGOLD, 2002).

Na perspectiva desse autor, a diferença entre natureza e ambiente é que o conceito de Natureza presume que elementos interagem entre si apenas por fatores de ordem ecológica, ao passo que o Ser Humano seria um observador distante deste mundo (INGOLD, 2002, 2012). Já a percepção de um “habitante” do ambiente ocorre a partir das interações entre diversas formas de vida, em que se estabelece um *engagement*, em uma relação de equivalência e simetria, entre humanos ou não humanos. Portanto, a oposição entre os termos é a partir das formas como os indivíduos se colocam na relação com o mundo, seja na perspectiva de um observador ou de um habitante.

A percepção não é resultado do indivíduo com seus processos internos neurológicos e sim, das estruturas neurológicas acionadas no presente, como também o conhecimento adquirido e as habilidades de todos aqueles que habitam o mundo. Portanto, o processo de transmissão de informação não é suficiente para garantir que pessoas tenham uma percepção comum sobre o ambiente, pois outros elementos são significativos para constituir o processo perceptivo.

O permanente movimento caracteriza o ambiente, configurado a partir das mudanças provocadas por organismos que nele vivem, em constante processo de transformação e interação entre humanos, espécies, fatores abióticos (INGOLD, 2002; 2012). A primazia do movimento é relevante para Ingold (2002: p. 19) que considera que “Onde há vida, há movimento”.

Ao aproximar a abordagem teórica de Ingold sobre ambiente, para os estudos sobre os pescadores, algumas considerações podem ser realizadas. Diferentes autores, sobretudo sociólogos e antropólogos que se dedicam ao estudo de comunidades de pescadores artesanais no Brasil, reconhecem a existência de um vasto conhecimento dos pescadores¹⁹. O conhecimento está relacionado às diversas habilidades do pescador, para captura de peixes e para interagir com o ambiente. A capacidade de classificar e nomear peixes, o conhecimento sobre seus hábitos, comportamento, ciclos evolutivos e reprodutivos constituem o “saber tradicional do pescador artesanal” (DIEGUES, 2001).

É a partir da percepção sobre as vicissitudes dos organismos e fatores do ambiente que o pescador utiliza suas habilidades mais apropriadas para a pesca (CUNHA, 2007). Em seus estudos sobre os pescadores artesanais do litoral do Paraná, Cunha também concebe a influência das oscilações da água e dos astros: “Os pescadores seguem a mobilidade das espécies em cada safra baseados nos movimentos das marés, dos ventos e da influência dos astros no interior de sua atividade” (CUNHA, 2007, p. 139).

O ambiente, para as pessoas que nele habitam, como é o caso dos pescadores, constitui-se não somente da relação que estes estabelecem com os peixes, mas também com os fatores abióticos que nele influenciam. “Os pescadores

¹⁹ Tais como DAVIS & WAGNER (2003); BEGOSSI & SILVANO (2008); MIRANDA (2004); CUNHA (2007); DELICADO *et al.* (2012), STORI (2010) e DIEGUES (1995, 2000, 2001).

sempre dependem do tempo, se mudará para bem ou para mal, se o vento continuará calmo, se o mar estará revolto à noite [...]” (ALLUT, 2000, p. 106).

O conhecimento é decorrente da relação dos pescadores com os peixes e com o ambiente, os quais influenciam na navegação e na qualidade da pescaria (DIEGUES, 2001). Portanto, este tipo de conhecimento extrapola o domínio sobre os instrumentos de pesca, ele é formado por experiência e habilidades adquiridas ao longo do tempo.

Autores consideram que os estuários congregam elevada quantidade de peixes de importância comercial e recreacional (ANDRADE-TUBINO; RIBEIRO; VIANNA, 2008). A partir desta perspectiva sobre ambiente, Ingold (2002) a diferencia da concepção de “natureza”, composta por elementos que interagem entre si unicamente por fatores de ordem ecológica, ao passo que humanos seriam observadores que se encontram fora da natureza, a partir de sistemas simbólicos e culturais constituídos. Diferentemente, a perspectiva do “ambiente” integra não apenas espécies da fauna e flora, mas também humanos, a partir das suas ações e experiências vividas (INGOLD, 2002).

Ingold considera que a transmissão do conhecimento está associada às ações e interações que humanos estabelecem com organismos e que lhes permite perceber o mundo. Segundo o referido autor, a grande contribuição feita por uma geração à outra é a “educação para atenção” (INGOLD, 2002; 2011), em que a geração mais velha transmite “chaves” para que os mais novos tenham capacidade de perceber o mundo que os envolve. A transmissão é na prática. Nesta mesma linha de raciocínio, Foladori e Taks (2004) consideram que o conhecimento está ancorado em situações concretas, flexíveis e mutáveis.

A aquisição destas chaves ocorre por observação e imitação, sendo que o ato de observar é atentar aos movimentos dos outros e o de imitar é alinhar a atenção ao movimento de outra pessoa, ou ao próprio movimento sobre o ambiente (INGOLD, 2011). Através do contínuo processo de envolvimento com um ambiente, as habilidades são “desenvolvidas através de longa experiência de condução da própria vida em um ambiente particular” (INGOLD, 2002, p. 25, trad. da autora).

Cunha (2004) considera que os pescadores se apropriam de dois tipos de temporalidades, uma que seria o tempo “natural” e a outra, o tempo associado ao

contexto capitalista. Se usuários de embarcações de recreio frequentam estes locais para desfrute do lazer, pescadores artesanais destinam-se a estes lugares a partir de uma regularidade ditada pelas condições do ambiente e do mercado capitalista, em busca de sustento advindo da comercialização da sua produção ou para subsistência. Já a temporalidade do turista é condicionada pelos fatores institucionais, que seria o “tempo livre” das obrigações rotineiras, as condições climáticas e os comportamentos pessoais (CANNAS, 2012).

Ao final deste capítulo algumas reflexões emergem da pesquisa bibliográfica realizada aqui apresentada e permitem compreender a complexidade da atividade turística em estuários. Concebe-se que ela está associada a diversos fatores, sendo que os principais são decorrentes das características gerais da atividade, marcada pela sazonalidade; utilização embarcações motorizadas e construção de infraestrutura e segundas residências. Ademais, os modos como os turistas se relacionam com o ambiente freqüentado para lazer e com os residentes também gera impactos. Diante deste cenário, outros modos de turismo podem ser concebidos, incluindo aqueles que propõem formas específicas gestão da atividade,; de relação com os residentes e ambientes. Por fim, o turismo comunitário ou turismo de base comunitária possibilita a aproximação entre grupos que concebem o estuário como natureza daqueles que os percebem na concepção de um ambiente, sendo estes os habitantes dos lugares visitados.

4. METODOLOGIA

A pesquisa de campo valeu-se de uma abordagem etnográfica, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009): uso da observação participante, da entrevista intensiva e da análise de documentos; diálogos que presumiam a interação entre pesquisadora e entrevistados; flexibilidade para modificar os rumos da pesquisa, de acordo com a relação estabelecida entre o estudo de campo e estudos bibliográficos; ênfase inicial em revelar a percepção dos pescadores no ambiente e não em responder diretamente a questão sobre os impactos da náutica no ambiente; a concepção dos impactos da náutica emergiu a partir da visão dos pescadores entrevistados, sobre suas experiências; a pesquisadora não realizou nenhum tipo de intervenção sobre o ambiente pesquisado; e os diálogos foram transcritos literalmente, e posteriormente analisados, ordenados e inseridos no texto final.

O rumo da pesquisa não foi rígido, houve uma predisposição da pesquisadora para captar alguns elementos mais significativos a serem aprofundados nas pesquisas bibliográficas, de modo que o recorte do estudo foi feito ao longo do processo e não *a priori*, evidenciando o caráter de flexibilidade para mudar os rumos da pesquisa. Para obter conhecimento específico sobre a náutica, o primeiro passo foi a observação direta, seja nas marinas, nos finais de semana em que havia maior fluxo de embarcações na Baía, seja, sobretudo, através dos percursos guiados realizados.

A investigação de documentos, principalmente das leis a que os pescadores se referiram, também foi extremamente válida no sentido de compreender alguns conflitos que geram tensão entre pescadores e mecanismos de controle estabelecidos pelo Estado. A visão dos interlocutores sobre suas experiências com o ambiente e com a náutica foram de suma importância, de modo que estes depoimentos, analisados em diálogo com a teoria, foram a base das conclusões da pesquisa. As intervenções ao longo das conversas foram mínimas, aspecto que favoreceu muitas vezes a continuidade dos diálogos com os entrevistados.

Também, a partir do olhar dos entrevistados, foi possível distinguir diferentes sujeitos sociais. Assim, aqueles que a princípio, para a pesquisadora, eram

“pescadores artesanais” passaram a ser compreendidos pelas suas diferenças, de acordo com ambientes e tipos de pesca praticados. No mesmo sentido, aqueles sujeitos “de fora” que pareciam ser todos turistas, puderam ser diferenciados entre turistas e “turistas que têm casa aqui”.

A **abordagem** etnográfica permitiu aprofundar os conhecimentos sobre a microescala do ambiente, de modo a compreender a essência do que é ambiente para, *a posteriori*, relacioná-lo à perspectiva dos pescadores sobre os impactos da náutica.

Para as etapas de pesquisa exploratória e explicativa foram realizadas entrevistas específicas e a pesquisa explicativa esteve voltada a identificar os fatores que influenciam ou contribuem para que determinados fenômenos ocorram, a partir do aprofundamento da realidade.

A etapa **exploratória**, aliada à pesquisa bibliográfica e documental, foi fundamental para formar um panorama geral sobre o pescador da Baía de Guaratuba. Ela ocorreu entre os meses de fevereiro e novembro de 2013, totalizando 14 dias em campo. Os interlocutores nesta etapa foram, sobretudo, mulheres que trabalham nos mercados de peixe ou em estabelecimentos comerciais, pescadores aposentados que transitavam nas ruas das comunidades do entorno da Baía, moradores sem envolvimento com a pesca que passavam na comunidade e gestores públicos do meio ambiente.

Na fase **exploratória** foram realizadas 50 entrevistas livres, com o intuito de levantar todas as variáveis possíveis que pudessem ter alguma importância para o problema investigado, sobre como os impactos gerados pela náutica impactam no ambiente, conforme perspectiva dos pescadores da Baía de Guaratuba. As entrevistas livres foram de grande importância para compreender aspectos gerais do turismo, características das comunidades, da pesca, da náutica e, sobretudo, para reconhecer pescadores que se dedicavam à pesca na Baía de Guaratuba. Para tanto, as perguntas realizadas foram as seguintes (QUADRO 04):

Pesquisa Exploratória

Onde você nasceu? Há quanto tempo reside em Guaratuba? Sempre morou aqui?

Na sua opinião, a Baía continua com as mesmas características de antigamente?

Se não: o que você acha que está diferente? Por quê?

Quem são as pessoas que conhecem bastante sobre a pesca na Baía de Guaratuba?

QUADRO 04 - PERGUNTAS REALIZADAS NA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Elaboração: A autora (2015).

Na etapa **explicativa** foi aplicada a técnica de bola de neve (*snowball sampling*) (BAILEY, 1987) que se assemelha a uma rede de interlocutores, para levantamento dos nomes de pescadores considerados experientes. A amostra obtida foi adaptada, conforme os estágios descritos por Bailey (1987): os moradores e pescadores sugeriram nomes de pescadores que se dedicavam prioritariamente à pesca na Baía de Guaratuba, que foram indicados como aqueles que “entendem da Baía de Guaratuba”.

As entrevistas livres com um interlocutor foram constituídas de perguntas associadas à pesca e à náutica. Antes desta etapa houve um preparo dos principais questionamentos que poderiam ser realizados ao longo das conversas. No entanto, as conversas extrapolaram as perguntas apresentadas anteriormente, pois no decorrer da conversa, muitas vezes os interlocutores traziam à tona aspectos que não haviam sido considerados no planejamento da pesquisa. Perguntas adicionais também foram realizadas com o intuito de prover um ambiente propício ao diálogo e fortalecer a empatia entre pesquisadora e interlocutor.

O aprofundamento sobre a percepção dos pescadores ocorreu ao longo de 26 dias de pesquisa de campo, distribuídos entre setembro de 2013 e meados de agosto de 2014. Todos os depoimentos foram gravados, mediante autorização verbal dos entrevistados. Em seguida, foi realizado pela autora o trabalho de transcrição das entrevistas na íntegra, por meio do programa *transcrib*, o qual otimizou tempo para transcrição de aproximadamente 60 horas de gravações em áudio. As entrevistas tiveram duração entre 45 minutos e 4 horas, sendo que muitas delas foram interrompidas por momentos de descontração, de alimentação ou trabalho. A seguir se apresenta a lista dos entrevistados, representados a partir de nomes fictícios que serão utilizados no capítulo seguinte (QUADRO 05).

Nome fictício	Comunidade	Características gerais
Carlos	Cabaraquara	Pescador nascido na comunidade, com mais de 51 anos de idade, pesca na baía para o sustento no inverno. No verão leva os turistas para pescar.
Gilda	Cabaraquara	Nascida na comunidade de Cabaraquara, 42 anos. Ostreicultora e pescadora, filha de um dos pescadores mais antigos na comunidade.
Júlio	Caieiras	Pescador desde os 8 anos de idade, é da segunda família a chegar ao bairro, no início dos anos de 1950. Atualmente pesca prioritariamente na Baía, sendo um dos mais velhos que o faz.
Lucas	Descoberto	Um dos moradores mais antigos da comunidade. Foi o primeiro a construir casa em alvenaria, a utilizar aparelho de rádio. Antigo agricultor e pescador, atualmente é dono de pequeno estabelecimento comercial na comunidade.
Lorival	Descoberto	Agricultor aposentado, produtor de farinha e atualmente trabalha com atendimento aos visitantes na comunidade.
Eliane	Descoberto	Professora aposentada, agricultora, antiga pescadora, produtora de farinha e atualmente trabalha com refeições aos visitantes na comunidade.
Pedro	Piçarras	Migrou da zona rural, pescador desde criança, agricultor, proprietário de pequeno mercado de peixe.
Antônio	Piçarras	50 anos de idade. Dedicar-se à pesca desde os 10 anos de idade, filho de pescador, possui embarcação para conduzir visitantes em passeios de pesca na Baía de Guaratuba.
Aluizio	Mirim	54 anos. Filho de português, até poucos anos atrás pescava a remo na Baía de Guaratuba.

QUADRO 5 - CARACTERIZAÇÃO DOS INTERLOCUTORES ENTREVISTADOS.

O primeiro grupo de perguntas (QUADRO 06) teve como objetivo compreender a importância da pesca na Baía de Guaratuba e como ela mudou, ao longo dos anos. O segundo bloco de perguntas, sobre a pesca na Baía de Guaratuba, teve por objetivo compreender o perfil das pessoas que praticam a pesca, suas habilidades e hábitos de pesca. O terceiro bloco foi composto por minimamente 9 perguntas, com o objetivo de identificar a influência das “mudanças”, palavra utilizada em substituição ao termo “impacto”, em decorrência do turismo náutico na Baía de Guaratuba.

Em um último momento foram realizados dois percursos guiados, conforme técnica proposta por GRENIER (1998), efetivados com pessoas que contribuíram como “guias” da Baía, de modo a demonstrar os impactos das marinas e da náutica, bem como algumas características gerais sobre o local. Registro fotográfico foi associado ao procedimento. O percurso guiado foi efetivado com o pescador Antônio e com um morador de Guaratuba que conduz turistas para praticarem pesca amadora na Baía, a partir da seguinte questão, colocada e explicada pela pesquisadora para o pescador: “Onde que dá para ver as mudanças causadas pelo

turismo na Baía?”. Esta mesma pergunta foi feita ao proprietário de barco que conduz os visitantes para realização de pesca amadora.

Sobre o dinamismo histórico

1. Há quanto tempo você trabalha com pesca?
2. Além da pesca, trabalha com outras coisas?
3. A pesca de antes era diferente aqui na Baía? Se sim, como mudou?

Sobre a pesca na Baía

1. Como funciona a pesca na Baía de Guaratuba?
2. Quem pesca na Baía?
3. O que o(a) senhor(a) pesca mais? Como pesca? Como este peixe vive? Como sabe onde encontrá-lo?
4. Como você sabe se está bom para pescar?
5. O que precisa saber, para ser um bom pescador?
6. Como o (a) senhor(a) sabe onde o peixe está?
7. Onde o (a) senhor(a) pesca mais?

Sobre o turismo/náutica

1. E os turistas, vão para a Baía? Onde? O que eles gostam de fazer?
2. Você lembra quando começou a ver turistas vindo aqui na Baía?
3. Mudou alguma coisa depois que eles começaram a ir para a Baía?
4. O senhor acha que depois que o pessoal de fora começou a passear/pescar na Baía, mudou alguma coisa? Como?
5. Em quais momentos vocês costumam ver mais estas pessoas quando vocês estão pescando?
6. Eles vêm para cá mais no verão ou no ano todo?
7. Qual é o tamanho da embarcação deles? O que eles costumam fazer na Baía?
8. A presença deles por aqui faz alguma diferença para vocês? Se sim, de que forma?
9. Você acha que depois que eles começaram a frequentar a Baía, mudou alguma coisa aqui na Baía? Se sim, o quê?

QUADRO 6 – PERGUNTAS REALIZADAS NA ETAPA EXPLICATIVA.

Por fim, para complementar a caracterização da náutica na Baía de Guaratuba foram realizadas visitas às marinas e iates da Baía, utilizando instrumentos como entrevistas semiestruturadas com um representante de cada estabelecimento náutico, de modo a caracterizar os equipamentos náuticos existentes (APÊNDICE 1). Além de caracterizar os estabelecimentos, as perguntas tiveram como objetivo a caracterização do público, a classificação dos serviços ofertados, dados gerais sobre o público que utiliza as estruturas e possíveis mudanças advindas da instalação das marinas e iates na Baía de Guaratuba, conforme percepção do entrevistado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: PERCEPÇÃO SOBRE AMBIENTE E IMPACTOS DA NÁUTICA

Sempre pensava no mar como *la mar*, que é como o povo chama em espanhol, quando o ama. Às vezes, aqueles que gostam do mar dizem mal dele, mas sempre o dizem como se ele fosse mulher. Alguns dos pescadores mais novos, os que usam bóias por flutuantes e têm barcos a motor, comprados quando os fígados de tubarão davam muito dinheiro, dizem el mar, que é masculino. Falavam dele como de um antagonista, um lugar, até um inimigo. Mas o velho sempre pensava no mar como feminino, como algo que entrega ou recusa favores supremos, e, se tresvariava ou fazia maldades era porque não podia deixar de as fazer. A lua influi no mar como nas mulheres, pensava ele. (HEMINGWAY, 1952, p. 11)

A Baía de Guaratuba é habitada por pescadores que, assim como o velho Santiago de Hemingway (1952), estão envolvidos e dotados de ampla experiência sobre o ambiente, percebem a interação entre diferentes espécies e fatores abióticos que configuram o ambiente. A epígrafe ilustra alguns aspectos que diferem pescadores “velhos” de pescadores “novos”, tal como o uso de motor e de apetrechos de pesca. Tal distinção é decorrente não somente da técnica de pesca utilizada, mas, sobretudo, do envolvimento que cada grupo possui com “*la mar*” ou, no contexto a ser apresentado, com a Baía de Guaratuba. Na perspectiva de um jovem pescador da comunidade de Caieiras, filho de Júlio, um dos pescadores mais antigos do município, e que atualmente pratica a pesca na plataforma continental, “Na Baía é só quem se criou na Baía que nem o pai, né? E a turma não cortou o cordão umbilical da Baía ainda”.

Para os que pescam na Baía, desde o período da infância, o turismo constitui-se em um dos fatores que contribuiu para alterar a quantidade de peixes e contribui para que pescadores saiam da Baía para pescar na plataforma.

Aí na temporada você vê a quantidade de embarcação que tem. O movimento aí, o peixe não fica. Na temporada ninguém vai. Nem faço questão de ir pra Baía, tem que ir pra fora. Porque é muito movimento. (JÚLIO, 2014)

Na medida em que o ambiente é constituído por organismos humanos e não humanos, as alterações na quantidade de peixes, na vegetação, na mobilidade do pescador e possibilidades de utilização de instrumentos para a pesca dinamizam os ambientes da Baía de Guaratuba.

O presente capítulo tem como objetivo analisar o ambiente dos pescadores a partir dos depoimentos coletados ao longo da pesquisa de campo. Retomando alguns referenciais já apresentados na fundamentação teórica, serão utilizados os termos “natureza” e “ambiente” de acordo com os conceitos de INGOLD (2002; 2012). Segundo esse autor, o **conceito de natureza** presume que elementos interagem entre si apenas por fatores de ordem ecológica, ao passo que o Ser Humano seria um observador distante deste mundo. Na análise de Ingold, a **percepção de um habitante do ambiente** ocorre a partir das interações entre diversas formas de vida, em que se estabelece um **engagement**, ou seja, o **envolvimento**, a interação das pessoas com o mundo ao seu redor, em uma relação de equivalência e simetria, entre “humanos” ou “não humanos”. Portanto, na epistemologia de Ingold, existiria uma oposição entre **natureza** e **ambiente**, a qual se dá a partir das formas como indivíduos se colocam na relação com o mundo, seja na perspectiva de um *observador* ou de um *habitante*.

De acordo com entrevistas com os responsáveis dos equipamentos náuticos de Guaratuba (APÊNDICE 1) (marinas e iates clubes), os clientes das marinas realizam passeios na Baía acompanhados de amigos e familiares, sendo eles os próprios pilotos. Alguns clientes costumam vir sozinhos e têm como atividade principal a pesca esportiva na Baía. Grande parte dos clientes das marinas e iates é moradora de Curitiba e, em menor proporção, oriundos de localidades do interior do Paraná. Ademais, responsáveis por 5 marinas e 2 iates clubes disseram que, de modo geral, os usuários das embarcações possuem imóveis e frequentam a Baía nos finais de semana com sol, em feriados e nas férias de verão.

Já no interior da Baía de Guaratuba, nas comunidades rurais onde a ceva é praticada, há um predomínio de turistas que se destinam ao local para a prática da pesca esportiva e pernoitam em pousadas de famílias das comunidades (ZANLORENZI, 2011). Há, ainda, o fluxo de excursionistas, ou seja, que vão para lá, pescam e retornam ao município de origem no mesmo dia.

Conforme observação direta realizada em marinas e nas garagens náuticas onde são abrigadas as embarcações para pesca esportiva, há um predomínio da utilização de embarcações pequenas, e nas marinas e iates localizados em bairros urbanos e em Caiobá, a predominância é de embarcações de popa médias e, em menor proporção, de *jet skis* e veleiros.

Todas as marinas visitadas sofrem com a grande rotatividade de funcionários, diferentemente dos dois iates clubes de Guaratuba e de Caiobá, que trabalham com maior contingente de funcionários e contam com funcionários com longo tempo de carreira no local.

Conforme dados obtidos nas visitas às marinas, vários funcionários possuem alguma relação de parentesco com pescadores e muitos marinheiros que trabalham, sobretudo nos iates, dedicavam-se à pesca e migraram para esse serviço.

Diante desta breve contextualização, a primeira parte deste capítulo consiste em apresentar a heterogeneidade dos modos de *engagement*, cuja tradução utilizada é “envolvimento”, dos pescadores com a Baía de Guaratuba. Na sequência, serão apresentados os distintos impactos revelados pelos pescadores sobre a temática central do estudo.

5.1 PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE

5.1.1 Modos heterogêneos de envolvimento com a Baía

As primeiras imersões que os pescadores entrevistados realizaram na pesca ocorreram na faixa etária que varia entre 8 e 12 anos, acompanhados de algum pescador mais antigo, seja pai, mãe, tio, vizinho ou parente. O acúmulo de experiências ao longo da vida do pescador acarreta na diferenciação entre o pescador de “origem” e aquele que ingressou na pesca depois de adulto: “O verdadeiro pescador, aquele que vem de origem, é um cara que cuida do ambiente. Agora estes que migraram pra pesca não, se acabar hoje ele sabe que amanhã ele vai ter outras coisas pra fazer” (ANTÔNIO, 2014).

Esta diferenciação influi no modo de envolvimento dos pescadores na Baía. Um dado relevante para compreender a expansão de pescadores que não são de origem é proveniente da pesquisa de Chaves *et al.* (2002), que apontam que o bairro de Piçarras constitui uma comunidade com elevado índice de novatos na profissão: 71,4% dos pescadores ou não têm pai ou avô pescador, ou têm apenas pai pescador.

Júlio afirma que para se adquirir conhecimento é necessário aprender “com as coisas da pesca” o tempo de cada peixe: “Naquilo que a gente trabalha assim, o que conta é a experiência do dia a dia. Você vai tendo uma experiência daquilo ali, vai pescando, vai vendo nas coisas da pesca, tempo da pesca do parati, da tainha, do camarão”. Para tornar-se um “bom pescador” é necessário manter contínuo e diário exercício de pesca, praticar habilidades de pesca mais apropriadas para cada captura.

Os ambientes pelos quais os pescadores transitam são determinados, sobretudo pelos *habitats* e hábitos dos peixes de maior valor comercial, mas mesmo assim, a Baía abriga variedade e quantidade de peixes significativas, conforme explica Júlio: “Na Baía dá muito peixe, é robalo, é linguado, bagre branco, bagre amarelo, xareu, pampo, miraguaia, garoupa, peva, caratinga branca”.

Os pescadores não pescam em todos os ambientes da Baía, geralmente frequentam pontos de pesca que estão mais próximos da comunidade onde vivem, e possuem determinados acordos implícitos sobre quem pesca naquele determinado local, sendo que muitas vezes ocorre disputa e hostilidade entre eles. Portanto, os conhecimentos/ habilidades estão relacionados aos ambientes em que o pescador está envolvido, por meio da pesca. Tal perspectiva fica evidente na fala de Júlio, ao alegar que ele somente conhece os ambientes por onde transita na Baía:

Tem muito pescador que pesca, mas não conhece bem a Baía. Eu, na verdade, sou daqui, mas tem rio na Baía que eu não conheço porque a gente não faz parte do sítio lá. Conhece muito rio, mas tem muito rio pequeno que faz cabeceira na mata, que a gente não conhece. Eu conheço mais é do pé da Baía pra cá, a parte de peixe.

Segundo Júlio, o camarão-branco é “esperto”, pois reage ao movimento do pescador no ambiente: “O camarão-branco da nossa Baía, pra ficar adulto fica um

camarão esperto. Você vai arrasta amanhã já não tem nada. Uma hora ele tá pra terra, outra hora tá pra fora, ele some”.

Ao conhecerem os *habitats* dos peixes, os pescadores seguem seus percursos, conforme também identificado por Cunha (2007), que afirma que os pescadores seguem a mobilidade das espécies de peixe. Os pescadores também conhecem os hábitos alimentares dos peixes e isto contribui para que eles os distingam. Antônio conta que o robalo “pula no camarão, na manjuba, aí a gente já sabe que aquele é o robalo”. Para eles, a Baía atrai peixes de fora por conta dos alimentos existentes ali, destacando-se a (in) existência da manjuba, cuja escassez contribui para diferenciar a atualidade do período anterior à década de 1980.

(...) o peixe entrava na Baía porquê? Por causa da manjuba, do comedio. Aí antes dava mais manjuba canivete, manjuba parati, manjuba chingó e hoje não se vê mais manjuba. Vê ela pequenininha e quando tá virando não se vê mais nada. Manjuba cascuda não se vê mais também. A charuto, a penacha, era a manjuba que dava.

Conhecer as temporalidades que caracterizam as espécies diferencia aqueles que “pertencem à pesca” e os que não pertencem, como é o caso do relato sobre o modo de capturar caranguejos, e isto pode causar impacto, conforme descrito por Pedro:

Chega a época do caranguejo - dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril - é o tempo do caranguejo. É um bicho que uma vez por ano, ele se entoca e leva 6 meses e aí ele anda na época da lua. Num ano ele anda por 4 luas, até 5 luas ele anda, diretamente ele anda 4 luas. Aí vêm os caras que não pertencem à pesca, pegam o caranguejo, destroem aquilo.

As estações do ano são concebidas pelos entrevistados como fatores que intervêm diretamente nos percursos dos peixes:

No verão a água é mais quente, as marés são mais pequenas, a maré não sobe muito. No inverno a maré sobe mais. Tem peixe que no inverno não aparece, no verão aparece. Então, no inverno tem muito peixe que não aparece, vai aparecer no verão. (Gilda)

A partir da diferenciação entre inverno e verão, Gilda conta sobre os peixes “pro gasto”. A constante mudança nos peixes, de acordo com cada estação do ano,

é considerada um fator favorável para saciar a vontade de comer peixes diferentes e manter o sustento das famílias:

No inverno o peixe acaba indo pra dentro da toca, debaixo do barranco tem aqueles buracão e eles entram mar aberto mas sempre a gente pega pra comer. Agora no começo do mês de setembro, outubro e novembro já começa o bagre pra caldo, pescada branca. Já mata a vontade de comer um depois do outro. Já vem a pesca do robalo, do camarão. Janeiro e fevereiro é o robalo, o camarão e o caranguejo. (Gilda)

No verão há um aumento da quantidade de peixes na Baía. Pedro informa que “Quanto mais a água quente, mais peixe. O peixe do inverno que vem pra água quente é a tainha. O do inverno é a pescada perna de moça, os bagres é o parará”.

A temporalidade das espécies é algo que perpassa a vida do pescador. Além dos percursos realizados pelas populações de peixes, a compreensão sobre os períodos em que eles passam na Baía e dos seus ciclos migratórios fazem parte da compreensão sobre as espécies. Júlio percebe que a maioria dos peixes possui uma época: “Peixe de época como a tainha, bagre, salteira. É aquela época que ele vem pra costa, passou aquela época, acabou. Setembro, outubro, até novembro tem a pescada branca, o bagre, salteira. Eles vêm pra Baía”. Todavia, há aqueles que chegam durante o ano todo, como é o caso do parati. Pedro explica que em outubro é o mês da entrada do bagre, salteira e corvina que, segundo o entrevistado, “tá aparecendo porque fechou lá fora a pesca com os aparelhos”. Neste sentido, Chaves *et al.* (2002) revelam que há tipos de peixe cujo fluxo é sazonal e há os que permanecem na Baía, sendo o peixe migratório de maior importância para o local a tainha.

Pedro comenta sobre as peculiaridades dos peixes com ova: “Cada cação, tainha, cria milhões e milhões de filhote, porque é peixe de ova, 30 filhos. Tem cação aí que cria mais de 100 filhotes”. No entanto, de acordo com os interesses do mercado, que acabam sendo também os dos pescadores, este fator, que deveria repelir pescadores caso houvesse preocupação com a perpetuação da espécie, acaba justamente atraindo maior procura por parte deles.

Tendo em vista o conhecimento do pescador sobre este aspecto, eles fazem críticas sobre as épocas instituídas para o defeso da pesca, pois a pesca de tainha, por exemplo, acaba coincidindo com o período em que o peixe está ovado, conforme

explica Antônio: “como eles faziam aquela pesca industrial, tiravam só a ova e jogavam o peixe de volta, porque a maioria dos consumidores querem o peixe com a ova”. A demanda para comercialização destes animais contribui para que os pescadores selecionem qual é a principal espécie a ser capturada, recortem o universo com o qual eles se relacionam optando por pescar dentro ou fora da Baía, desenvolvam habilidades e atenção perceptiva sobre os hábitos dos animais e os fenômenos que atuam no ambiente.

É possível afirmar que a temporalidade dos peixes aproxima-se da temporalidade “natural” dos pescadores que coexiste com o “tempo do relógio”, regido pelas relações mercantis, conforme descreve Cunha (2004). A autora também identifica algo semelhante ao constatar que os pescadores, além de seguirem os movimentos dos peixes, seguem as oscilações das marés, dos ventos e a influência dos astros, sendo este tipo de percepção uma habilidade que caracteriza o pescador artesanal (CUNHA, 2004). Este aspecto também diferencia aqueles que “sabem” daqueles que “nunca foram” ao manguezal:

O caranguejo, no tempo do caranguejo, pra vender ou pra gente. No caso do caranguejo, você vai pegar um caranguejo graúdo. Porque eu sei. Agora você solta uma pessoa no mangue que nunca foi, ele vai lá e não vai só pegar o caranguejo graúdo, porque vem até umas pequeninha no meio. Peguei um saco de caranguejo daí você vai ver tem um monte pequeninha assim. Este caranguejo não serve pra nós. (Júlio)

Ao perceber as trajetórias do camarão-branco e dos peixes, Júlio desenvolve habilidades mais pertinentes para a captura, de modo a selecionar ambientes, período e equipamento de pesca, conforme explica:

Semana peguei dois robalos, um de 15 e um de 7,5. Mas com a maré boa também, de corrente e com aquela rede. Maré boa também já não dá. Daí tem que ir pro outro tipo de pescaria. Tira uma rede e se aquela não tá boa passa pra outra. Tarrafa mesma coisa. Mata parati, mata tainha. Pra tirar caratinga tem que ser malha fina numa tarrafa grande.

Portanto, a mobilidade do camarão-branco e dos peixes que “vêm de fora” expressa bem o fato de que o ambiente é dinâmico e os organismos estabelecem suas relações com os ambientes a partir das condições que estes apresentam, seja temperatura, maré, salinidade, existência de alimento, etc. Mario comenta que “O

peixe que vem de fora entra na Baía pra desovar. Tainha, robalo, caratinga, vai atrás de água doce, ali pra serra”.

O conhecimento associado às habilidades de pesca e sobre “os macetes da Baía” é imprescindível para que os pescadores exerçam a pesca, pois para viver neste ambiente é necessário não apenas compreender os mecanismos e configurações da Baía, mas selecionar a melhor técnica de pesca de acordo com as situações postas, habilidades adquiridas que permitem a mobilidade do pescador: “Então vai levando a vida assim [...] conhece os macetes da Baía, tudo, né. Na hora de tarrafa, outra hora de espinhel, vai que vai se virar, aprendeu isto aí, né. A gente aprendeu a fazer isto aí, né” (JÚLIO, 2014).

5.1.2 Percepção sobre os organismos e pesca no ambiente

Além das experiências acumuladas ao longo do tempo em que o pescador exerce a pesca na Baía, a interação direta com o ambiente permite-lhe captar as suas nuances. Aluizio conta que para localizar o peixe que mora no fundo da Baía é importante ficar atento aos rastros na água, pois “[...] às vezes a gente só sabe que o peixe do fundo passa porque eles fazem aquelas bolinhas”. Antônio conta que “a tainha não faz bolinha, ela deixa um risco na água”.

Há percepção sobre a distinção entre os peixes, conforme explica Mario: “A miraguaia é parecida com a corvina, pelo formato assim... É parecido”. O pescador experiente distingue os peixes da Baía a partir da “cara” do animal e relaciona-os com seus *habitats*, como demonstra Júlio:

Tem muitos peixes que é só de Baía. Tem duas qualidades de caratinga, tem a vivoca branca grande que é mais de Baía, tem a caratinga grande que é de fora, que nem a vivoca, só que é diferente porque a cara é diferente. Que dá muito em Baía que nós chamamos de caratinga de pataca.

O dinamismo no ambiente também se expressa nas variações das marés, importantes para que o pescador saiba a viabilidade de passar em locais rasos com sua embarcação, situação bastante comum na Baía, e determina horários mais convenientes para navegar e pescar. A força da maré movimenta a rede, pode atrapalhar ou ajudar a pesca, a depender de como o pescador utiliza esta força a seu favor. Segundo Júlio, os dois fatores que mais influenciam na pescaria são a maré e o “tempo”, os quais interagem entre si e propiciam condições específicas

para a pesca: “A maré muda por causa do clima, do tempo, né? No verão a água é mais quente, as marés são mais pequenas, a maré não sobe muito. No inverno a maré sobe mais. Tem peixe que no inverno não aparece, no verão aparece”.

Pedro comenta sobre a relação entre o vento e a maré: “Vento leste ou nordeste, tempo bom, maré seca. Vento sul é tempo ruim, aquele ciclone, tempestade da Argentina, do Uruguai, quando enfrenta as duas frentes, vai costeando”. Maré e o tempo, que inclui o dinamismo do vento, são fatores determinantes na pesca, como alega Júlio:

Se o tempo tiver bom, dá pra aproveitar mais, principalmente aqui na Baía. O vento muda as ondas. Quando entra uma frente fria que nem esta noite, já muda. Com este vento norte, fica tudo mexido. Deu uma tombada por causa do vento que para as ondas, daí fica bom pra sair.

A mudança do tempo também é “sentida” pelos peixes, pois quando “está para mudar, o peixe perfunda, dá tudo que é qualidade de peixe, tem muita caratinga. Tem lança as vezes que é só daquilo ali”. Ainda sobre o tempo, Pedro conta que “Quando tempo tá ruim a maré cresce demais... quando tempo tá bom a maré fica normal. Ninguém sabe disso aí, tô explicando (risos)...”.

A lua influencia diretamente no tipo de maré a partir das seguintes classificações: maré de lua, maré corrida, maré de espera, maré forte ou maré fraca, o que incide na escolha do tipo de rede a ser utilizada, do ponto de pesca e do peixe a ser capturado. As oscilações da maré são menores em determinados períodos, de acordo com a lua, sendo que as maiores oscilações da maré ocorrem durante a lua nova e a lua cheia.

“Sempre alguma coisa aparece”, para os que conhecem o ambiente, explica Júlio sobre a técnica de fundeio (FIGURA 09):

Quando a maré fica fraca, água clareia e a rede também não anda porque a maré não tem força, né. A gente arma a rede na pedra pra robalão, pra pescada, às vezes picha, né. Pra linguado também, rede baixa, bem pesada, malha grande, malha 20, 22. Um palmo de malha, né. Ela é bem quebrada que é pra bater e a maré fraca, que é pra deixar de fundeio.

Ao perceber a influência da lua sobre as marés e os peixes, o pescador desenvolve habilidades mais apropriadas para pescar durante estes períodos, entre elas, a habilidade para caceio (FIGURA 10), conforme explica Júlio: “Rede de caceio que a turma caceia o robalo, o cação, a corvina, tem que ser maré de lua. Lua nova e lua cheia que leva a rede e mexe com a água deixa mais tordoadada.

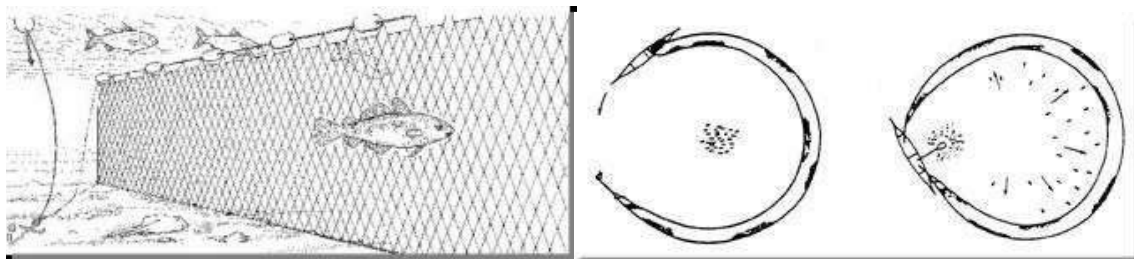


FIGURA 09: TÉCNICA DE FUNDEIO.

FIGURA 10: TÉCNICA DE CACEIO

FONTE: LAURA VILLVOCK DE MIRANDA *apud* SILVA (2013, p. 68).

A maré corrida pode ser aquela definida como vazante e enchente, a força nestes períodos carrega sujeira e mexe velocemente na rede do pescador:

A maré corrida coxa tudo corrida, né. Vai pegando sujeira, cisco, galho, alguma coisa e vai grudando no pano. Aí quando a maré vira de volta ela vai subindo. Mas se encostar em um galho, alguma coisa, que enrosca no pano da rede, se a maré encheu, daqui a pouco ela vai descer. Quando vem, ela vem fazendo o lanceio do contrário. Agora se tem sujeira, gruda o pano da rede e vai coxar,.. Tem vezes que coxa um monte de rede assim... daí você olha, como que um cara pode coxar isto aqui! A maré vem, aquilo vem e coxa e aí não pega nada. Pra pegar ela tem que tá limpa e em pezinha. (JÚLIO, 2014)

Pedro explica o movimento da lua cheia da seguinte forma: “[...] quando ela começa a sair tá começando a encher maré. Quando tá pegando meio-dia, virando pra terra, tá começando a virar maré grande, a maré grande se torna forçosa por causa da lua”.

As “luas de quarta” correspondem à época de quarto crescente e quarto minguante da lua, produzindo marés de quadratura. Júlio denomina as marés de quadratura como marés de espera e considera que elas dificultam o desenvolvimento de determinados tipos de pesca, como o lanço: “Crescente e minguante é maré de espera, então pra lanceiar já não é bom”.

Pedro explica o efeito da lua nas oscilações da maré “pequena”, conforme o horário do dia, ou seja, conforme o movimento da lua: “Quando a lua começa a sair, a apontar, ela tá enchendo a maré. Quando a lua tá lá pelas 10h, 11h ela tá vazando a maré. Este horário é de maré pequena. Quando a lua pega das 11h até 12h, tá começando a encher maré”. Ele também relaciona a lua ao movimento das plantas cultivadas na sua roça, como a batata, a mandioca e o feijão. Ou seja, a lua influencia tanto na pesca quanto na agricultura, atividades que são praticadas pelo pescador de formas complementares para o sustento familiar.

Planta. Se você plantar a banana no quarto minguante ele começa a minguar, fica doente, não cresce. Aí você planta na lua nova, pra crescer daí pra frente. Aí a planta tá crescendo e a árvore tá crescendo. Se você planta na minguante, a lua tá minguante, a árvore tá minguando. Aí você planta um pé de batata na cheia, ele fica bonito, fica forte. Tudo isto aí (risos). A mandioca, se você plantar na lua cheia pra minguante ela só dá pé e cabeça, não dá raiz. Você plantou na lua nova pra crescente, na força da crescente. A mandioca só dá aquele fiapão e bem pouca raiz. Que nem agora, tá na época de plantar. O feijão, você plantou na lua minguante, aí o feijão grande fica bem grande e carrega o pé e joga tudo a folha. Se você plantar na crescente ele fica tudo garrado e espalha as vagens. (PEDRO, 2014)

Neste sentido, a percepção sobre as variáveis do ambiente permite que o pescador não apenas exerça a pesca, mas também as demais atividades associadas com o extrativismo, para “catar” e “pegar” o caranguejo, para organizar os plantios agrícolas. Os pescadores relacionam a interação dos peixes com suas capturas e com as vicissitudes do “tempo” (a trovoada, a tempestade, o sol e a chuva), como explica Júlio:

Por exemplo, eu sei até quando o tempo vai apanhar através dos peixes, eles ficam agitados. Geralmente a tainha começa a pular, pular... daí você não vê, vai todo dia pro mar e não vê... naquele dia que tá pra vir uma trovoada... uma tempestade... não sei de onde vem tanto peixe. Aí você pode contar que... se não for naquela noite é no dia seguinte.

Mario informa que o pescador percebe a relação da maré com determinados peixes que “gostam da maré... pra pescar pescadinha e robalo tem que ver a maré”. Para ver a maré, é “só olhar o movimento da água, como ela tá puxando... Pra saber se vem chuva tem que prestar atenção no vento, tem pescador que só de olhar o jeito que a folha da palmeira mexe, já sabe se vem chuva ou não”. A influência das

marés é um dos critérios recorrentes para caracterização dos estuários, segundo descrevem Benevides *et al.* (2011) e Miranda *et al.* (2002).

Os pescadores entrevistados observam as (re)ações do peixe de acordo com o movimento das águas, da chuva chegando, do vento soprando e percebe a relação, o que lhe permite classificar, comparar, localizar, entender o comportamento e estimar o tempo de vida de peixes e crustáceos. A percepção sobre dinamismo e interação entre as diferentes formas de vida e sobre os fenômenos que agem no ambiente permitem que o pescador capture seus alvos em determinados períodos do ano, mantendo seu dinamismo:

Já faz lanço vai vendo quando tá no mangue, no meio do mar, no meio da Baía, nos baixios, aí ele vai olhando o cardume se movimentando. Mas às vezes ele nem se movimenta, fica lá no fundo comendo, chega em cima da água, se movimenta e já um aqui outro ali. Aí você solta a ponta da rede com a boia, cerca bem direitinho. Fecha as portas e daí faz barulho ali e daí ele quer correr, né, quer sair dali. Faz aquele lanço ali e dá tempo pras outras. Às vezes dá um outro tipo de peixe. Aí já solta rede pra fundo, pra outro tipo de peixe, prorobalo, pra pescada, pra corvina. Aí ele solta a rede no canal, aí tem que ser com malha bem puxada. No canal principal que dê o espaço da rede. Conforme o canal você solta um tanto da rede, né, que dê para afastar a rede. E deixa a maré lá levando. (JÚLIO, 2014)

O dinamismo dos estuários também é retratado por Andrade, Turbino e Viana (2008). Para os pescadores, a percepção de como o ambiente se configura e se transforma conduz a uma determinada ação do pescador nesse ambiente. A narrativa acima evidencia os elementos constituintes do ambiente do pescador, o movimento, que caracteriza marés, cardumes, peixe; as habilidades perceptivas e as técnicas apropriadas para que o pescador pesque conforme as condições do ambiente, e transite pela Baía de modo a interagir com as variantes e o dinamismo do ambiente, alcançando seu propósito: a captura.

Mudou, né, hoje as canoas são de fibra. Na Baía mudou também, porque tudo muda, tende a evoluir com o passar do tempo. Quando eu era piá, dava de contar quantos pescadores tinha, não dava mais de 10 pescador. Hoje tem mais de 200. Num lugar que você só tira e não planta, aí fica complicado, né, ainda tem que disputar com turista. (ANTÔNIO, 2014)

5.1.3 Percepções sobre as mudanças no ambiente

Ainda que na memória coletiva dos pescadores da Baía de Guaratuba, o passado seja associado às dificuldades de acesso e mobilidade, em geral eles associam aquele período à fartura de alimento, decorrente das atividades que praticavam: caça, agricultura, extrativismo e pesca. Todas elas, com exceção da caça, ainda são praticadas por unidades familiares da Baía de Guaratuba (MELLINGER, 2013).

A fartura de alimentos coexistia com as dificuldades para conservar, estocar ou escoar a pequena produção, recorrentes entre as comunidades rurais, sobretudo até a década de 1950, quando foi instalada nova rede de energia elétrica e vias de acesso ao meio rural (MELLINGER, 2013). A exemplo desta constatação, Eliane explica que “(...) tinha o que vender e não tinha como vender, não tinha estrada, não tinha luz, água, geladeira. Água era de poço, era bem gelada, lá caía folha, pulava a cobra, pulava o sapo e nós usava aquela água, graças a Deus nunca aconteceu nada”.

A fartura na roça, decorrente dos puxiruns que geralmente agregavam cerca de 40 homens para preparar grandes roças de mandioca e de arroz (cultivo atualmente proibido), faz com que o passado seja considerado, por alguns moradores mais antigos do sítio, como “naquele tempo era melhor”. Ao mesmo tempo, o passado é associado a um período em que se precisava trabalhar muito. O aspecto dúbio relacionado à fartura também foi identificado por Basso (2010) em pesquisa com pescadores na Barra do Ararapira, ao estabelecer uma diferenciação entre a fartura do passado e a fartura do presente. A primeira estaria associada àquilo que se obtém do trabalho no território, tal como o peixe e a farinha, já a segunda está relacionada aos bens adquiridos na cidade e levados ao sítio. Para a autora, seriam itens como “materiais de construção, móveis, eletroeletrônicos, comidas, bebidas, roupas” (BASSO, 2010, p.131).

Se antes havia muita gente trabalhando nas roças, a percepção da quantidade de pescadores é oposta, pois a maioria considera que a baixa quantidade de pescadores coincidia com a existência de peixes grandes e espécies variadas. Lorival conta que “Não tinha muito pescador. Não tinha turista que vinha comprar peixe. A gente ia pra Guaratuba uma vez por mês, ia comprar peixe lá no

mercado, outro peixe, do mar. O meu avô ia pescar e trazia cada robalo deste tamanho”.

O depoimento de Aluízio, pescador com mais de 60 anos, residente em Piçarras, bairro de Guaratuba, elucida sobre os fatos que marcam a memória dos pescadores de Guaratuba, relacionados ao tipo de embarcação e de apetrechos utilizados para a pesca:

Aprendi a pescar com o meu pai, quando tinha 10 anos. Entrei na popa da canoa. Naquele tempo canoa era de uma árvore só. Guapuruvu, guanandi, tudo as madeiras que davam canoa. Eu pescava com o meu pai e depois primeiro era de espinhel, de linha. Naquele tempo não tinha rede. Depois as coisas foi melhorando, o povo foi fazendo rede.

Antigamente as redes utilizadas eram elaboradas de modo artesanal e demandavam grande dedicação para sua confecção. Esta diferenciação é relatada por pescador de origem catarinense que migrou para Caieiras na década de 1950: “Antigamente o fio era de algodão. Nós fazia, entalhava, pegava saquinho de areia. Tucum ia lá, tirava um balaio ou dois, levava pra fiar, depois pra cortar. Depois veio o fio nylon e a turma abandonou tudo isto. De primeira era muito trabalhoso”.

A canoa de um pau só e a diferença nos tipos de apetrechos utilizados são os marcos que distinguem a pesca de antes daquela de hoje, lembrando que tal cisão foi impulsionada, sobretudo, a partir de 1975. Como explica Júlio, “Não tinha barco, depois começou a vir o arrasto do camarão, a sardinheira, outros tipos de rede. Cada vez mais embarcação. Sardinheira mesmo leva tudo, bagre, corvina, pescada branco. Ali na costa faz barulho”. O relato de Júlio ilustra a percepção de vários pescadores sobre questões que influenciaram na pesca na Baía. A motorização contribuiu para que mesmo os pescadores que priorizam a pesca na baía de Guaratuba optem por pescar em outros locais, ainda que fora do estuário.

O grau de “produção” da Baía, a motorização de embarcações e a proibição da utilização de redes na entrada da Baía são fatores relevantes para que o pescador migre para a pesca em mar aberto. Comenta Júlio:

Eu sei pescar lá fora, já peguei muito de malha lá, lá com os meus irmãos que já é falecido, né. Que é pescador, pescava pra fora, né? Mas sempre nós ia mais na Baía, porque na Baía também tinha bastante peixe, né? Agora quando não compensava nós ia pra fora, né. Só que de canoa.

Barco começou de um tempo pra cá, né... daí a gente já tava na pescada de rede, com o camarão”.

A mudança no tipo de embarcação também influenciou para difusão de novas modalidades de pesca na Baía, como é o caso do arrasto do camarão, sardinheira e novas redes. Explica Júlio: “[...] antes não tinha barco, depois começou a vir o arrasto do camarão, a sardinheira, outros tipos de rede. Cada vez mais embarcação. Sardinheira mesmo leva tudo, bagre, corvina, pescada branca”. Estes adventos favorecem o contraste entre o pescador de dentro e o pescador de fora da Baía. Júlio considera que a falta de “produção” da Baía de Guaratuba contribuiu para que muitos moradores de Caieiras passassem a se dedicar exclusivamente à pesca em alto mar.

Naquele tempo, se dedicava à Baía porque tinha produção, né. Então não tinha necessidade da pessoa sair. Pegava uma embarcação pequena, naquele tempo uma canoa, né, de madeira, alguns já com as de alumínio. Naquele tempo o pessoal não procurava muito pra fora. Só nós que ficamos aqui.

A diminuição do “comedio”, ou seja, dos peixes pequenos que alimentam os peixes maiores, é associada a estes fatores, como explica Mario ao relatar que por volta de 40 anos atrás “Tinha mais peixe mais miúdo, o saguá, o pampo. Agora não tem mais. Salteira dava bastante, agora já rareia. Já pegaram 500, 600 quilos na boca da barra”. Na Baía de Guaratuba, segundo conta Júlio, havia “Sardinha penacho, xingó, charutinha. O peixe fica onde tem a comida. Não tendo a comida ele não fica, entra na Baía e com a maré, se tiver como ele vir, ele já sai, né”. Assim como o peixe fica onde tem comida, obviamente o pescador estabelece interações com ambientes que têm peixes e estes estão em constante processo de dinamismo. “Aquilo ali serve como abrigo”. Estes peixes destinados à subsistência da família adaptam-se ao dinamismo do ambiente, muitas vezes acelerado por ações antrópicas. Júlio aponta o declínio de algumas espécies de peixe:

A cavala anchova e o robalo que é o peixe que mais aparecia aí já não vê mais. A gente ia pegar o robalo em costão de tarrafa, de rede de cerco, de rede de espera no rio, no baixio. Nós já tinha rede alta pra pescar na ilha. Então, de vez em quando, ia na embarcação e não encontrava o robalo. De um tempo pra cá o robalo começou a aparecer na rede de caceio. Tinha duas qualidades de cação aqui na Baía, tinha o cação martelo e o

cação mangona. Aqueles tinham. O martelo era meio branca. Botava siri na rede e pegava. Pegava também a miraguaia.

As características deste relato - referir-se ao peixe a partir da técnica de pesca que era utilizada - é bastante comum entre os pescadores e demonstra que o peixe não é concebido como um ser isolado, e sim a partir da interação com ele estabelecida, mediada por apetrechos de pesca específicos e em ambientes específicos. No entanto, os limites entre os ambientes não são rígidos, à medida que, conforme a habilidade e condições dos pescadores da boca da Baía e dos bairros centrais, eles transitam não apenas na Baía como também fora dela. A respeito disso, Júlio comenta: “Pra mim tá bom porque quando não tem nada na Baía eu vou pra fora também. Armo a rede, caceio, caço camarão, eu tenho preparo para rede de camarão, né, vai com uma baterinha pequena, mas eu vou”.

A motorização das embarcações possibilitou aos pescadores, diante da diminuição de peixes na Baía, migrarem para a pesca na plataforma, contando com maior mobilidade, se comparado ao passado, conforme explica Júlio: “Eu já fiquei mais dependendo mais da Baía”. A motorização das embarcações na Baía é recente, na opinião deste pescador que “se criou na Baía”, sua difusão ocorreu a partir de 1975 e está diretamente associada à expansão da pesca de camarão, sobretudo com o advento da pesca de **arrasto**.

Antônio comenta sobre o desinteresse da geração mais nova pelo exercício da pesca: “Hoje até, como já não tem mais camarada e os filhos de muitos pescadores foram estudar, se formaram em alguma profissão, não querem pescar mais. Porque aqui o pessoal não quer mais, não dá produção...”. Como influência da queda de produção e dinamismo do meio rural, Ferreira (2010) indica que a geração mais jovem passa a prestar serviços no meio urbano e famílias passam a trabalhar com o turismo, ambos os processos desencadeados por volta de 1993. Outra atividade de importância iniciada é o cultivo de ostra, sobretudo no Cabaraquara, a partir de 1996 (MELLINGER, 2013). Mesmo com a diminuição da quantidade de peixes, o acesso ao estudo e a diversificação da oferta de serviços, e ainda que a pesca estuarina tenha deixado de ser a principal fonte de sustento, os estudos de Mellinger (2013) indicam que esta atividade ainda representa a principal

Para os pescadores entrevistados, as normas que regulam a pesca exigem que o pescador renove o modo de interagir com os peixes no ambiente e, em consequência, ocorrem mudanças no porte e abundância dos peixes que vivem no ambiente.

Existe a portaria que fala onde pode pescar, 7 metros da boca de rio. Cada pessoa vai se adequando. Não adianta nada ficar matando peixe pequeno que amanhã ou depois não vai ter peixe lá fora, é uma maneira de proibir a pesca predatória. O maior erro é que as pessoas que estão pescando lá fora, aquilo ali vai puxando tudo, os filhotinhos de peixe deste tamanho. Eles (que pescam fora) reclamam do peixe porque eles mesmos estão acabando matando peixinho pequeno, aqui na Baía ainda tem bastante porque a pessoa que tá pescando aqui com a malha 7. Agora lá fora eles alugam uma malha fina, é totalmente diferente, aqui dentro da Baía nenhum empresário vai vir com barco grande pescar aqui.

De acordo com Aluizio, a proibição de se pescar com malhas menores, que acabam pegando peixes na fase inicial do desenvolvimento, contribuiu para manter a vida “dos bichinhos”:

No meu tempo tinha bastante peixe. Não tinha rede, era o lanço²⁰, usava 2 canoas, uma canoa jogava aqui, jogava rede e a outra segurava. Naquele tempo era 40 braços de rede. O cara fechava 3,4 lanços dava uma canoa de peixe. Pescava bagre, corvina, saguá, pampu, parú, depois mais miúdo com malha 6, até malha 7 e malha 5. De uns tempos pra cá a malha 5 foi proibido. Foi bom proibir pros bichinhos. Agora a maioria do povo compra a malha 8, 9, 10, 11, a malha 20 e a malha 16.

Segundo relato de outro pescador, a pesca com sardinheiras começou na Baía de Paranaguá. Lá os pescadores de Guaratuba viram como funciona o sistema de captura destes peixes e inventaram um sistema para pescar fora da Baía de Guaratuba. Com esta adaptação, a pesca deste tipo de peixe foi amplamente difundida, até ser proibida pelo órgão ambiental federal. Júlio considera que tal medida foi bastante benéfica para manter exemplares deste peixe que outrora existia em abundância na Baía.

²⁰Atualmente, a prática do lance pode ser realizada somente com redes de malha igual ou superior a 6 cm (seis centímetros). O “lance” não pode ser realizado nas áreas de parciais e costões rochosos (Portaria IBAMA nº12, de 20 de março de 2003, válida para o Estado do Paraná).

A baía de Paranaguá é assim. A sardinha charuto, depois que começaram a aparecer a sardinheira, que tarrafa aí pra no outro dia pescar, né. Aí tem aquele pescador mais curioso, né, que quer saber como é, aí ele viu como era a rede, né. E como tinha muito sardinha charuto na Baía (de Guraratuba), eles pegaram e inventaram de fazer uma rede também, que nem a da tainha só que mais pequena. Barquinho pequeninho, bote aberto, né. Dava um lanço de 2 mil,3 mil quilos de sardinha, né. Barco vinha carregado. Aí o pessoal pensou, tenho que pescar também porque se um tá matando, tenho que matar também. Ainda bem que veio o IBAMA e proibiu. Se deixar, se não regulassem, o pessoal ia tudo pra aquilo ali. Daí tinha terminado. Como aqui, pegavam sardinha ali, a turma começou a fazer uma coisa miudinha de serrar a tarrafinha na hora que puxa, ela vem tudo em sacador. Aí pessoal começou tudo a cair em cima e deu no que deu. Pra nós aqui é a sardinha penacho, tem as guelras grandes e aqui em cima tem um penachinho. Naquele tempo você ia pra cima e estourava destes e agora não tem mais, acabou.

Esta fala expressa o reconhecimento da importância da intervenção legal, mais precisamente relacionada à Portaria IBAMA nº 2.286, de 19/11/1990, para contenção de práticas pesqueiras consideradas mais predatórias. Atualmente, a pesca de sardinha na Baía é permitida apenas quando praticada com redes de “cabo”, que devem ter comprimento máximo de 180 metros e altura máxima de 15 metros. O recolhimento das redes deve ser manual (Portaria IBAMA nº12, de 20 de março de 2003, válida para o Estado do Paraná).

Apesar de todos os relatos sobre a diminuição do peixe, os entrevistados contam que a situação atual da Baía é mais favorável para a pesca do que era aproximadamente uma década atrás. Pedro alega que “a Baía tá muito mais melhor do que antigamente, tem robalo bastante, tem parati, tem tainhota”. Júlio conta que na atualidade “Dá muito peixe, é robalo, é linguado, bagre branco, bagre amarelo, xareu, pampo, miraguaia, garoupa, peva, caratinga branca”. Antônio comentou que há possibilidades de voltar a existir a mesma quantidade de peixes de outrora:

Ah, volta! Dependendo da qualidade da água, volta. Teve uma época que ficou pior do que agora. Pesca uns 8 anos atrás era muito ruim, eu padei. Tem muita espécie de peixe que este ano deu fracassado mas no ano passado deu demais. Fazia tempo que eu não via parati, o meu filho tirou mil quilos num dia.

Portanto, esta concepção contraria a literatura citada que se refere à diminuição dos estoques de peixe a partir da década de 1980. Diante da contenção da pesca de arrasto, que, conforme menciona Mellinger (2013), foi um marco para a

pesca local, muitos pescadores consideram que as embarcações e tecnologias de pesca utilizadas dentro e fora da Baía são formas de diferenciar os efeitos causados pela pesca. Relata Antônio:

Esta aqui da Baía não é predatória, agora aquela de arrasto pra pegar o camarão é predatória, aquela mata tudo que tem na frente, a pressão do mar e a força do motor, em 10 minutos tá tudo morto. Mesmo que você puxe, já fica morto.

Eu mesmo, quer ver? Eu tava falando com um pescador, eu pesquei muito em alto mar. Fiquei até aborrecido com o estrago que era feito. Nós fizemos um arrasto aqui, veio uns 800 quilos, dos 800 nós aproveitamos assim, uns 10 quilos e o resto jogamos tudo na água, tudo miudinho.

Se por um lado há fortes críticas por parte dos pescadores em relação às leis ambientais e de regulação da pesca, por outro, há o reconhecimento pelos pescadores mais antigos de Caieiras, Cabaraquara, Piçarras e Mirim, de que algumas normas e regulações ambientais favoreceram a manutenção de determinadas espécies na Baía de Guaratuba. No entanto, mesmo diante disso, há um consenso em relação à ineficácia do sistema de fiscalização ambiental, como aponta Júlio: “Mas não dá pra ter um controle, pois como alega um pescador: Você vê, se você fecha a Baía, chega na época, é fechado lá fora mais libera. O defeso é só na fase de crescimento, depois não tem mais defeso”.

5.2 PERCEPÇÕES SOBRE MUDANÇAS ASSOCIADAS À NÁUTICA

A náutica na Baía de Guaratuba está diretamente associada à existência de marinas e segundas residências no entorno do espelho do corpo aquático. A mais antiga dentre as marinas é de 1984, e a mais recente é de 2001. A náutica e as segundas residências contribuíram para a expansão urbana no município, em bairros que eram considerados periféricos, cujos moradores eram, sobretudo, provenientes do meio rural. Além das marinas que ocupam a beira da Baía, este setor abarca grande quantidade de residências de grande porte e condomínios náuticos.

A diferença entre as marinas e os iates está relacionada aos serviços oferecidos aos clientes. As marinas da Baía funcionam como garagem náutica, oferecem serviços básicos de manutenção de embarcações e serviços terceirizados de marinheiros. Nos iates clubes, além da vaga, há serviços mais sofisticados para manutenção das embarcações, sendo que no late Clube de Caiobá há inclusive pessoas responsáveis pelo setor de estofaria.

Ademais, os iates clubes ofertam aos clientes área de lazer e descanso, que são mais amplas do que as das marinas, além de serviços de alimentação. Proprietários das embarcações terceirizam serviços de profissionais como marinheiros, fibreiros, pintores ou qualquer outro profissional que seja necessário é de responsabilidade do proprietário da embarcação.

O custo para a manutenção de uma embarcação é cobrado por metro quadrado, e os valores podem variar entre R\$ 38,00 e R\$ 48,00, com uma mensalidade média de R\$ 400,00. A capacidade de uma marina é de cerca de 60 embarcações, enquanto o late suporta cerca de 500 embarcações.

Todos os profissionais entrevistados, das marinas e dos iates clubes, mencionaram que estes estabelecimentos trouxeram benefícios à comunidade de Guaratuba, como o aumento de emprego para os moradores locais e o aumento do fluxo de visitantes na cidade. Os profissionais das marinas dizem perceber diminuição da quantidade de peixes, situação que, segundo o discurso deles, está diretamente associada à quantidade de pescadores artesanais que utilizam rede na Baía.

Os resultados da pesquisa de campo revelam que, conforme a percepção dos pescadores, a náutica influi no dinamismo dos ambientes da Baía. O desenvolvimento e a difusão da náutica na Baía favoreceram algumas mudanças no modo de interação, ou seja, no *engagement* do pescador com os organismos e ambientes. Sob este aspecto, a náutica influi no ritmo e na seleção dos ambientes nos quais os pescadores desenvolvem a pesca. Por ritmo considera-se a frequência com que o pescador vai para a Baía; a seleção está associada à escolha dos ambientes mais apropriados para a pesca.

Tais constatações são fruto da análise dos depoimentos e percursos guiados realizados com os pescadores. A percepção dos impactos é decorrente de três

fatores que constituem a náutica na Baía de Guaratuba: embarcações utilizadas no estuário; equipamentos de apoio à náutica e segundas residências; atividades turísticas praticadas no estuário. Cada um deles provoca mudanças que foram percebidas a partir dos seguintes fatores: geração de emprego e renda; qualidade da água; destruição dos manguezais; diminuição ou desaparecimento dos peixes; diminuição ou desaparecimento dos botos, criminalização do pescador; e tensão na relação com usuários das embarcações.

A partir do cruzamento entre estas variáveis foi possível formular um quadro-síntese sobre a percepção dos pescadores em relação aos impactos da náutica. O quadro também expressa a quantidade de pescadores que relataram determinada relação entre o impacto e o mecanismo que o causou, com a relação entre número de relatos, percentual de significância frente à amostragem total de entrevistados e categoria correspondente:

Sigla	Categoria	Quantidade de pescadores que mencionaram o impacto
ER	Extremamente relatado	08 ou 09
MR	Muito relatado	06 ou 07
R	Relatado	04 ou 05
PR	Pouco relatado	02 ou 03
RR	Raramente relatado	01

QUADRO 07 – CATEGORIAS PARA MENSURAR A FREQUÊNCIA DOS IMPACTOS RELATADOS ENTRE OS PESCADORES ENTREVISTADOS.
FONTE: A AUTORA (2014).

Como resultado da análise a partir destas categorias foi possível observar uma hierarquização entre aspectos que são mais facilmente percebidos entre os pescadores como sendo impactantes.

Todos os pescadores (ER) mencionaram a seguinte relação: a destruição dos manguezais causada pelas ondas e por construção de marinas e segundas residências; a tensão causada em decorrência da construção de obras nas margens da Baía, que gera, sobretudo, mudança nos modos com que os pescadores têm acesso ao estuário; tensões geradas pelas condutas de desrespeito à pesca artesanal e ao pescador, pelo barulho das embarcações; criminalização do pescador ao não poder frequentar os locais que os turistas costumam frequentar, e em decorrência da lei para controle da pesca artesanal, que também gera conflitos.

Os impactos que foram muito relatados (MR) são: a diminuição ou desaparecimento dos peixes em decorrência das ondas, do barulho das embarcações e da construção de segundas residências, marinas e iates clubes nas margens da Baía; a destruição dos manguezais, estando associada ao movimento sazonal de embarcações. A geração de emprego e renda foi um aspecto muito relatado e ocorre a partir deste fluxo oscilante de turistas, para manutenção das embarcações, de forma mais permanente, e com a realização de serviços turísticos e de apoio ao turista. O movimento sazonal também causa tensões entre pescadores artesanais e usuários das embarcações, pois ocasiona intensificação da quantidade de embarcações em um mesmo local, ao longo de um curto período de tempo.

Os impactos relatados (R) foram a diminuição ou desaparecimento dos peixes por mudança nos hábitos dos peixes, decorrentes da ceva, e a diminuição ocasionada por barcos em alta velocidade. Os impactos pouco mencionados entre os pescadores (PR) foram: diminuição ou desaparecimento de tartarugas em decorrência da velocidade das altas embarcações e do barulho; a mudança na qualidade da água ocasionada tanto pelo fluxo sazonal de embarcações quanto pelos poluentes despejados nas lavagens das embarcações; a diminuição ou desaparecimento dos peixes decorrentes da disputa entre pescadores artesanais e amadores.

Os impactos raramente relatados (RR) foram: tensão com usuários das embarcações decorrente de vários aspectos; poluentes provenientes das lavagens das embarcações; mudança de hábitos dos peixes, sobretudo em relação à pesca com ceva; disputa com pescadores amadores. A diminuição dos peixes em decorrência dos produtos despejados nas lavagens das embarcações também foi mencionada.

A relação entre estes aspectos está representada no quadro a seguir (QUADRO 08).

Fatores que influenciam no ambiente	Embarcações utilizadas no estuário					Equipamentos de apoio à náutica e segundas residências			Atividades turísticas praticadas no estuário				
Variáveis	Velocidade alta das embarcações	Ondas	Barulho	Movimento sazonal	Manutenção das embarcações	Poluentes	Segundas residências, marinas e iate clubes nas margens da baía	Profissionais contratados e terceirizados	Mudança nos hábitos dos peixes ou diminuição	Serviços turísticos e de apoio	Disputa entre pescadores artesanais e esportivos	Condições dos usuários das embarcações	Lei para controle da pesca
Geração de emprego e renda				MR	MR			MR		MR			
Qualidade da Água				PR		PR							
Destruição dos manguezais		ER		MR			ER						
Diminuição dos peixes	R	MR	MR			RR	MR		R		PR		
Diminuição de tartarugas e botos	PR		PR										
Criminalização do pescador												ER	ER
Tensão na relação com turistas			ER	MR		RR	ER		RR		RR	ER	ER

QUADRO 08: RELAÇÃO ENTRE FATORES DA NAUTICA QUE INFLUENCIAM NO AMBIENTE DO PESCADOR E IMPACTOS PERCEBIDOS.
FONTE: A AUTORA (2014).

A partir das relações apresentadas no quadro anterior, serão apresentados a seguir os principais relatos ou resultados do percurso guiado, de modo a propiciar maior compreensão sobre as categorias supracitadas: percepções sobre a náutica e embarcações utilizadas no estuário; percepções sobre equipamentos náuticos e segundas residências; e percepções dos impactos das atividades turísticas praticadas no estuário.

5.2.1 Percepções sobre a náutica e embarcações utilizadas no estuário

O movimento das embarcações de turistas é sazonal, segue a época dos peixes, o período das estações mais quentes e os períodos de descanso dos proprietários/usuários das embarcações. Há um reconhecimento generalizado de que o movimento intenso de embarcações na Baía intensifica a geração de impactos.

Para os pescadores, a erosão é causada por características intrínsecas das embarcações, de médio porte com motor de popa potente (FIGURA 11), e, sobretudo, pelo modo como é utilizada e a intensidade de sua circulação na Baía. Segundo eles, a intensidade do movimento de embarcações em alta velocidade deteriora os manguezais, mata alevinos e tartarugas.



FIGURA 11 – EMBARCAÇÃO DE MÉDIO PORTE EM VAGA SECA DE MARINA.
FONTE: A autora (2014).

Ruído

O principal fator que influi na permanência (ou não) do peixe na Baía, quando há intenso movimento de embarcações, segundo os pescadores, é o barulho causado pelos motores das lanchas e, sobretudo, quando há concentração de *jet skis* (FIGURA 12). O oposto ao barulho, o silêncio, é uma questão fundamental para exercício da pesca e influi na seleção dos horários e períodos de pesca e, por isto, eles privilegiam os momentos de menor tráfego de embarcações na Baía. No verão, o horário de preferência para a pesca é o noturno ou durante os dias da semana, quando há menos turistas.



FIGURA 12 – *JET SKIS* EM CANAL DA BAÍA, PRÓXIMO AO IATE CLUBE DE CAIOBÁ.
FONTE: A autora (2014).

Deterioração nas margens da Baía e ameaça à vida silvestre

Em relação aos impactos ecológicos da sazonalidade, Cannas (2012) trouxe grandes contribuições para a compreensão da realidade dos pescadores, ao relacionar o alto movimento aos processos erosivos e à deturpação da vida silvestre.

Em relação a este aspecto, os pescadores ponderaram que as fortes ondas geradas por embarcações que trafegam em alta velocidade nos canais da Baía geram mortandade das larvas dos peixes, sendo este um dos motivos pelos quais a Baía “mudou”.

Nos percursos guiados foram identificados diversos pontos de erosão nas margens da Baía, nas proximidades de locais com intenso fluxo de embarcações, levando a considerar que estes fatos podem estar relacionados. Os pontos mais ameaçados segundo pesquisa do IBRADES (2011) também foram apontados pelos pescadores, ao longo dos percursos guiados e das conversas: “É ir ali no Campinhal que você vai vê ali a coqueira, tudo caída. Você vai na temporada as lanchas vêm chegando, vêm chegando tudo pra dentro daqueles rios, né. Só que ninguém pode fazer nada” (Carlos).

Mudou, sabe porquê que mudou? Quando eu vim pra cá, naquele tempo chamava vila, você olhava pra lá, só tinha quatro morador, naquele tempo tinha peixe. Você não tinha *jet ski*, não tinha barco, esta lancha grande, iate grande. Porque a descarga do motor é na água, então o movimento de lancha, o movimento que altera a margem e o movimento da Baía (ANTONIO, 2014).

Além dos pontos de erosão registrados na pesquisa, os pescadores indicam o fluxo de lanchas nos rios, como explica Júlio: “Um pouco também que prejudica a pesca aqui na Baía é a lancha grande. Porque ela corre muito com motor grande, então ela entra no Rio Boguaçu, no Rio Descoberto, no Rio Cubatão”.

O impacto das lanchas que saem do Iate Clube de Caiobá são percebidos como uma ameaça a diversos tipos de animais, segundo Júlio:

A turma fala que o pescador que acaba mais, tá certo que acaba, mas o que acaba mesmo é aquele negócio ali de iate, né! Vai ali no final de semana, barco acima de 20, 30 daquela lancha. Nem marisco tem mais, nada. Naquele tempo ainda tinha. E o barulho, né. Agora tem barulho do *jet ski*.

Como consequência da velocidade alcançada com estas embarcações, animais são atacados: “As tartarugas, os turistas correndo com aqueles barcos, matam as tartarugas que vêm comer um limo na Baía. Eles vão dizer que os pescadores que não respeitam. Onde você já viu um pescador correndo de barco?”.

Portanto, há um descompasso: se a pesca é proibida nestes rios porque os barcos grandes, que causam impacto sobre os peixes, podem circular nestas intermediações? Reflexo deste tipo de denúncia se expressa na fala a seguir:

Aquele banzerão que faz as lanchas leva pra dentro do mangue, a onda volta, aquelas larvinhas de peixe... a própria lancha mata. Então não é só o pescador que destrói tudo da natureza, do peixe. O povo de lancha grande é o povo rico que tem as marinas. O povo que faz pesca assim é o povo da classe mais baixa (ALUÍZIO, 2014).

O percurso guiado 1 (FIGURA 13) foi realizado a partir de porto público situado próximo ao late Clube de Guaratuba, no bairro de Piçarras, atravessando a Baía, em direção à desembocadura. Passou-se próximo às Ilhas da Sepultura e da Pescaria, entrando no canal em direção ao late Clube de Caiobá, seguindo em direção às “cruzes”. No percurso, margearam-se as Ilhas do Veiga e do Capinzal pelo Rio Fincão, até o “Mar de Sabelha”, próximo ao ponto “das cruzes”, retornando pelo Rio Barigui, margeando a ilha de mesmo nome. O segundo percurso guiado (FIGURA 13) foi realizado a partir de porto público do bairro Mirim, em direção ao Parque Estadual do Boguaçu, percorrendo o Rio Boguaçu, passando por três pontos de pesca.

Nestes percursos foi possível registrar imagens que apontam para impactos que os pescadores mencionam, como estando associado ao modo de uso e características das embarcações.

A falta de limites sobre o porte e a potência das embarcações permitidas na Baía, a insuficiente fiscalização sobre o tráfego e as velocidades praticadas são questões que os pescadores relacionam às “lanchas grandes”. A sequência de fatos que são indicados pelos pescadores, a mortandade dos alevinos e a degradação dos manguezais podem ser visualizadas nas figuras a seguir (FIGURAS 14, 15, 16, 17, 18), registradas ao longo dos percursos guiados na Baía de Guaratuba.



FIGURA 14- MANGUEZAIS NO PARQUE ESTADUAL DO BOGUAÇU, RIO BOGUAÇU.
FONTE: A autora (2015).



FIGURA 15- JET SKI E LANCHA PASSANDO EM ALTA VELOCIDADE, NO RIO PINHEIROS.
FONTE: A autora (2015).



FIGURA 16- RASTRO E ONDA APÓS PASSAGEM DA LANCHIA.
FONTE: A autora (2015).



FIGURA 17 - ONDA GRANDE, "BANZEIRO", APÓS PASSAGEM DE LANCHIA.
FONTE: A autora (2014).



FIGURA 18- BOSQUES DE MANGUEZAIS DEGRADADOS NO RIO FUNDÃO.
FONTE: A autora (2015).

Contaminação

O "óleo" das embarcações foi apontado como um fator associado às marinas (FIGURA 19), pois nas suas proximidades "dá para ver" as manchas²¹. Além disto, outro fator que gera contaminação é a utilização de determinados produtos de limpeza de embarcações, que gerariam danos à qualidade da água, conforme explica um filho de pescador entrevistado na pesquisa exploratória "Toda estas lanchas de marina, usam tudo produto químico pra limpar a lancha. Aí aquilo ali, mete a mangueira e vai tudo pra água. Os barcos de pesca agora também tão usando tudo idrol pra tirar o limo".

²¹Em entrevista com os funcionários da marina, ouviu-se o oposto do que dizem os pescadores. Alegam que costumam trocar o óleo no meio da Baía e que as embarcações da marina já se adequaram às exigências atuais em relação à emissão de óleo.



FIGURA 19- EMBARCAÇÕES EM VAGAS ÚMIDAS EM MARINA.
FONTE: A autora (2014)



FIGURA 20 – MARCA DE ÓLEO EM VAGAS ÚMIDAS DE MARINA.
FONTE: A autora (2014).

5.2.2 Percepções sobre equipamentos náuticos e segundas residências.

A expansão das segundas residências, que ocasiona a reconfiguração do bairro, é consequência de um processo de venda das casas por parte dos próprios moradores que ali residiam, sendo que muitos deles eram pescadores. Alguns pescadores são contra este processo de venda do terreno para o turista, pois isto impossibilita ou dificulta o exercício da pesca.

Mesmo se tivesse terreno eu jamais venderia. Sabe o que é, por exemplo, eu moro aqui, vamos dizer que outra casa compra o prefeito, aí ele vai querer comprar, ele não quer olhar estas redes, fica incomodando o cara. Ele vai oferecer um dinheiro que vai ser difícil de rejeitar. Olha, lá embaixo, na época, há muitos anos o cara vendia por 150, 200 mil reais, era um dinheiro bom...só para os caras tirar ele dali.

A especulação imobiliária, sobretudo a partir de 1985, ocorreu em todas as comunidades, principalmente nas que se situam no perímetro urbano, tal como Caieiras, Piçarras e Mirim. Júlio comenta: “De antigamente um terreno aqui valia mil reais hoje em dia você paga uns cem mil”.

Ao mesmo tempo em que a náutica gera empregos em marinas, conforme figura 21, em todas as comunidades entrevistadas comentou-se sobre a precarização do trabalho do pescador, sobretudo relacionada à perda do acesso à Baía, ao venderem seus terrenos aos “turistas”.

Este processo ocasiona seletividade no uso do espaço urbano, conforme mencionam Barreto (2001), Kripendorf (2001) e Pearce (2001), e ocorre sobretudo em decorrência da falta do planejamento da atividade turística (LUCHIARI, 1999). Na Baía de Guaratuba isto ocorreu de forma acelerada, de acordo com a expansão de segundas residências e marinas no entorno do espelho d’ água (FIGURA 22, 23)



FIGURA 21 – ALGUNS FUNCIONÁRIOS FIXOS QUE TRABALHAM EM MARINA.
FONTE: A autora (2014).



FIGURA 22– SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E MARINAS CONSTRUÍDAS NA BEIRA DA BAÍA.
FONTE: A autora (2014).



FIGURA 23—CONDOMÍNIO NA BEIRA DA BAÍA.
FONTE: A autora (2014).

A urbanização decorrente da náutica ao mesmo tempo em que trouxe empregos para a população, “[...] o pobre sem o rico não vive. A gente tem que pescar pra vender o peixe pro rico. Conforme o rico sem o pobre não vive, porque ele quer pescar o robalo, nós, pobre pescador, pega o camarão pra vender pra ele, então ele tá precisando da gente” - favorece a segregação e o distanciamento do pescador da Baía, conforme explica Aluízio:

Porque quando nós morava ali a estrada era precária, não era asfaltada, desde o aeroporto. Pra nós levar o peixe pra lá nós íamos remando, agora não dá mais porque os caras fizeram o trapiche lá fora e agora não dá mais... porque quando a maré enche, você não vence, cansa, tem que suar pra passar aquele trecho, andar mais 100 metros pra andar até o outro trapiche. Aquilo é obra tudo irregular, mas o poder do dinheiro faz assim, mas prejudica quem? O pescador.

Como exemplo das irregularidades decorrentes da construção das marinas, tem-se o caso do aterro de áreas de manguezais para construção de marinas em Piçarras. Este processo, diretamente vinculado à expansão do turismo no município, provocou uma transformação significativa nos ambientes da Baía e

também constitui um marco para definir os tempos atuais. Júlio comenta: “Agora eles dragaram, entraram pra dentro, jogaram este material pra cá e fizeram as marinas, fizeram as casas assim, com duas carreiras de acostamento, bonito”.

Ainda sobre este assunto, Aluizio conta o caso de quando viu um robalo grande, um “robalão”, que segundo ele apareceu de forma súbita na Baía durante a dragagem na marinha. “Quer ver o peixe morrendo, joga uma coisa na guelra deles. O peixe morre, quando começa a dragar forma uma lama então aquilo, os peixes que tiverem por ali morrem”. Portanto, ele considera que a instalação de muitas marinas, além de ato ilegal, prejudica a vida dos peixes da Baía.

Pescadores de Guaratuba percebem que, em decorrência do processo de construção das marinas, a transferência de sedimentos de um local para outro provoca alterações nos ambientes da Baía, assim como contribui para a formação de ilhas e para a devastação dos manguezais.

Só que estas ilhas que tá crescendo na Baía, que não tinha, é este material que é tirado de um lugar aí joga, a maré afunda e joga pra outro lugar como aqui em frente ao iate. Você vê, formou uma ilha aí. O manguezal que tinha aí pra dentro não tem mais, acabou com tudo. O material vai tirando, acabando com tudo. E vem a chuva, vem a maré, ela vai tirando. Algum lugar ela vai colocar este material e aí muda tudo. Tira de um lado e vai pra outro lugar.

Há um consenso entre os pescadores de que a quantidade de marinas existente na Baía extrapola a capacidade pois, conforme Trajano realça, a Baía de Guaratuba “é pequena pra tanta marina”. O processo de degradação dos manguezais foi acelerado, sobretudo a partir de 1980, conforme comenta o pescador:

Do *ferry boat* pra cima era tudo mangue, eles começaram a desmatar o mangue. Ali era nosso divertimento quando a gente era pequeno. Ia ali andar de bateira, pescar. Tinha muito camarão, paratizinho, ia de tarrafa e passava o dia lá. Lá por 80, 79. Depois dragaram ali, daí tiram a areia e joga pra terra. Do iate pra cima era tudo mangue. Onde era mangue daí foi tirando, foi, foi, foi... Filho do peixe ele se cria no mangue. Vai lá no capim que eles desovam pra ficar adulto e depois escapar dali. Porque quando é pequenininho serve de comida pros maior, né. Daqui até o Mirim lá em cima tem bastante marina.

Pescadores apontam para irregularidades e ilegalidade na construção das marinas, feita diretamente sobre os manguezais, que sucumbiram para que isto ocorresse.

Eu trabalhei ali no iate. O último Comodoro que teve ali foi o Dirceu Rodriguez. Primeiro mandou tirar tudo o manguezal, a madeirada tudo pra lá. Depois chegou lá, pagaram um pessoal pra roçar, estancar, tirar o sebo, depois vinha com a draga. Aí vinha o IBAMA e pau, multa. 30, 50 mil na época... pra aquela sociedade o que é? Ia parar com uma obra daquela ali? Depois a gente acerta isto mas a ordem era “não pára, pode trabalhar”. Saíam e eles falavam que não era pra parar as obras.

E era assim, hoje se um pescador for fazer um rancho pra se abrigar do tempo quando ele vai pescar, os caras não deixam. Aí os caras vem aí e os caras brigam lá. Não corta isto, não pode fazer isto, porque os peixes tão acabando... Pô, os caras vivem daquilo ali, depende de pegar um peixe pra sobreviver daquilo ali. Os caras que têm dinheiro pra manter um grupo daquele ali, quanto que ele paga como sócio, por mês, daquilo ali das marinas? Só não pode o pequeno, os grandes podem, né?

Portanto, o processo de construção de marinas e iates clubes de Guaratuba sofre irregularidades semelhantes à constatada por Pierre *et al.* (2006) que afirma que as marinas do litoral paranaense foram instaladas sob as áreas de manguezais. Conforme conta Carlos, ainda hoje a comunidade alega que em 2012 as obras provocaram polêmica entre os moradores do Cabaraquara:

Todo mundo aqui na comunidade não gostou deste negócio, reclamamos em reunião mas ninguém conseguiu mudar muita coisa...tem gente importante lá dentro e isto faz toda a diferença. Mesmo que eles sejam multados, eles pagam a multa e tocam a obra, isto não é nada pra eles...

O depoimento anterior evidencia que, na prática, ainda que existam leis ambientais e os órgãos responsáveis tomem providências para que elas sejam aplicadas às pessoas que integram “aquela sociedade”, ou como outros pescadores denominam, “gente que tem influência” ou “os doutor”, os mecanismos de controle das práticas ambientais irregulares, como as multas, não são eficazes para esta parcela social. Almeida e Coelho (1998) alegam, que algumas intervenções do estado contribuem para ordenamento da atividade turística e da ocupação e uso do solo. No entanto, a situação apresentada na Baía de Guaratuba, evidencia que, muitas vezes os mecanismos de controle e regulação perdem sua eficácia, à medida

que fatores econômicos e sociais prevalecem no momento de atendimento e fiscalização do uso das normas.

Dentre as diversas possibilidades de atuação do Estado para planejar o turismo náutico de forma sustentável, conforme elencam Almeida e Coelho (1998). A intervenção mais mencionada pelos pescadores foi a imposição de normas que regulam a atividade pesqueira no estuário.

5.2.3 Percepções dos impactos das atividades turísticas praticadas no estuário.

Assim como a relação com os peixes, fatores abióticos e configurações do ambiente aproximam os pescadores ao “tempo natural”, o contato dos pescadores com a sazonalidade turística os aproxima do “tempo do relógio”, conforme categorias propostas por Cunha (2004).

A sazonalidade é algo presente na relação dos pescadores entrevistados com o ambiente. A “época do peixe” é determinante para a escolha das pescarias, o fluxo de pessoas que se destinam ao usufruto do lazer na Baía também é intermitente. Ou seja, o pescador da Baía de Guaratuba está entre dois tipos de sazonalidade, a dos turistas e a da pesca, cada qual com suas características. O período em que o robalo-peva e o robalo-flecha estão na Baía é entre os meses de dezembro e fevereiro, coincidindo com a época em que as águas estão quentes. Ainda que em novembro estes peixes estejam em seu ciclo reprodutivo, o “pesque e solte” é permitido²² para pescadores amadores somente. Já a época de pesca com ceva é prioritariamente a partir da segunda metade do outono até o início da primavera (ZANLORENZI, 2011).

A náutica contribui para geração de três tipos de trabalho local: trabalho nas marinas e clubes náuticos, seja como terceirizado ou contratado com carteira assinada; comercialização direta dos pescados, camarões e caranguejos; serviços turísticos em restaurantes e barcos, cujos proprietários são moradores locais, que conduzem pessoas para passeio e pescadores amadores para os pontos de pesca, atuando como “guias de pesca”. Portanto, conforme descrevem Telles (2012) e Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e Seus Implementos (ACOBAR) (2012), a náutica é uma atividade geradora de empregos e renda. Este fator é

²²A resolução nº 060/2008, da Secretaria do Meio Ambiente, também proíbe a pesca de robalo-peva durante os meses de novembro e dezembro em todo o litoral paranaense, com exceção para a pesca esportiva - o tradicional “pesque e solte”.

reconhecido por todos os entrevistados, sendo que os trabalhos formais são os mais prestigiados entre os entrevistados, pois favorecem a permanência na comunidade.

Em relação à produção de camarão para iscas vivas, Lopes (2013) relacionar esta prática ao turismo de pesca esportiva. No entanto, pescadores que residem no interior da relatam alegam que a comercialização a este público tem diminuído, à medida que se popularizam as iscas artificiais. A explicação sobre este aspecto, dada por pescador da comunidade do Descoberto, é que “antes não tinha este negócio de isca artificial, agora os turistas não querem mais pegar no camarão”. Ou seja, com a introdução e a popularização de nova tecnologia de pesca, pescadores amadores modificam sua relação com o crustáceo.

Em baixa temporada, o número de funcionários contratados nas marinas reduz em praticamente 50%, conforme pesquisas com responsáveis por marinas da Baía. Em concordância com os apontamentos de Cannas (2012) sobre os benefícios da baixa temporada, considera-se que o inverno é uma estação de grande importância para que os moradores se revigorem do intenso período de trabalho, que quebra com suas atividades cotidianas e mobilidade na própria cidade onde vivem, pois como diz Dona Rosa: “(...) no final do verão a gente não aguenta mais...”.

Além de realizar comercialização direta dos produtos aos turistas, há pescadores que trabalham como condutores de visitantes em passeios na Baía, que possuem ceva, ofertam aluguel de embarcações ou trabalham em mercado de peixes. Essas pessoas comentam que precisam obter renda de poucas e movimentadas semanas durante o verão, para garantir o sustento do resto do ano.

Mesmo que a percepção dos pescadores, de forma geral, indique a náutica como sendo uma coisa que “atrapalha” a pesca, todos os pescadores possuem algum familiar, vizinho ou amigo que trabalha nas marinas, no late Clube Caiobá (FIGURA 24) ou com a pesca esportiva para turistas. Além disto, pescadores entrevistados trabalham, na alta temporada, com o turismo sendo uma fonte de renda complementar. A maior parte deles comercializa sua produção para os turistas e dois deles conduzem os turistas em passeios na baía, com embarcação apropriada.

Nota-se que os pescadores consideram a existência de uma “temporada” e esperam pelo aumento de pessoas na baía, ao longo dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. No geral, os impactos da náutica advindos da sazonalidade estariam associados ao reconhecimento de uma fonte de renda complementar, que ao mesmo tempo ocasiona mudanças dos locais onde o pescador costuma frequentar.



FIGURA 24 – IATE CLUBE DE CAIOBÁ.
FONTE: A autora (2014).

A intensa circulação de embarcações e a promulgação de norma que restringe o fluxo de pescadores na área exclusiva para náutica e pesca esportiva, entre dezembro e fevereiro, obriga os pescadores a buscar outros pontos de pesca realizando, inclusive, outras modalidades de pesca, como é o caso da pesca na plataforma.

Os pescadores mencionam o aumento do trânsito, dizem que na alta temporada “nada funciona”, que “tem fila por todos os lados” e o turista não se incomoda, porque está lá para se divertir. Além das filas nos estabelecimentos

comerciais decorrentes do alto movimento, os pescadores citam que o preço das mercadorias aumenta nos estabelecimentos da Baía, em geral.

Em concordância com os apontamentos de Cannas (2012) sobre os benefícios da baixa temporada, considera-se que o inverno é uma estação de grande importância para os moradores. É neste período que a comunidade se revigora e reestabelece rotinas de pesca que geralmente são afetadas durante o verão, como é o caso da permissão de pesca em determinados locais da Baía.

Considerando que o fluxo dos peixes, crustáceos e moluscos é sazonal, a disputa por determinadas espécies, nos períodos em que há grande concentração de pescadores amadores, é considerada uma ameaça aos pescadores locais. A disputa por captura de espécies comuns também é decorrente da sazonalidade, como exemplifica a questão do caranguejo relatada por Carlos:

Na época do caranguejo vem gente de tudo que é canto. Muitas vezes o ribeirinho, aquela pessoa que tá vivendo do mangue, chega nesta época eles tiram o couro, eles padecem pra aguentar a baixa temporada. E quando chega a temporada vem delegado, vem médico, todo mundo tirar caranguejo. Não existe uma legislação que proíba quem não tem vínculo pra entrar ali e pegar.

Em relação a este aspecto, um pescador aposentado, entrevistado na pesquisa exploratória, atribui à prática da ceva a causa da diminuição dos peixes na comunidade em que esta modalidade é praticada: “A gente não tem mais peixe pra comer, quem come o peixe aqui da Baía é quem tá em Curitiba... não sobra peixe pra gente, quando o peixe começa a aparecer o povo daqui já ligam pro pessoal de fora vir pescar...”.

A sazonalidade dos fluxos turísticos influi na medida em que esta é associada à intensidade de embarcações em um mesmo período de tempo. No entanto, a depender do tipo de atividade praticada, os impactos do turismo serão específicos

Percepções sobre as condutas dos usuários das embarcações

Os dois peixes mais apreciados pelos turistas para a pesca na Baía são os robalos (flecha e peva) e a tainha, na pesca com ceva (ZANLORENZI, 2011). Na percepção dos pescadores interlocutores da pesquisa, o turista seleciona os peixes

que irá capturar e descarta aqueles que não são de seu interesse. Ao contrário, os pescadores da Baía de Guaratuba selecionam os peixes que possuem valor comercial e se alimentam dos demais. Na opinião dos entrevistados, esta relação com os peixes é decorrente da situação financeira dos turistas, que não precisam dos peixes para subsistência, e para os pescadores esta é a principal fonte alimentar, conforme descreve Pedro:

O turista vem pega os parará, joga tudo fora, aqueles bagrinhos...eles querem o linguado, robalo, pescada, eles não querem sujar a mão, querem peixe de classe. Os turistas que vêm de fora acabam igual o biguá, só querem saber do robalo. Eles pegam robalo grande, rasga a boca do peixe e quando vê o peixe tá na água morto. O badejo, estes turistas vão pescar com ferro que é uma arma de pescar, o arpão. Eles ferram o badejo no fundo do mar e o coitado do badejo, a hora que foge, o badejo corre com aquele ferro na cabeça. Se fosse o pescador que destrói isto, vai pra cadeia.

A concessão para pesca na modalidade de “pesque e solte” ocorre na época de reprodução do robalo, no mês de novembro. No entanto, os pescadores não concordam ou não vêem muito sentido neste tipo de interação para manter o peixe vivo:

A pesca esportiva o negócio é o seguinte: se eles pegarem um robalo desse tamanho, que dá 10 ou 5 quilos, se tiver 150 pescadores esportivos, que teve aqui no torneio de pesca, quanto que não destruiu aí. Aquele que ganhou o maior ganhou um prêmio de 120 hp, um barco que vale uma fortuna por um robalo. Ele pegou e soltou na água. Depois robalo fica doente por causa daquele anzol. Aquela pessoa que pega o robalo e mente que pescou aí ele vende pro mercado e o cara do mercado compra e aí no caso chega lá e acha bonito pra comer um assado e compra um peixe contaminado de um anzol que ficou fazendo mal pra pessoa. Aí a pessoa fica doente e não sabe do quê...aí o cara acha o peixe boiando, estufado. Todos os peixes são fáceis de eles pegarem só que eles querem o robalo. É um peixe que ele pega na isca artificial. Soltar o peixe não serve pra nada, serve pro peixe morrer e faltar. Pescou é melhor levar pra comer. Eles soltam o peixe porque eles não querem, são rico. Eles querem fazer do pescado, pesca esportiva. Onde é que já se viu fazer pesca esportiva da natureza que Deus deixou pra nos alimentar?

Outro tipo de interação que alguns pescadores da Baía consideram como sendo prejudicial ao peixe é a ceva. Para Aluízio “o peixe é que nem outro animal, se você acostumar ele com comida, se não tiver aquilo ele morre, na natureza não, sabe a hora que tem que alimentar o peixe, não é toda hora”.

Pedro comenta:

O rio pra nós é proibido por causa que é criação de peixe. Depois eles inventaram uma ceva aí que destruiu tudo as tainhotas. Tainhotas é um peixe que se cria no rio. Aí ficam assim com uma vara aqui, uma vara lá, apodrece tudo lá. Aqui não tem quem compre, porque o mole na barriga do peixe apodrece tudo. A gente sabe porque eles põe meio saco de milho dentro do saco de farinha. Aquele saco vira uma catinga que não tem jeito. Aquilo ali, a tainhota come e apodrece tudo a barrigada. Então depois fora o milho eles põem o pão dentro do saco, aquilo ali azeda e não tem jeito. Depois eles trazem o sangue de boi misturado com a ração pra cachorro.

Tal situação atualmente representa uma polêmica entre “redeiros” e “pessoal da ceva”.

Depois que nós começamos a trabalhar com ceva, os “redeiros” estão brabos com a gente porque os pontos que a gente deixa pra ceva, se jogar a rede, rasgam. Mas não pode a ceva, tão querendo fechar. Os primeiros que vieram aí traziam sangue de boi, pegavam bastante tainha. Era muito peixe demais. Agora não pode nem ração, pão doce, pão com fermento. Pessoal que trazia de primeiro agora não traz mais. Quando eles trazem aquela isca que a gente acha que vai fazer mal pro peixe, a gente não deixa. A tainha vem lamber a ceva, e aí pesca mais, porque vem o cardume. Eles (turistas) cortam as varas pra segurar o barco para amarrar. Aí eles (redeiros) não gosta. A maioria ali da Piçarras, vem a noite, de dia.

Ao que tudo indica este é um conflito mais de ordem política do que propriamente uma ameaça à vida dos peixes, pois os estudos de Zanlorenzi (2011) apontam para uma baixa interferência da ceva na saúde dos peixes.

Em geral, moradores das comunidades rurais que atendem aos turistas têm a compreensão de que eles trazem benefícios ao local, pois isto representa uma alternativa de renda para a comunidade, na medida em que comprem os peixes, se alimentam no restaurante ou lanchonete da comunidade ou comprem farinha de mandioca. Como exemplo, Gilda, moradora do Cabaraquara, conta que “antes dos turistas” havia muita dificuldade para comercializar a produção e adquirir novos produtos, pois era necessário “levar lá em Guaratuba”.

Mesmo nas comunidades dos bairros de Piçarras, mulheres que trabalham no mercado de peixe diferenciam os tipos de turista. O “bom” seria aquele que compra os produtos locais enquanto que o “ruim” traz tudo de Curitiba, não se mistura e tampouco gasta no local. Portanto, tal perspectiva leva à consideração de

que, conforme menciona Barreto (2004), sob a perspectiva dos residentes os turistas são importante fonte de renda.

No entanto, algumas relações entre residentes e turistas vão além da perspectiva econômica, como mostra Rosa, moradora do bairro Piçarras, que conta sobre um turista que sempre vai até Guaratuba e fica hospedado na casa dela. Em Caieiras, um pescador considera que alguns turistas que têm casa há anos no bairro são como parentes, um ajuda o outro. Este depoimento se assemelha à constatação de Mellinger (2013), quando estabelece diferenciação entre turistas que vão para o Salto Parati (local bastante frequentado para banhos e que se localiza em comunidade de mesmo nome) e aqueles que adquirem produtos no local.

Tais perspectivas são indícios de que, a depender do modo como alguns turistas estabelecem interação no local e das características das comunidades, os impactos gerados serão distintos, conforme constata Beni (2004) sobre a multiplicidade de fatores que influem nos impactos do turismo em comunidades.

Em oposição, a interação do turista com o morador pode ser de repulsa, e com desrespeito. Pedro conta: “No final de semana nós não podemos pescar, vamos às vezes à noite. Nós não vamos incomodar eles lá onde eles trabalham”. Ou como conta Aluizio: “Manda ficar com a cabeça embaixo da água e solta o ronco do motor pra ver se não sai tonto. O peixe sai tudo pro alto mar, pra outro lugar”.

A proibição de pesca com rede no período das férias escolares, nos canais da entrada da Baía, provoca tensão, tanto entre o pescador e os órgãos ambientais que fiscalizam o cumprimento das normas, como entre o pescador e o turista. No entanto, os limites invisíveis relacionados à norma não são conhecidos por muitos pescadores, fazendo com que, segundo análise dos relatos, muitos pescadores sejam criminalizados. Tal situação foi evitada por um pescador da seguinte forma:

Eu tava pescando num lugar que não era proibido, aí chegou o cara da capitania falou que eu tava preso, porque era lugar proibido e eu falei: lugar proibido é lá e eu nem vou. Porque sempre sai um banhista e o cara vai xinga e eu sou humano... corre sangue na veia, vou xingar o cara também. Só que eu vou falar com o comandante, porque você tem que saber onde vai atuar. Quando tava chegando lá eles me soltaram, falaram ó pega aí sua rede. Só que complicou meu dia, eu não posso pescar mais (JÚLIO, 2014).

Por fim, um dos impactos que geram maior tensão na convivência entre pescadores e turistas é a percepção de que determinadas condutas dos proprietários/usuários dos barcos são desrespeitosas frente ao pescador e seu trabalho. Neste sentido, o turista representa uma transformação que contribui para acentuar ainda mais o dinamismo dos ambientes:

De primeiro a gente pescava mais pro canal. Hoje em dia no canal não dá pra pescar por causa dos turistas, naquele tempo não tinha turista, o turista respeitava mais os pescador. Hoje em dia se nós soltar uma rede boeira e se ficar ali no canal, você pode dar sinal com boné com a camisa os turistas chegam com a lancha grande e não respeita. Aí a gente vai correndo atrás pra ver se eles pagam a rede, às vezes passam o motor de 15 pra cima. Quando ele é uma pessoa boa ele paga, acontece com muitos pescadores e às vezes ainda xingam a gente (ANTÔNIO, 2014).

A depender do grau e caráter do conflito, as tensões geradas entre residentes e turistas podem levar à desumanização, ou seja, o turista, em seu momento de lazer, passa a não considerar o trabalho do pescador, ou o pescador como trabalhador, conforme menciona Santana (2009), e como revela o relato de Antônio:

Que nem uma vez eu tava pescando e veio um turista em 3 e falou: Ah, você não pode pescar aqui, tá pescando em lugar que não é permitido, tá me prejudicando. E eu: Ah, tô prejudicando o senhor, eu não sabia que aqui é rodovia, eu acho que a BR do senhor é lá em Curitiba ou em São Paulo, ou na empresa do senhor. Porque pescador nenhum vai te incomodar, cuide da sua vida porque eu tô trabalhando. Aí o turista respondeu: “Vou chamar o IBAMA” e eu disse: “Ah, o senhor tá errado, porque tá mexendo com quem tá trabalhando, com as pessoas honestas, quem é desonesto aqui é o senhor. O povo tem que ser assim, andar se rebaixando pra estes caras aí...eles vêm incomodar os pescador, nós vivemos disto!

Júlio relatou outra discussão de turista com pescador, em situação semelhante, e alega que o turista, quando se sente incomodado pelo pescador, denuncia, no entanto o oposto não ocorre, como é o caso dos turistas que praticam a pesca com arpão, proibida na Baía: “Eu não tenho nada se o cara tá pescando de mergulho. Se tá usando arpão, tarrafa. Eu vou cuidar do meu serviço. Se o cara sai do serviço dele pra fazer denúncia dos outros ele não tem o que fazer”.

Mesmo diante de uma série de denúncias associadas às relações de tensão, que revelam sentimento de injustiça e impotência frente a determinadas ações dos turistas, a percepção de que os não moradores são importantes para as comunidades está presente, sobretudo ao final de alguns depoimentos que remetiam a frases como: “a gente precisa que o rico traga o dinheiro lá de cima pra cá na temporada porque, se não, a gente padece”.

Do mesmo modo, pescadores das comunidades do Cabaraquara e Porto de Passagem reconhecem que, “se não fosse o iate, muita gente ia ter que buscar trabalho fora, talvez nem conseguisse morar ali porque emprego na comunidade não tem”. Por fim, moradores que trabalham diretamente com turistas na pesca esportiva de ceva concebem que esta prática trouxe uma mudança muito positiva para a comunidade, pois trabalhar com turistas passa a ser algo mais seguro, em termos de retorno econômico, do que a pesca: “... mais vantagem trabalhar com o pessoal de fora. Hoje se você pegar 40 quilos, passa o dia pescando, tem dia que não pesca, tem peixe? que vai pescar e não leva peixe”.

Portanto, não há dúvidas de que o turismo/náutica na Baía de Guaratuba gera impactos, assim como relatam Santos e Vilar (2013) sobre a APA Litoral Sul (SE) e Farias dos Santos (2002) sobre o turismo praticado no estuário na APA de Guadalupe (PE) e, ainda, conforme perspectiva de outros autores que se referem ao turismo de forma generalizada (MOLINA, 2001; CORIOLANO, 2007; DIEGUES, 2006; PEREIRA, 2012). No entanto, estes impactos são heterogêneos, conforme indica Santana (2009), e variam de acordo com um conjunto de fatores que caracterizam tanto os núcleos que sediam o turismo, como os visitantes (BENI, 2004).

5.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CAPÍTULO

A partir da segunda metade do século XX, com a chegada do turismo e o aumento demográfico em Guaratuba, ribeirinhos cujas fontes de renda e relação com o ambiente se constituíam a partir de múltiplas atividades, passam a aderir a aspectos do modo de vida urbano, embora o grau de influência que a urbanização exerce nos modos de vida seja bastante variável entre as comunidades da Baía de Guaratuba. Neste contexto, a expansão do turismo representa uma atividade

tipicamente dos moradores das grandes cidades, que passa a influenciar no dinamismo dos pescadores da Baía de Guaratuba, representando talvez um novo ciclo econômico, que exerce influência não apenas na infraestrutura e serviços disponíveis, mas também na relação que os residentes estabelecem com o ambiente.

Ao descrever a relação entre a área de estudo e os pescadores da Baía de Guaratuba foi possível identificar que, ao mesmo tempo em que a pesca esportiva ocasiona a competição por espécies de peixe entre pescadores amadores e pescadores artesanais, ela possibilita a geração de renda aos pescadores que capturam o camarão-branco. Neste sentido, a pesca para lazer parece ser uma atividade que possibilita múltiplos envolvimento dos pescadores esportivos com o ambiente e ocasiona retornos financeiros a diversas famílias que residem nas proximidades da Baía, seja para fomentar a pesca artesanal do camarão, ao trabalharem como “guias” de pesca, seja para prestar serviços aos usuários de embarcações. Em contraposição, a disputa por espécies de interesse comum pode levar a conflitos ambientais entre turistas.

Portanto, a mesma área onde a pesca com uso de redes é proibida, que abarca grande variedade de peixes, conta com a vegetação de manguezal e espécies da fauna associadas a este sistema ameaçadas pelos efeitos do intenso fluxo de embarcações a lazer.

O conhecimento dos pescadores entrevistados não presume o isolamento dos organismos, pelo contrário, sua compreensão está associada às interações entre os fatores ambientais e organismos. A relação entre a lua, a água e o vento estabelece um determinado tipo de condição para a pesca, a depender da qualidade do vento, se este estará “fraco” ou “forte”, se a maré está “calma” ou “corrida”, se a lua estiver “clara” (cheia). Portanto, o conhecimento do pescador não é unicamente sobre o camarão ou sobre um peixe, crustáceo ou molusco, mas sobre o comportamento dos animais em relação às condições ambientais.

Para viver em um determinado ambiente é necessário atentar para suas nuances, desenvolver habilidades para adaptar-se ao dinamismo interno (INGOLD, 2002). Não basta pensar sobre a pesca ou aprender sobre ela, são necessários exercício contínuo e habilidade para ser um bom pescador. Mesmo pescadores amadores que estabelecem uma relação com os peixes a partir da mediação da

ecossonda, por exemplo, podem ter um tipo de envolvimento com o ambiente distinto do pescador artesanal, pois objetifica as espécies-alvo, na medida em que não é necessário conhecer os hábitos e características das espécies-alvo. A relação dos pescadores amadores, no caso supracitado, exige experiência e habilidade que, neste caso, caracteriza a utilização da tecnologia, da embarcação, dos instrumentos de pesca mais apropriados para captura das espécies previamente localizadas. A diferença entre os modos que caracterizam o *engagement* de cada grupo está vinculado ao modo de percepção. Pescadores amadores detêm outra forma de percepção que também exige habilidades e longa experiência, que podem não estar associadas ao exercício contínuo de interação e conhecimento sobre peixes e fatores abióticos que influem no ambiente. O conjunto de transformações no contexto em que o pescador se insere contribui para a diferenciação e reforço das dualidades estabelecidas por eles entre “naquele tempo” e “hoje”, entre “dentro da Baía” e “fora da Baía”, entre pescador “velho” e pescador “novo”.

A sazonalidade da pesca condiciona a habilidade do pescador em conhecer e agir de acordo com as temporalidades dos organismos, do “tempo”, da maré e, mais recentemente, das normas de pesca. Além da intensidade de embarcações ao longo de poucos meses do ano, assim como Dahlgren e Korschgen (1992) consideraram, o rápido movimento sobre a água e o barulho estridente gerado por motores de barcos tornam esta atividade a mais impactante entre as atividades náuticas. Os impactos decorrentes destas características foram bastante comuns nos relatos dos pescadores. Eles percebem este impacto e o relacionam com a deterioração da vegetação e da fauna, aproximando-se da perspectiva de Davenport & Davenport (2006), que listam diversos tipos de alterações causadas pela utilização de barcos a motor, inclusive a intervenção diretamente nos peixes.

A pesquisa indica que, em relação aos impactos decorrentes da ceva, há uma divergência de opiniões entre os pescadores entrevistados. Para os moradores “do sítio” esta prática não é impactante, enquanto para os pescadores dos bairros de Guaratuba, ela afeta a vida de peixes como a tainha.

Foi possível notar que os pescadores não concordam com o Art. 1º da Portaria IAP nº 086, de 19 de junho de 2009, em que a pesca artesanal é proibida em área da entrada da Baía até o centro. Este é o principal motivo para a

criminalização do pescador a partir de um efeito diretamente associado à náutica. Em relação a este aspecto, pescadores consideram que este artigo se aplica a todas as áreas da Baía e, o que é pior, dizem que são punidos por isto. Portanto, o *engagement* que os pescadores estabelecem com a Baía está condicionado por práticas dos turistas, intervenções estatais que privilegiam a náutica e mudança de locais frequentados para pescar.

Considera-se curioso o fato de que ambos os interlocutores, que serviram como guia dos percursos guiados optaram por ir às áreas que estão sob a influência de normas ambientais, como é o caso do Parque Estadual do Boguaçu e da área destinada à náutica. Ao longo dos percursos guiados, na porção que inclui os pontos que constam nos relatórios do IBRADES (2011), também foi constatada a deterioração dos bosques de manguezal. No entanto, seria necessária uma averiguação técnica para comprovar até que ponto de fato a utilização das embarcações é a responsável pelo cenário identificado.

Considerando a percepção dos pescadores, nos mesmos locais em que a náutica acontece com intensidade, a deterioração dos manguezais pode estar associada à perspectiva tanto dos pescadores quanto de Asplund (2000) e Davenport e Davenport (2006), que alegam que grandes ondas geradas por embarcações causam degradação na vegetação dos manguezais. Portanto, esta constatação permite considerar que os impactos não podem ser concebidos de forma fragmentada, conforme predominância constada por Maio (2006), e sim de forma integrada, já que o ambiente propicia a interação entre pescadores, turistas, peixes, fatores abióticos e configurações em constante dinamismo.

6. CONCLUSÕES

A Baía de Guaratuba é heterogênea, abarca diversidade de ambientes, como rios, morros, barras, e diversas são as comunidades e atividades econômicas, bem como distintas são as unidades de conservação. Esta heterogeneidade reforça o fato de que variados e complexos são os conflitos decorrentes do dinamismo histórico destas comunidades e, mais recentemente, da náutica. Esta mesma diversidade permite constatar que a presente pesquisa não revela a percepção de todos os pescadores da Baía de Guaratuba, somente dos que foram entrevistados. Diante disto, as conclusões apresentam apenas alguns indícios, importantes para compreender os impactos gerados pela náutica no Complexo Estuarino da Baía de Guaratuba.

As transformações que marcam os diferentes contextos históricos estão associadas a urbanização e expansão do turismo; mudança nas embarcações; motorização e sistemas de pesca; mudança nas leis, normas e regulações sobre a pesca; e mudança na quantidade de peixes. Esse quadro contribuiu para o dinamismo dos ambientes e dos pescadores que se dedicam à pesca na Baía de Guaratuba.

O conjunto de transformações no contexto em que o pescador se insere contribui para diferenciação e reforço das dualidades estabelecidas por eles entre “naquele tempo” e “hoje”, entre “dentro da Baía” e “fora da Baía”, entre pescador “velho” e pescador “novo”, “pesca artesanal” e “pesca industrial”. Em acréscimo a estas dicotomias, atualmente, com a náutica, emergem outras dualidades, quais sejam “rico” e “pobre”; “grande” e “pequeno”; “sustento” e “diversão”; “legal” e “ilegal”. Mesmo que pescadores artesanais tenham aderido a diversos elementos que caracterizam a “urbanização dos pescadores”, muitos mantêm modos específicos de integração com os ambientes da Baía e de relação com os seres que nela vivem, desenvolvendo suas habilidades/ conhecimentos sobre peixes e condições do ambiente.

A exemplo dos possíveis impactos sobre as comunidades dos pescadores, descritos por Haimovici, Andriguetto Filho e Sunye (2014), constatou-se que a pesca

amadora na Baía de Guaratuba contribuiu para a diversificação de produtos pesqueiros tal como a produção de iscas vivas; para o estabelecimento de relação direta entre consumidor e produtor, como é citado por moradores quando comercializam ostras e farinha de mandioca; para a geração de novas fontes de emprego, tal como marinheiros e guias de pesca; e para a construção de infraestrutura, como a pavimentação das ruas do bairro Piçarras. A percepção sobre o tema evidencia que, a pesca ocasiona disputa por peixes que são comercializados por pescadores e pelos pontos de pesca, mas contribui para a complementação da renda dos pescadores artesanais que trabalham como guias de pesca, sobretudo no verão. Ademais, a náutica desencadeou diversos conflitos associados à questão fundiária, segregação espacial, seletividade do uso do espaço urbano e alterações no modo como a atividade é praticada.

A náutica e a pesca artesanal praticadas no Complexo estuarino da Baía de Guaratuba possuem um aspecto comum, pois o dinamismo que as caracteriza, segue períodos de oscilação. A náutica varia conforme a temporalidade dos turistas que é determinada por vários aspectos, seja pelo tempo livre de obrigações, seja por condições climáticas ou hábitos dos usuários das embarcações ou até mesmo por determinadas “épocas dos peixes” capturados para a pesca esportiva. Já os ciclos de pesca artesanal resultam da conjunção da influência das estações do ano, dos ciclos lunares, das variações da maré, das mudanças no “tempo” e força do “vento” e influência do mercado.

A náutica na Baía de Guaratuba está diretamente associada ao processo de expansão da urbanização no município, decorrente da expansão da malha viária, da melhoria na mobilidade urbana, na valorização dos banhos de mar e busca pelo contato com a natureza. A náutica, praticada tanto para realização de passeios como pesca esportiva, possui distinções em relação ao público e formas de interação com o ambiente. Se a pesca em cevas é praticada, sobretudo no interior da baía, por turistas de municípios próximos, os passeios de embarcações de médio porte e *jet skis* tendem a ser utilizados por pessoas que também possuem segundas residências, que são sócios ou contratam os serviços disponíveis nas marinas e clubes náuticos. O modo como as pessoas “de fora” praticam as atividades turísticas influencia diretamente nos impactos a serem por ela gerados.

Na literatura apresentada ao longo da dissertação, há um consenso de que a atividade turística gera impactos, devido à sua complexidade. Tendo em vista a insuficiência de pesquisas sobre os impactos da náutica/ turismo e pela presente pesquisa analisar a percepção desse fenômeno a partir dos pescadores artesanais, a utilização de uma abordagem etnográfica revelou que, assim como a perspectiva sobre “ambiente” é relativa, o termo impacto, utilizado no diálogo com os pescadores como “mudanças”, também tem sua percepção dependente de diversos fatores.

Apesar da perspectiva etnográfica não ser comum entre os estudos sobre impactos da náutica, do lazer e do turismo, ela constitui uma potente ferramenta para que o pesquisador tenha uma relação mais próxima com o universo a ser investigado, para que os fenômenos não sejam compreendidos de forma superficial, para que as investigações sobre os impactos da náutica em baías não se restrinjam aos efeitos produzidos por embarcações no espelho d’água e na vegetação, já que estes ambientes congregam os mais diversos tipos de vida, incluindo a humana.

Conceber os pescadores como os condutores da pesquisa revelou uma nova perspectiva sobre os impactos, pois eles trouxeram elementos associados não apenas ao espelho d’água, mas à heterogeneidade das atividades de lazer praticadas. Perceber a náutica não somente como uma atividade que acontece no espelho d’água também possibilitou ampliar a compreensão sobre a problemática, pois os impactos vão além dos limites da água, eles perpassam o bairro ou a comunidade em que o pescador vive e transita. O estudo realizado também reforça a necessidade de, ao se tratar sobre impactos de atividades antrópicas no ambiente, recorrer à percepção dos que habitam este ambiente, de modo que esta perspectiva seja complementar ao olhar do técnico, do cientista.

Apesar de demandar tempo, a perspectiva etnográfica permitiu aproximar o pesquisador do universo de quem habita o ambiente e não de quem traz critérios já formulados para a análise de uma natureza previamente configurada. Portanto, é o modo de *engagement*, ou seja, o tipo de envolvimento, estabelecido entre seres humanos e seus ambientes que diferencia pescadores da Baía e turistas.

Quanto à habilidade de pesca, esta requer a seleção, por parte do pescador, dos melhores instrumentos disponíveis para exercer a pesca de acordo com as

condições do ambiente. O domínio da técnica, sem que haja conhecimento sobre a totalidade do ambiente, não é suficiente para garantir o sucesso na pescaria. Em uma relação de permanente atenção sobre as nuances do ambiente, o pescador renova conhecimentos e habilidades, estabelece vínculo com os peixes, com o vento, com a maré, com o tempo, empreende novas modalidades de pesca.

A percepção dos pescadores artesanais sobre a influência dos pescadores amadores não é unânime. Ao mesmo tempo em que há a concepção de que o turista não deveria pescar e sim comprar os pescados dos pescadores que adquirem seu sustento na pesca, outros alegam que “sem o rico, o pobre não vive”, que o turismo é uma atividade importante para complementação e geração de renda para muitas famílias. Na análise dos aspectos relevantes da náutica na Baía de Guaratuba relatados pelos pescadores, notou-se que há consenso sobre os impactos da náutica, sobretudo sobre a criminalização do pescador e da mortandade de peixes ocasionada pelas ondas e movimento sazonal das embarcações.

O argumento central defendido na dissertação é que os impactos percebidos pelos pescadores influenciam de forma direta a forma de “envolvimento” com o ambiente e este, por sua vez, influi diretamente no modo com que os pescadores entrevistados percebem o ambiente, conforme abordagem defendida por Ingold (2002, 2011, 2012). Os impactos relatados são aqueles que, de alguma forma, alteram a relação/ engajamento que os pescadores estabelecem com o ambiente, seja a partir da mortandade de peixes que poderiam ser capturados ou por restrições sobre os locais permitidos para pesca com rede. A náutica estabelece novas condições de envolvimento dos pescadores com o ambiente, tornando necessário que os pescadores dominem a temporalidade, os percursos, e conheçam os hábitos daqueles que utilizam as embarcações para fins de lazer.

A utilização dos aportes teóricos sobre ambiente para compreender a percepção dos impactos foi de extrema relevância para a pesquisa, pois possibilitou maior aprofundamento sobre o tema, considerando que as disparidades que existem entre os habitantes e os “de fora” residem justamente na forma de se relacionar com a Baía, sendo que uma influencia a outra. A utilização da perspectiva de Ingold sobre o ambiente, utilizada de forma associada à abordagem etnográfica, permitiu concluir que a percepção dos impactos não é aleatória, eles só são percebidos porque passam a compor o ambiente dos pescadores. Caso

contrário, determinados aspectos podem passar despercebidos, como é o caso da criminalização do pescador artesanal por parte da aplicação das leis que regulam a pesca e náutica na Baía de Guaratuba, questão que só foi possível constatar após longos diálogos com os interlocutores.

Estima-se que as principais causas dos impactos gerados pela náutica na Baía de Guaratuba derivem do tipo de interação que os usuários de embarcação estabelecem com o estuário. A Baía é percebida como um atrativo turístico ou recurso natural destinado ao lazer, tendo o espelho d'água como uma propriedade privada, de uso exclusivo para os usuários de marinas e iates, proprietários de embarcações com motor de popa e de segundas residências. Mesmo que seja de grande importância a intervenção do Estado para a gestão do turismo na Baía, é necessário que as normas atendam a propósitos que realmente mantenham as diferentes formas de vida existentes e criem mecanismos para que atividades econômicas possam ser desenvolvidas, de forma compatível com as condições do ambiente. Portanto, o estudo indica a necessidade de aprofundamento de investigações oceanográficas sobre impactos que a náutica pode gerar no ecossistema, bem como ampliação dos estudos turísticos sobre a região.

Em vez de propor formas de manejar uma população ou ecossistema específico da Baía - por exemplo, proteger os manguezais, pois estes são os mais ameaçados pela náutica, os robalos ou a água -, o estudo revela a importância de conceber a complexidade da Baía. O ambiente não pode ser reduzido a recursos que estejam disponíveis para desfrute de determinados grupos. Tanto os pescadores quanto os usuários das embarcações habitam a mesma superfície, com motivações distintas frequentam o mesmo espelho d'água, a mesma Baía.

Entre as diversas limitações da presente pesquisa, é necessário destacar que entre os interlocutores, não estiveram presentes pescadores mais jovens, mas somente pescadores com idade mínima de 43 anos. No entanto, isto ocorreu em decorrência da metodologia utilizada, em que houve um maior apontamento por parte dos moradores em relação aos pescadores mais experientes, considerados os interlocutores mais qualificados para fins desta pesquisa. Estima-se que isto possa estar relacionado ao fato de, atualmente, haver poucos jovens que se dedicam exclusivamente à pesca estuarina. Considera-se que a falta de pesquisa sobre o público que pratica as atividades náuticas limitou algumas análises sobre

as características da atividade turística praticada no estuário, pois resultados de estudos anteriores poderiam enriquecer as análises e facilitar a compreensão sobre o tema central da pesquisa, diferenciando com maior precisão os impactos que cada público gera no ambiente.

Para reverter ou minimizar o cenário atual decorrente dos impactos da náutica, seria interessante avançar a partir de duas linhas de ação, uma voltada para os turistas/usuários de embarcação na Baía de Guaratuba, e a outra seria diretamente com os moradores que desejam trabalhar ou que já trabalham com o turismo na região.

A primeira poderia ter um caráter educativo, no sentido de sensibilizar os turistas sobre os impactos da utilização de embarcação em alta velocidade, sobre o convívio com os pescadores, geração de resíduos, entre outros aspectos apontados como prejudiciais para o ambiente. Deste modo, as ações de sensibilização poderiam contribuir para humanizar a relação que os usuários de lancha estabelecem com os moradores, considerando-os não apenas como fornecedores de produto ou pessoas que irão vender seus terrenos a baixo custo, mas sim como pessoas detentoras de diferentes formas de trabalho, de conhecimento, de percepção sobre o ambiente.

Já em relação às ações com os moradores, seria plausível trabalhar com as pessoas que desejam aprimorar sua participação na gestão do turismo, qualificar seus serviços turísticos e propor novos modelos e segmentos de turismo para a região. A exemplo desta proposta há de se considerar o projeto de extensão, recentemente aprovado na UFPR – Setor Litoral, cujo título é “Fortalecimento do empreendedorismo, inovação e gestão familiar para o turismo da Baía de Guaratuba”, que está sob coordenação da autora desta pesquisa.

Para finalizar, a sugestão de um dos pescadores entrevistados é pertinente e contribui para se pensar sobre novos rumos relacionados à náutica e ambiente, ao dizer que a Universidade deveria se aproximar mais dos pescadores para entender como “as coisas acontecem na Baía”. Também em concordância com as recomendações do pescador, considera-se a importância de pensar novos tipos de turismo para a Baía, que visem as características das famílias que ali residem, favorecendo a exaltação dos localismos, seja através do modelo do ecodesenvolvimento ou criando estratégias criativas para gestão do turismo em

estuários, primando pelo planejamento a longo prazo, aprofundando o conhecimento sobre as condições do ambiente local e os anseios dos residentes, em relação à atividade.

Neste sentido, recomenda-se o fortalecimento de formas de turismo que propiciem a interação do turista, com a Baía e seus moradores. Considera-se de fundamental importância a inovação das formas de gerir a atividade turística, para que o lazer de uns não prejudique o trabalho e a vida de outros. Para tanto, seria necessário propor mecanismos de organização do turismo, a partir da concepção do Estuário da Baía de Guaratuba não como um recurso natural, ou unicamente como atrativo turístico, mas como um ambiente onde se perpetuam diferentes formas de vida, inclusive a de pescadores artesanais. Por fim, espera-se que, a partir do fortalecimento da gestão do turismo, a atividade se constitua como um veículo de valorização do ambiente da Baía de Guaratuba, considerando a diversidade e abundância de vidas e de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000b.
- ALBANO, C. J.; VASCONCELOS, E. C. Análise de casos de pesca esportiva no Brasil e propostas de gestão ambiental para o setor. [S./l.] **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 28, jun. 2013.
- ALLUT, A. G. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas públicas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ALMEIDA, P. H.; COELHO NETO, E. Náutica de lazer, turismo costeiro e marinas: o mercado mundial e o caso de Salvador. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 84-95, jun 1998.
- AMARAL, R. **Cruzeiros marítimos**. São Paulo: Manole, 2002.
- ANDRADE-TUBINO, M.F.; RIBEIRO, A. L. R.; VIANNA, M. **Organização espaço-temporal das ictiocenoses demersais nos ecossistemas estuarinos brasileiros: uma síntese**. Oecol. Bras. 12 (4):640-661, 2008.
- ANDREOLI, V. M. **Natureza e pesca: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR**. 136 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Estado do Paraná, Brasil**. 242 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- _____. Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação. In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P. C. (Eds.) **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002.
- _____. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira do Litoral do Paraná, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 43-58, jul./dez. 2003.
- _____. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná. In: Isaac, V. N.; Haimovici, M.; Martins, S. A.; Andriguetto Filho, J. M. (Org). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Belém: UFPA, 186p. 2006.
- ANGULO, R. J. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 99, p. 97-103,

jul./dez. 2000. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf> Acesso em: 10 mar. 2010.

ANGULO, R. J.; ARAÚJO A. D. Classificação da costa paranaense com base na sua dinâmica, como subsídio à ocupação da orla litorânea. **Boletim Paranaense de Geologia**, Curitiba, 1996.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 85-102.

ASPLUND, T. R. **The effects of motorized watercraft on aquatic ecosystems**. Wisconsin Department of Natural Resources and University of Wisconsin-Madison. PUBL-SS-948-00. Madison, WI. 21pp, 2000.

Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e Seus Implementos **Fatos & Números da Indústria Náutica Brasileira**. Rio de Janeiro: SEBRAE - RJ, 2012.

BAILEY, K. **Methods of social research - 4th ed**. New York: The free press, 1987. Ebook. Disponível em:
<books.google.com.br/books?id=NT8eiiYhlp0C&pg=PA14&lpg=PA14&dq=bailey+1987+refer%C3%A2ncia&source=bl&ots=6_5NNP87-C&sig=gwkDNpiBNiH4yQwOSetQkBD1oA&hl=pt-BR&sa=X&ei=RFb_U4WbNrHJsQTSq4KQCQ&ved=0CBwQ6AEwADgK#v=onepage&q=bailey%201987%20refer%C3%A2ncia&f=false>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BARRETT0, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, 2003, vol. 9, n. 20, p. 15-29.

_____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos sociotropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2004, p.133-149.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009

BAZZO, J. **Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BENEVIDES, D. C. A.; DIAS, F. J. S.; ALFREDINI, P.; MIRANDA, L. B. **Análise do padrão de correntes do Estuário do Rio Itajaí-Açú nas proximidades do canal de acesso à região portuária durante o inverno de 2008. 12th Apresentação no Congresso Internacional de Oceanografia e Políticas Públicas**. Santos, 2011.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BIGARELLA, J. J. **Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná**. Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, 1946.

BRANDINI, N. **Biogeoquímica da Baía de Guaratuba, Paraná, Brasil**: origem, metabolismo, balanço de massa e destino da matéria biogênica. 278 p. Tese (Doutorado em Geoquímica Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. Tradução Leila Cristina M. Darin. In: LINBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. p. 225-255.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 133/94, de 08 de dezembro de 1994. Institui a época do defeso de todos os tipos de camarões em áreas estuarinas do Estado do Paraná. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 dez. 1994.

_____. _____. Portaria nº 12/03, de 21 de março de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 10.227, de 23 de maio de 2001. Cria o Parque Nacional Saint Hilaire Lange. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 maio 2001.

_____. _____. Instrução Normativa nº 53/05, de 24 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 nov. 2005.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. _____. **Turismo de pesca**: orientações básicas. TURISMO, M. D. Brasília, DF, 46 p., 2008.

_____. Ministério do Turismo, FIPE. **Hábitos de consumo do turismo do brasileiro**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. _____. **Turismo náutico**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANNAS, R. **An overview of tourism seasonality**: key concepts and policies. Alma Tourism, University of Bologna (Italy), 2012.

CASASSOLA, L. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

CASTILHO-WESTPHAL, G. G. **Ecologia da ostra do mangue *Crassostrea brasiliana* (Lamarck, 1819) em manguezais da Baía de Guaratuba – PR**. (Doutorado em Ciências Biológicas – Zoologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (Org.) **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p.153-76.

CHAVES, P. T. C.; CORRÊA, M. F. M. Composição ictiofaunística da área de manguezal da Baía de Guaratuba, Estado do Paraná, Brasil (25°52'S; 48°39'W). **Revista Brasileira de Zoologia**. 15 (1):195-202, 1998.

CHAVES, P. T. C. *et al.* **A pesca artesanal na plataforma do Estado do Paraná, entre a baía de Guaratuba e o Estuário do Rio Saí-Guaçu**: Uma abordagem ictiológica e social. Curitiba: laboratório de ictiologia estuarina/UFPR, Relatório técnico final 106/2000.2002.

CHAVES, P. T.; PICHLER, H. A.; ROBERT, M. C. **Biological, technical and socioeconomic aspects of the fishing activity in a Brazilian estuary**. Journal of Fish Biology, Oxford, 61(A): 52-59, 2002.

CHAVES, P. T.; ROBERT, M. C. **Embarcações, artes e procedimentos da pesca artesanal no litoral Sul do Estado do Paraná, Brasil**. Rio Grande: Atlântica, 25(1): 53-59, 2003.

CHRISTO, S. W. **Biologia reprodutiva e ecologia de ostras do gênero Crassostrea Sacco, 1897 na baía de Guaratuba (Paraná – Brasil)**: um subsídio ao cultivo. 146 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas - Zoologia), Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.

CORBIN, A. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, L. N. M. T; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade e natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EDUECE, 2007.

CAROSO, C.; RODRIGUES, N. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no Litoral Norte da Bahia. In: **Turismo em Análise**, v. 9, n. 1, p. ...da Bahia. Turismo em Análise, 9(1), 61-75. Volume: 9. Número: 1. Ano: 1998

CUNHA, L. H. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2004.

_____. **Ordens e desordens socioambientais - saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2007.

DAHLGREN, R. B.; KORSCHGEN, C. E. **Human disturbance to waterfowl: an annotated bibliography**. U.S. Fish and Wildlife Service Resource Publication 188.62 pp. 1992.

DAVENPORT, J.; DAVENPORT, J. **The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: a review**. Cork: Estuarine, Coastal and Shelf Science, 2006.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

DERNTL, M. F. Entre a coesão e a dispersão: a política urbanizadora pombalina e a criação de Guaratuba, na Capitania de São Paulo sob o morgado de Mateus (1765-1775). **Urbana**, ano 2, nº 2, 2007, Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP.

DIAS, C. M. M.(Org). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Ed. Manole, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras/USP, São Paulo: Hucitec, 2001.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESCOBAR, A. **After Nature: steps to an antiessentialist political ecology**. Current Anthropology, 1999.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba – Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FILLA, G. F. **Monitoramento das interações entre o boto-cinza *Sotalia guianensis* e atividades de turismo no Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia, litoral sul do Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Paraná, Local, 2008.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Revista Mana**, v. 10 n.2, Rio de Janeiro, 2004.

GAIÃO, L. **Saberes tradicionais e percepção ambiental dos catadores de caranguejos do município de Canavieiras, Bahia, acerca do Guaíamum, *Cardisoma guanhumi* (LATREILLE, 1825)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

GARCEZ, D.S.; SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. **Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Atlântica, Rio Grande, 2005.

GERHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODWIN, L.; COTTON, P. A. **Effects of boat traffic on the behaviour of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*)**. Aquatic Mammals, Volume 30, Number 2, pp. 279-283(5), 2004.

GRENIER, L. **Working with indigenous knowledge: a guide for researchers**, IDRC, Canada, 1998.

GURSOY, D.; RUTHERFORD, D. G. **Host attitudes toward tourism: an improved structural model**. Annals of tourism research, 2004.

HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; SUNYE, P. S (Org). **A pesca marinha e estuarina no Brasil: estudos de caso multidisciplinares**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, Capítulo 7, p. 151-174.

História de pescador Caieiras Guaratuba Paraná. Produção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em parceria com o Instituto Guaçu. Curitiba, 2009. 1dvd.

HRDLICKA, H. *et al.* Panorama do turismo náutico de lazer. In: Análises regionais e globais do turismo brasileiro: panorama do turismo náutico de lazer. 5. ed. In: TRIGO, L. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005, p. 365-381.

INGOLD, T. **The Perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2002.

_____. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. London: Routledge, 2011.

_____. **Ambientes para la vida: conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropología**. Montevideo: Trilce, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y Extensión Universitaria – Universidad de la República, 2012.

_____. **Repensando o animado, reanimando o pensamento**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IBRADES). **Difusão sobre a importância dos manguezais para a preservação da**

biodiversidade marinha no município de Guaratuba: relatório das atividades. Guaratuba: Departamento de Meio Ambiente, 2009.

_____. **Difusão sobre a importância dos manguezais para a preservação da biodiversidade marinha no município de Guaratuba:** relatório das atividades. Guaratuba: Departamento de Meio Ambiente, 2010.

_____. **Difusão sobre a importância dos manguezais para a preservação da biodiversidade marinha no município de Guaratuba:** relatório das atividades. Guaratuba: Departamento de Meio Ambiente, 2011.

_____. **Difusão sobre a importância dos manguezais para a preservação.** Guaratuba: Departamento de Meio Ambiente, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Dados gerais do município de Guaratuba.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=410960&search=parana%2Fguaratuba%2Finformaticos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 30 set. 2013.

_____. **Censos demográficos 1991 e 2000.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: maio 2014.

_____. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil.** Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 176 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico:** município de Guaratuba. Curitiba: IPARDES, 2012.

_____. **Manual técnico da vegetação brasileira.** São Paulo: IBGE, Manuais Técnicos em Geociências n. 1, 92f. 1992.

_____. **Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba, 1995. 166f. + 11 mapas.

_____. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. **Mapa da legislação pesqueira da Baía de Guaratuba.** Curitiba: WGS, 2009. Escala 1:500.000. Disponível em: <<http://www.ipe.org.br/english/artigos-cientificos/293-cartilha-da-gestao-participativa-da-pesca-no-litoral-do-parana>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. **Cartilha da gestão participativa da pesca no litoral do Paraná.** Disponível em: <<http://www.ipe.org.br/english/artigos-cientificos/293-cartilha-da-gestao-participativa-da-pesca-no-litoral-do-parana>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá. **A pesca da tainha na Ilha do Mel:** territorialidades, sociabilidades e técnicas. Curitiba: Superintendência do IPHAN no Paraná, 148 p. 2012.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

ISAAC, V. J. *et al.*(Org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI:** recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LATOURETTE, B. **Políticas da natureza:** como fazer ciência na democracia. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru: EDUSC, 2004.

LEFF, E. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e cultura caiçara no Litoral Norte Paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, modernidade e globalização.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. **Turismo em Análise.** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, v. 11, n. 1, p. 35-43, 2000.

_____. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C., BRUHNS, H.T. e LUCHIARI, M.T.D.P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas: Papirus, 2000. p. 105-130.

MAFRA, T. V. **Caracterização da atividade de ostreicultura na Baía de Guaratuba, Paraná, Brasil.** Monografia (Oceanografia)- Centro de Estudos do Mar - Universidade Federal do Paraná, 2007.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar.** Série princípios. São Paulo: Ática, 1986.

MARONE, E. *et al.* **Hydrodynamic of Guaratuba Bay, PR, Brazil.** Journal of Coastal Research, Brazil, v. 39, p. 1879-1883, 2006.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade:** uma proposta educativa para a juventude. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.

MARCHIORO, N. P. X. Sistemas técnicos de produção agrícola: o caso do município de Morretes. In: RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P. C. (Eds.) **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002

MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M. (Orgs.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI:** recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém: Ed. Universitária – UFPA, 2006.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns:** participação democrática, hibridismos e invisibilidades. 201 p. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MENDONÇA, T. C. M. **Que paraíso é esse:** a turismização da Ilha Grande. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ/IFCH/PPCIS, Rio de Janeiro, 2010.

MICHELS-SOUZA, M. A.; CHAVES, P. T. **Influência do tamanho individual sobre a dieta de *Genidens genidens* (Teleostei, Aridae) na Baía de Guaratuba (Paraná, Brasil)**. Acta Biológica Leopoldensia, 22(2): 249-260, 2000.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.09-29.

MIRANDA, L. B.; CASTRO, B. M.; KJERFVE, B. **Princípios de oceanografia física de estuários**. São Paulo: Edusp, 2002. 414p.

MIRANDA, R. B. **Modos de apropriação e possibilidades de gestão patrimonial de recursos bênticos da Baía de Paranaguá**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. Bauru: Edusc, 2001,

MONTENEGRO JR, I. R. P. **Uma metrópole em transição: reestruturação produtiva e a emergência do turismo na RM de Fortaleza – CE**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2012. 2 v.

NASCIMENTO, M.; BERTOLI, R. **Baía de Guaratuba: peixes e suas histórias**. Paraná. Realização SEMA, INSTITUTO GUAJU e GOVERNO DOPARANÁ, 2009.

NOERNBERG M. A. e *tal.* **Estudos sobre a dinâmica da baía de Guaratuba – PR**. Artigo submetido à XV Semana Nacional da Oceanografia – RJ, 2002.

NOERNBERG, M. A.; ANGELOTTI, R.; CALDEIRA, G. A.; RIBEIRO DE SOUSA, A. F. **Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo**. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology 12, 49-59, 2008.

OLIVEIRA, R. R.; LIMA, D. F.; DELAMONICA, P.; TOFFOLI, D. D. G.; SILVA, R. F. Roça caiçara: um sistema "primitivo" auto-sustentável. **Ciência Hoje** 18 (104): pp.44-51, 1994.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 1.234/92, de 27 de março de 1992. Declaração da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 27 mar. 1992.

_____. _____. Decreto Estadual nº 180/02, de 07 de outubro de 2002. Institui normas protetivas à captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 07 out. 2002.

_____. _____. Decreto Estadual nº 115/07, de 02 de julho de 2007. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 02 jul. 2007.

PARANÁ. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA. **APA de Guaratuba: atrativos turísticos**. Curitiba, 2003. 1 mapa. Escala 1:100.000.

_____. Resolução Estadual nº 016/09, de 30 de março de 2009. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 30 mar. 2009.

PARANÁ. SEMA/IAP/Programa Pró-Atlântica. **Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba**. SEMA/IAP/Programa Proteção da Floresta Atlântico-Pró Atlântica/Paraná. Curitiba, 261 p, 2003.

PARANÁ. SECRETARIA DE TURISMO. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável**: polo turístico do litoral paranaense (PDITS LP). FAUUEPG: Ponta Grossa, 2010.

PEIRANO, M. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil**. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

PEREIRA, L. A.; MELLINGER, L. L.; DREYER, M.; DIEDERICHSEN, A.; CHATWIN, A.; OSTRENSKY, A. Plano de conservação e gestão da baía de Guaratuba. **Relatório técnico**. TNC/GIA, 2008.

PIERRI, N.; *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 13, p. 137-167, 2006.

PINHEIRO, L.; LANA, P. C.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; HANAZAKI, N. Pesca de pequena escala e a gestão patrimonial: o caso da pesca da tainha no litoral paranaense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Editora UFPR, n. 21, p. 143 – 155, 2010.

PINHEIRO, L. **O declínio da pesca de arrastão de praia face às mudanças nos regimes de uso e apropriação dos recursos pesqueiros no litoral do Paraná**. 277 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PIRES, P. S. **A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo: visão e ação. Itajaí, v.1, n.1, p.75- 91, jan/jun, 1998

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 125, p. 213-235, jul./dez. 2013.

PORTO GONÇALVES, C. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROJETO BAGAGEM. 2010. **Série TURISOL de Metodologias: Parte 2 – Projeto Bagagem**. 42 p. Disponível em: http://www.turisol.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/02/Livreto-projeto_bagagem-09-parte2-2.pdf. Acesso em: 01/2014.

QUEIROZ, O. T. M. M. **Turismo e ambiente**: temas emergentes. Campinas: Editora Alínea, 2006.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA P. C. (Eds.) **Desenvolvimento e Meio Ambiente. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais.** Curitiba: UFPR, 2002.

REJOWSKI, M. (Org.) **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

RIAL, C. S. M.; GODIO, M. **Pesca e turismo: etnografias d globalização no litoral do Atlântico Sul.** Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

ROUGEULLE, M. D. **La crise de lapêcheartisanale: transformation de l'espaceetdestruction de l'activité - lecas de Guaraqueçaba (Paraná-Brésil).** [S.l.], These (Doctorat) - L'Universite de Nantes, 1993.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável.** Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, I. A. **Rumo à ecossocioeconomia.** Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações.** Blumenau: Edifurb, 2011.

____. **Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário.** Turismo em Análise, v. 18, p. 148-165, 2007.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense.** 228 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro.** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações.** São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos.In: **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society.** São Paulo: SESC/wlra, 2000.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA litoral sul (SE). **Ateliê Geográfico**, ano 7, n. 2. p. 44-70, 2013.

SCHEUER, L. **Sazonalidade do turismo no município de Guaratuba –PR.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Políticas Públicas, Desenvolvimento e Turismo Rural. Iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Bonete, Ilhabela, São Paulo, Brasil. In: **Anais do IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES: turismo rural comunitário: estratégia de desenvolvimento?** São Paulo: ECA/USP, 2014.

SÉTIMA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE PESCA RECREATIVA - 7 WRFC. **Conclusões e recomendações (português) da 7ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE PESCA RECREATIVA (7WRFC)**. Realizada de 1 a 4 de setembro de 2014 na UNICAMP, Campinas (SP), Brasil.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1999.

SILVA, F. C. **Sustentabilidade socioeconômica da pesca artesanal do camarão no extremo sul do litoral paranaense: estudo de caso na comunidade de Caieiras**. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

SOUTO, F. J. B. **A ciência que veio da lama. Uma abordagem etnoecológica abrangente das relações ser humano-manguezal na comunidade pesqueira de Açupe, Santo Amaro - BA**. 322 f. Tese (Doutorado em Etnoecologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SOUZA, M. R. **Etnoreconhecimento caçara e uso dos recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agrossistemas) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2004.

STORI, F. T. **Adaptatividade e resiliência no sistema socioecológico da comunidade caçara da Ilha Diana, Município de Santos - SP**. 226 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável – conceitos e impactos ambientais**. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKS, J.; FOLADORI, G. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S010493132004000200004&script=sci_arttext&tlng=> Acesso em: 31 out. 2013.

TELLES, D. H. Q. **Possibilidades de reorganização territorial apoiada na imagem náutica a partir de Angra dos Reis/RJ**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Uso náutico do território e políticas de turismo no Brasil: técnica, trabalho e informação a partir de marinas em Angra dos Reis/ RJ. **Revista do Departamento de Geografia** – USP, v. 27, p. 248-281, 2014.

THE FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) **Recreational fisheries. Technical Guidelines for Responsible Fisheries.** n. 13. Rome: FAO, 2012. 176 pp.

THE GREEN BLUE, RYA. **The effects of boating and watersports on wildlife.** 2009. Disponível em: www.thegreenblue.org.uk/PDF/TGB%20Factsheet%2001%20Wildlife.pdf. Acesso em: 20 jul. 2014.

TULIK, O. **Residências secundárias:** presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

VASCONCELLOS, M. *et al.* **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional.** Relatório SEAP/PR – PNUD, s/d.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Introdução geral: sociedade, natureza e desenvolvimento viável. In: _____. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002.

ZANLORENZI, D. **Caracterização das assembléias de peixes demersais e suas relações com um gradiente ambiental em um estuário subtropical brasileiro.** Tese (Doutorado em Zoologia) - Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009

ZEM, R.; E. MARONE; PATCHINEELAM, S. **Morforlogia e dinâmica de sedimentos da Baía de Guaratuba, PR.** Pontal do Paraná: Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Modelo de entrevista semiestruturada realizada com responsáveis de marinas e iates clubes

APÊNDICE 2 – Caracterização e opinião dos turistas que praticam a pesca esportiva com ceva

**Entrevista semiestruturada com responsável por marina/iate
clube da Baía de Guaratuba**

Caracterização:

Data:

() Marina () Iate Clube

Nome do empreendimento:

Ano de abertura ao público:

Perguntas:

1. Quando foi inaugurado aqui o iate/marina?
2. Qual a capacidade da marina?
3. Quantos funcionários trabalham no estabelecimento? Quantos deles trabalham de forma temporária? As pessoas são daqui mesmo?
4. Qual o local de origem das pessoas que frequentam ou são sócias do estabelecimento?
5. Eles têm casa aqui ou não?
6. Eles costumam vir com familiares, amigos ou sozinhos?
7. Eles geralmente ficam na Baía ou saem daqui?
8. Que tipo de embarcação costumam utilizar?
9. O senhor acha que a instalação dos iates e marinas contribuiu para mudar algo, na história de Guaratuba?

Caracterização do público que pratica pesca com ceva, conforme dados de Zanlorenzi (2011).

Aspecto	Respostas
Origem	Predominantemente de Curitiba e região metropolitana e com menor expressividade: Guaratuba, Garuva, Joinville e Blumenau.
Faixa etária	Entre 12 e 66 anos, sendo a média de 38 anos.
Motivação	80% esportividade da pescaria e para 20% o número de peixes capturados.
Isclas	Variadas, como testículo bovino, testículo ovino, coração bovino, musculatura bovina, carne e vísceras de aves.
Gastos	“Proprietário” que mantém a ceva com o chamado “engodo”, composto de uma mistura de pão, farelo de trigo, milho moído e ração para peixe.
Hábitos	Sozinhos ou em pequenos grupos, com 2 a 4 pescadores por embarcação
Frequência	Em geral, praticam a modalidade 1 ou 2 vezes ao mês.
Períodos do ano	Aproximadamente 85% do total de entrevistados destacam a segunda metade do outono até o início da primavera como época ideal para a pesca em cevas.